

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC
FACULDADE DE HISTÓRIA

RICARDO AUGUSTO SILVA NOGUEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM SERRANÓPOLIS,
GOIÁS.**

GOIÂNIA, GOIÁS

2013

RICARDO AUGUSTO SILVA NOGUEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM SERRANÓPOLIS,
GOIÁS.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre, sob a orientação do Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura

GOIÂNIA, GOIÁS

2013

NOGUEIRA, Ricardo Augusto Silva.

A Construção do Patrimônio Arqueológico em Serranópolis, Goiás- Goiânia, 2013.

Fis. 135

Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em História, 2013.

Orientadora: Profa. Dra. Deusa M. Rodrigues Boaventura

1. Arqueologia. 2. Patrimônio. 3. Representação Social. 4. Serranópolis.

**A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM SERRANÓPOLIS,
GOIÁS.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM _____ DE
_____ DE _____, PELA BANCA EXAMINADORA.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO
Orientadora

Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira
Universidade Federal de Goiás
Professora Convidada

Prof. Dra. Sibebe Aparecida Viana
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO
Professora Convidada

GOIÂNIA, GOIÁS

2013

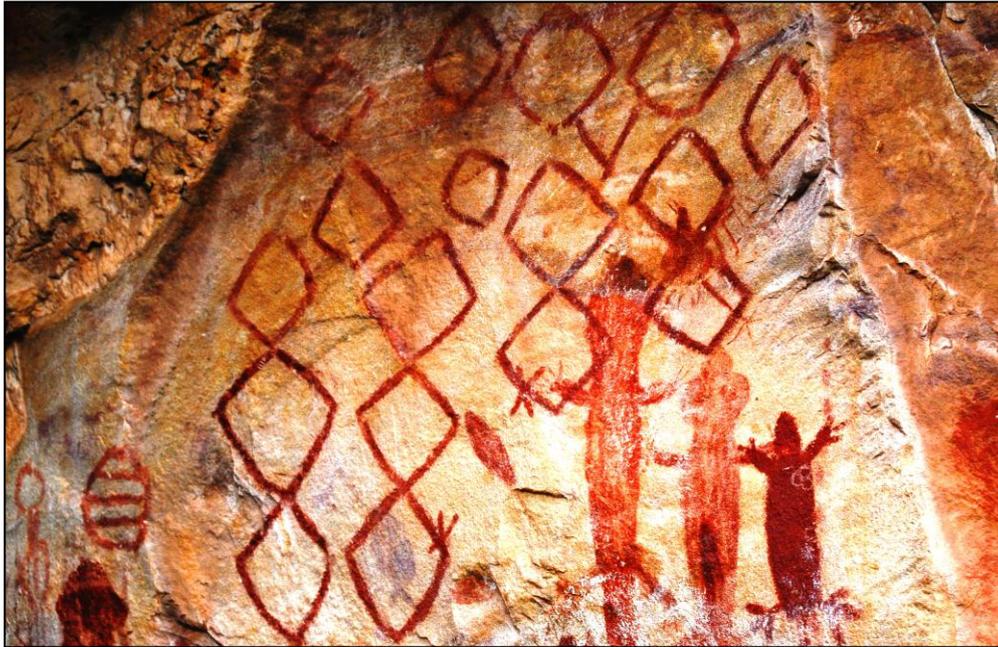


Figura 1 – Pinturas rupestres em Serranópolis (GO-Ja.03)
Foto: José Henrique Messias Ferreira – Fevereiro de 2013

Dedico esta obra a Deus pelas oportunidades que têm nos concedido, aos meus familiares, amigos e professores que ao longo da vida, despertaram em mim a curiosidade pela arqueologia e pela história. Curiosidade essa que desperta os sentidos e nos aguça a alma em busca do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Na possibilidade de realizar agradecimentos, lembro aqui:

A Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura pela orientação, dedicação, competência e principalmente, paciência comigo.

A Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira e a querida Profa. Dra. Sibebe Aparecida Viana pelas ponderações e sugestões realizadas na Banca de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Altair Sales Barbosa que instigou nossos primeiros passos acadêmicos e, ainda hoje, é interlocutor presente e constante.

Ao Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros pela amizade, disponibilidade e incontáveis esforços para que eu até aqui chegasse e esse trabalho se realizasse.

Aos companheiros de pós-graduação que compartilharam nossa retomada do papel de estudante.

As instituições em que realizei a pesquisa, aos proprietários da Pousada das Araras, aos guias turísticos e funcionários da prefeitura de Serranópolis-GO, que tanto me ajudaram na realização dessa dissertação.

Aos amigos pesquisadores de arqueologia e de história que compartilharam de suas pesquisas para que nós desenvolvêssemos esse trabalho.

Aos meus pais e irmãos, que sempre acreditaram em mim e sentem-se orgulhosos em minhas conquistas.

A Gílbias de Castro Melo Nogueira, companheira presente nessa trajetória. A minha amada filha, Raíssa de Castro Melo Nogueira, que aceitou dividir o seu pai com esta dissertação. O resultado desse trabalho é fruto do incentivo e compreensão dessas mulheres, sem elas, essa luta não teria sentido.

Por ser Micenas um lugar pequeno, ou porque qualquer cidade daquele tempo isoladamente parece agora insignificante, não seria correto de minha parte considerar estas circunstâncias uma evidência precisa e recusar-me a crer que a expedição contra Tróia tenha sido tão grande quanto os poetas afirmaram e a tradição ainda repete. Com efeito, se a cidade dos lacedemônios se tornasse deserta e nada restasse dela senão seus templos e as fundações dos outros edifícios, penso que a posteridade, após um longo período de tempo, custaria a crer que seu poder fosse tão grande quanto a sua fama. E eles, todavia, ocupam dois quintos do Peloponeso e exercem a hegemonia sobre todo ele, bem como sobre muitos de seus aliados em outras regiões; isso não obstante, como Esparta não é compactamente edificada à semelhança de uma cidade, e não foi dotado de custosos templos e outras construções (ela é habitada à maneira dos povoados no antigo estilo helênico), seu poder pareceria menor que o real. Em contraste, se Atenas tivesse o mesmo destino, penso que seu poder, a julgar pela aparência das ruínas da cidade, pareceria duas vezes maior do que efetivamente é (TUCÍDIDES, 1.10.2).

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a identificar e analisar os atuais discursos referentes ao patrimônio arqueológico produzido em Serranópolis, Estado de Goiás.

A partir da trajetória dos estudos arqueológicos, propomos identificar a herança deixada por esses trabalhos que começaram na cidade na década de 1970 e identificar os personagens atuais, residentes no município, responsáveis por transmitir esses conhecimentos a comunidade e turistas.

Desta forma, tratamos a herança deixada pelos estudos arqueológicos, cuja abordagem teórica depende de uma perspectiva histórica na construção do sentido de patrimônio cultural, como uma forte contribuinte para formação de representações sociais que estejam compromissadas com a preservação das pinturas rupestres locais.

A distância metodológica que algumas das abordagens tomam em relação aos estudos técnicos de arqueologia nessa dissertação, busca uma arqueologia crítica, onde sua percepção, ao falar dos contribuintes do discurso, se aproxima da teoria das Representações Sociais produzidas por Serge Moscovici e trabalhadas pelo historiador Roger Chartier. A análise aponta a importância social para o adequado procedimento de transmissão dos valores relativos ao patrimônio cultural.

A investigação permite compreender o legado histórico que a arqueologia recebeu do período focalizado e as implicações para as questões atuais da Arqueologia. Assim, atribuir importância e competências, fazem-se necessários e emergenciais para garantir a preservação desses testemunhos da história humana.

Palavras-chave: Arqueologia; Patrimônio; Representação Social, Serranópolis.

ABSTRACT

This dissertation proposes to identify and analyze current discourses related to archeological patrimony produced in Serranópolis, State of Goiás.

Based on the trajectory of the archeological studies, we propose to identify the heritage left by the works that have begun in the city in the 1970s and to identify the current characters that live in the county, responsible for transmitting such knowledge to the community and tourists.

Thus, we treat the heritage left by the archeological studies, whose theoretical approach depends of a historical perspective on the construction of the meaning of cultural patrimony, as a strong contributor to the formation of social representations that are committed to the preservation of local petroglyphs.

The methodological distance that some of the approaches take in relation to the technical studies of archeology in this dissertation, search for a critical archeology, where your perception, when talking about the speech contributors, approaches the theory of social representations produced by Serge Moscovici and worked by the historian Roger Chartier.

The analysis shows the social importance for the proper procedure of transmission of values related to cultural patrimony.

The investigation provides an understanding of the historical legacy that archeology received of the focused time and the implications for current issues of Archeology. Thus, attaching importance and skills, become necessary and emergency to ensure the preservation of these testimonies of human history

Keywords: Archaeology, Heritage, Social Representation, Serranópolis .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Pinturas rupestres em Serranópolis (GO-Ja.03).....	5
Figura 2	– <i>Lacaux .Cave of Altamira and Paleolithic</i>	61
Figura 3	– <i>Cave Art of Northern Spain</i>	61
Figura 4	– <i>Chavet e Niaux Cave</i>	61
Figura 5	– <i>Panel of the Lions, Panel of the Bison and the Ibex</i>	61
Figura 6	– Pinturas rupestres em Serranópolis	65
Figura 7	– Pinturas rupestres em Serranópolis	65
Figura 8	– Fotos das Escavações na Gruta do Diogo I	71
Figura 9	– Fotos das Escavações na Gruta do Diogo I	71
Figura 10	– Fotos das Escavações na Gruta do Diogo I	71
Figura 11	– Fotos das Escavações na Gruta do Diogo I	71
Figura 12	– Pinturas e Petróglifos em Serranópolis	73
Figura 13	– Pinturas e Petróglifos em Serranópolis	73
Figura 14	– Pinturas e Petróglifos em Serranópolis	73
Figura 15	– Local onde foi encontrado o Homem da Serra do Cafezal	74
Figura 16	– Pinturas provavelmente representando planetas ou estrelas.....	74
Figura 17	– Possível gravura de um pé de criança na Gruta do Diogo II	74
Figura 18	– Sr. Lelize Carvalho junto com o pesquisador	89
Figura 19	– Exposição de materiais arqueológicos	89
Figura 20	– Pingentes usados como adorno	89
Figura 21	– Destaque para os decalques no chão e fotos de personalidades da cidade ao fundo	91
Figura 22	– Exposição arqueológica no fundo e ao lado a história das primeiras máquinas industriais na cidade	91
Figura 23	– Placa em homenagem aos 20 anos de trabalhos científicos na Pousada das Araras	95
Figura 24	– Entrevista com o Sr.Reni.....	96
Figura 25	– Conversa com a Sra.Carla sobre os planos futuros para Pousada das Araras.....	96
Figura 26	– Registro na entrada da pousada com Reni Junior.....	96
Figura 27	– Centro de visitantes inaugurado em 1999	96

Figura 28 – Quadro com fotos dos trabalhos arqueológicos realizados na década de 1978	96
Figura 29 – Visita ao sítio arqueológico GO-Ja.03, no fundo uma passarela de madeira financiada pelo fundo monetário do Banco Internacional de Desenvolvimento-BID.....	96
Figura 30 – Entregando a autorização da prefeitura para o caseiro da fazenda liberar nossa entrada.....	101
Figura 31 –Entrada da propriedade onde estão localizados os sítios arqueológicos Gruta do Diogo I e II.....	101
Figura 32 – Entrevista com o Sr.Domingos Oliveira	101
Figura 33 – Placa em homenagem a todos que participaram dos trabalhos no local, nota-se que está tomado por plantas, terra e manchada.....	101
Gráfico 1 – Cadastro por tipo de sítio arqueológico no Estado de Goiás.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – O CONCEITO DE PATRIMÔNIO.....	17
1.1. Trajetória do Patrimônio Cultural no Brasil	24
CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO.....	35
2.1. Formação da Arqueologia Brasileira	43
2.2. A Presença da Arqueologia em Goiás	51
2.2.1. Levantamento CNSA - IPHAN.....	59
2.3. As Pinturas Rupestres.....	60
2.4. Início dos Trabalhos em Serranópolis/GO.....	66
CAPÍTULO III – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O DISCURSO	75
3.1. A Força das Representações	78
3.2. O Poder do Discurso	83
CAPÍTULO IV – PRODUTORES DO DISCURSO EM SERRANÓPOLIS	86
4.1. Museu de História Natural Serra do Cafezal	86
4.2. O Caso da Pousada das Araras.....	91
4.3. O Caso dos Guias Turísticos.....	97
CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

ANEXOS

ENTREVISTAS

MATERIA DO O POPULAR

INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado 'A construção do patrimônio arqueológico em Serranópolis, Goiás', retoma questões sobre a história dos trabalhos arqueológicos realizados no município goiano e a herança deixada por esses trabalhos. Assim, esta dissertação propõe-se a realizar uma análise sobre os atuais discursos referentes ao patrimônio arqueológico de Serranópolis.

O município localiza-se no extremo sudoeste goiano. Teve o seu primeiro aceno de povoamento com a implantação das lavouras de café, que deram origem ao primeiro nome da cidade: Serra do Cafezal. Posteriormente passou a se chamar Nuputira, em tupi guarani significa flor do campo, e finalmente Serranópolis, em função das belas serras que se tornaram referência com o fim do ciclo do café. Elizário Cristino de Oliveira é considerado o seu fundador por ser doador das terras que formaram o município que possui uma área territorial de 5.544 Km². Foi emancipado através da Lei nº 2.117, de 14 de Novembro de 1958 (GUIA TURÍSTICO, 2000).

Serranópolis está a 383 km de distância da capital goiana, e destaca-se por ser o município que abriga um dos maiores patrimônios arqueológicos do continente americano. Na grande maioria destes sítios arqueológicos, são encontradas pinturas e gravuras produzidas por inúmeras gerações que ocupavam temporariamente estes abrigos.

Com tantos atributos, particularmente, Serranópolis nos fascina há algum tempo. Diante da atenção dada por nós, o motivo gerador dessa proposta de trabalho, ocorreu devido à matéria publicada no jornal O Popular (MARCOS, 2010)¹ sobre os problemas que Serranópolis estava passando em relação à preservação do seu patrimônio arqueológico. A matéria apresentada possui o seguinte título: '*Pinturas rupestres de sítios em Serranópolis estão ameaçadas*'. É escrito pelo jornalista Almiro Marcos e conta um curioso caso de um carpinteiro que retocava as pinturas rupestres para garantir a preservação, também nos

¹ Na data 16.10.2010, o jornal impresso *O Popular*, em Goiás, publicou no caderno de Cidades a matéria: "*Pinturas rupestres de sítios em Serranópolis estão ameaçadas*". Texto do jornalista Almiro Marcos fala sobre depredações nas pinturas arqueológicas da cidade.

conta sobre problemas de depredações, as causas naturais que tem comprometido os sítios e a intenção de políticas públicas para a preservação.

A publicação contou com opiniões de professores ligados a Universidade Católica de Goiás, Dr. Júlio Cezar de Rubin e Rubin e Dra. Mariza de Oliveira Barbosa, ligados ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), também contou com profissionais ligados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Sra. Superintendente do IPHAN de Goiás, Salma Saddi Waress de Paiva e a Técnica em Arqueologia, Ana Paula Gonçalves de Lima. Colaboraram também com essa matéria o Sr. José Dias Carvalhaes, de 52 anos, que durante anos foi guia na região, o geógrafo e fotógrafo, Sr. Élio Amorim Lima, de 40 anos e a figura notável que ajudou nas descobertas, padre Pedro Ignácio Schmitz, uns dos pioneiros nas pesquisas arqueológicas em Serranópolis na década de 1970, que mora no Rio Grande do Sul.

A leitura da referida matéria (MARCOS, 2010) tenta deixar o leitor aflito, estarecido, revoltado, é propositalmente instigante. O indivíduo é levado a pensar sobre o impacto que a falta do patrimônio arqueológico irá exercer sobre a sociedade caso venha a desaparecer. Schmitz diz que os sítios arqueológicos que foram pesquisados, em pouco mais de trinta anos, é só o começo, muita coisa ainda precisa ser vista e precisa ser preservada. Segundo ele, perder esse patrimônio sem que medidas sejam tomadas é uma perda irreparável.

Quanto ao posicionamento da superintendente do IPHAN em Goiás, na matéria (2010) a Sra. Salma Saddi, afirma que 'sempre que problemas são verificados a gente vai fiscalizar. E temos de contar com a parceria da comunidade e dos agentes públicos da região para isso'. Outra questão colocada pela superintendente é fortalecer o turismo rural, onde poderiam ser criadas relações entre o período pré-histórico e o histórico (dos sítios), com as fazendas coloniais, 'Estamos trabalhando com a possibilidade de uma socialização dos sítios'.

Com base nesse apelo emocional relacionado à preservação do patrimônio, vamos observar quem são os agentes locais que tem participado do

discurso de proteção e valorização dos sítios arqueológicos, e buscar entender o papel que o discurso de preservação tem produzido naquele local.

Entendemos que a elaboração dos discursos possíveis que valorizem o patrimônio arqueológico da cidade, passe por uma sistematização de conhecimentos e práticas de quem deseja transmitir a ideia de valorização da cultura para a comunidade e turistas, cultura aqui entendida como fator de formação social. Cultura entendida também como cenário regional de significativo valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e científico, indissociável da formação identitária do município.

O caminho possível de valorização que iremos buscar nesse trabalho é uma análise sistemática e crítica da produção desse discurso local. Seria possível que a performance dos sujeitos produtores do discurso, não estejam influenciando a atuação dos seus ouvintes? Almejamos então, observar se os produtores do discurso arqueológico na cidade de Serranópolis são capazes de criar representações sociais que responderão pelo 'Uso e Apropriação' do patrimônio arqueológico, precedidas por ações de promover e difundir esses bens culturais.

Entrando nessa perspectiva de formação das representações sociais, usaremos os conceitos produzidos por Serge Moscovici e Roger Chartier sobre representações e o poder do discurso, que é a capacidade de construção mental e socialmente partilhada que criam representações. Os personagens envolvidos na realidade arqueológica de Serranópolis estão sujeitos a apreender uma realidade cultural e ressignificá-la pela construção social daquilo que é entendido como importante. Tentamos então unir a Psicologia Social com Ciência Social.

No decorrer dessa produção sistemática das ideias, vamos abordar no primeiro capítulo, o patrimônio, desde sua etimologia, sua história na Europa e os personagens que contribuíram para o entendimento e valorização do mesmo. Iremos observar também como ocorreu a consolidação das leis de proteção ao patrimônio cultural no Brasil.

No segundo capítulo, vamos observar o desenvolvimento da arqueologia enquanto ciência, sua importância no desenvolvimento da sociedade, a importância das pinturas rupestres, como a arqueologia chegou ao Brasil, quais os caminhos que tomou no país e como ganhou adeptos.

Ainda nesse capítulo, vamos observar a importância do Programa Arqueológico de Goiás - PAG, de 1972, que foi o primeiro programa arqueológico amplo, por abranger diversas regiões do Estado de Goiás.

No terceiro capítulo, observaremos os conceitos de representação social e o papel do discurso. Os conceitos sobre representação produzidos por Serge Moscovici e Roger Chartier onde analisam as construções mentais socialmente compartilhadas. Analisam como os discursos criam interpretações que sintetizam a maneira de ver a realidade cotidiana, fixando posições sociais em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem.

No quarto capítulo, vamos ver a herança deixada pela arqueologia em Serranópolis. Veremos quem são os responsáveis pelos sítios arqueológicos locais e entrevistaremos os detentores atuais do discurso de valorização patrimonial no município. Para isso, utilizamos entrevistas não-estruturadas, aquelas que oferecem ampla liberdade na formulação de perguntas e na intervenção das falas dos entrevistados.

Ao chegar à conclusão, teremos uma dimensão da herança deixada pelo discurso arqueológico nesses mais de 30 anos de trabalhos na região. Teremos um panorama das possibilidades que discurso exerce na valorização do patrimônio, veremos os caminhos para a construção da ordem do discurso e como ele irá proporcionar a formação de representações sociais que efetivamente valorizem o patrimônio. Tem nesse sentido, a finalidade de encontrar discursos possíveis que enriqueçam a sociedade com seus bens culturais, inserindo valores que justificam sua preservação.

Capítulo I – O CONCEITO DE PATRIMÔNIO

A palavra patrimônio tem sua origem etimológica atrelada ao termo grego *pater*, que significa 'pai' ou 'paterno'. Em uma estrutura familiar, tudo aquilo que nos faz ser parte do sistema de relações é um bem cultural que vem do pai e da mãe. A ideia de herança do pai nesse termo é intermediada pela cultura, pois deve existir aceitação do indivíduo. Patrimônio também pode pertencer a uma estrutura macro quando um conjunto de bens, direitos, qualidades e obrigações são conquistados por um grupo de pessoas em determinada época e lugar tornando herança comum².

As origens. Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família [...] compreendia tudo o que estava sob o domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais [...] O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente a transmissão dos bens no seio da elite patriarcal romana (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 10–11).

Entender como o termo patrimônio desenvolveu-se até chegar a tempos contemporâneos, não é tarefa fácil, pois está ligada a evolução do conceito de cultura ao longo da história ocidental e, mais ainda, este conceito está associado ao imaginário e à memória das populações que conviveram com determinados bens patrimoniais.

Buscando no texto de Françoise Choay (2006), vemos como o termo patrimônio chega a nós através das relações históricas entre o poder público e a instituição de monumentos. Vemos através da autora que o uso da memória e os primeiros passos para definição do patrimônio, já podiam ser vistos por toda Europa no século XVII, através do deslumbramento visual proporcionado pelos grandes monumentos memoráveis espalhados pelo mundo, a exemplo: Monumentos no Egito, Grécia e Roma.

² A palavra patrimônio é formada por dois vocábulos greco-latinos: "*pater*" e "*nomos*". A palavra "*pater*" significa Pai ou chefe de família. O "*nomos*" relaciona-se, portanto com o grupo social. O patrimônio pode ser compreendido, portanto, como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro.

Podemos observar esse deslumbramento no humanismo renascentista, ao retomar os estudos da literatura clássica, forjaram um modelo de conhecimento que se baseava no domínio da língua latina, tornando-a a língua da ciência e da cultura. Para reforçar essa pedagogia, consolidou-se uma viagem cultural denominada *Grand Tour*³. O termo surgiu em 1670 pela autoria de Richard Lassels com o *Livro Voyage of Italy: or a complete journey through Italy*. Esse estilo de aprendizado erudito se impusera desde o final do reinado de Elizabeth I.

Os principais envolvidos nessas viagens de aproximação com a antiguidade clássica eram filhos de famílias aristocráticas; à burocracia e o executivo colonial. Embarcavam nessa viagem que tinha como principal destino Itália, Roma em particular (CAMARGO, 2002, p.38-39). O *Grand Tour* servia como um marco para erudição. Jovens ingleses ricos começaram a realizar viagens através da França e da Itália, em busca de reflexão sobre a grandeza do homem ideal. O *Grand Tour* favoreceu ligações aristocráticas com nobres estrangeiros se misturando com a nobreza local.

Mesmo com o *Grand Tour*, que buscava o conhecimento dos clássicos através dos estudos e vislumbramento das coisas produzidas pelo homem, essa ideia de Patrimônio, só começa a ser construída no século XVIII na França revolucionária. O significado da Queda da Bastilha está na ruptura do antigo regime do absolutismo monárquico e no aparecimento de um mundo com ideias republicanas. Os traços que irão delinear os bens culturais surgem naquele momento e lugar. Os bens culturais dentro dos acontecimentos revolucionários são chamados de bens culturais públicos. Surge a noção de 'coisa pública'.

A questão francesa (CHOAY, 2006, p.98-100) sobre seus monumentos era o que fazer com os bens nacionalizados que precisavam adquirir novas funções.

³ Um novo tipo de viajante surge em conexão com as transformações econômicas e culturais na Europa do Iluminismo e da Revolução Industrial. Trata-se aqui não do viajante de expedições de guerras e conquistas, não do missionário ou do peregrino, e nem do estudioso ou cientista natural, ou do diplomata em missão oficial, mas sim do *grand tourist*, conforme era chamado o viajante amante do conhecimento dos antigos e de seus feitos, com um gosto exacerbado por ruínas que beirava a obsessão e uma inclinação inusitada para contemplar paisagens com seu olhar armado no enquadramento de amplas vistas panorâmicas, compostas segundo um idioma permeado por valores estéticos sublimes. Um viajante dispendo acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registradas pela historiografia da prática social de viajar por puro prazer (SALGUEIRO, 2002, p.291).

Coube aos legisladores franceses os dividirem em duas categorias, móveis e imóveis, com tipos de tratamento diferentes. Para os bens móveis, coube colocá-los em lugares abertos para o público, consagrou-se então o nome *museum*, (museu). Esse nome deriva do 'Templo das Musas' em Atenas, essas musas mitológicas tinham a capacidade de inspirar a criação artística e científica, logo o uso da palavra museu pelos franceses, evocava um passado grego mítico, sublime, curioso e inspirador.

Os bens móveis eram provenientes de despojos saqueados em propriedades, igrejas e castelos durante a revolução, no segundo caso, os bens imóveis são conventos, igrejas, castelos, residências particulares, entre outros, que foram registrados então como propriedade, por herança, de todo povo. Os comitês revolucionários construíram a ideia de valor nacional e atribuíram novos usos dos bens imóveis, eles seriam para fins educativos e científicos.

Com efeito, vemos que a construção da noção de patrimônio, seja móvel ou imóvel, ainda que sua sistematização seja constituída em fins do século XVIII com a formação dos estados nacionais, é milenar e está presente nas sociedades pretéritas, no mundo clássico e na Idade Média (GONÇALVES, 2009, p.26-33). Os franceses revolucionários apenas deram contorno nessa construção quando criaram comitês específicos para garantir a sobrevivência do patrimônio porque, entenderam que os sentimentos sociais produzidos pelos bens culturais eram carregados de significados agregadores e construíam laços sociais.

Não é sem propósito, que durante toda história ocidental a qual a noção de patrimônio⁴ esteve envolvida, novas evocações a esse patrimônio surgiram com a formação dos estados nacionais. Os bens públicos recebem novos traços e significados, tornam-se bens nacionais, claramente, emerge a ideia de patrimônio nacional com o intuito de fortalecer o estado. Os monumentos seriam a materialização da identidade nacional (CAMARGO, 2002, p.21).

⁴ Se as categorias que vão fundamentar a constituição dos chamados patrimônios históricos e artísticos começaram, portanto, a ser formuladas e aplicadas a bens, desde o Renascimento, foi a ideia de nação que veio garantir seu estatuto ideológico, e foi o Estado Nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação (FONSECA, 2005, p.55).

A ideia de voltar os bens patrimoniais ao público encontrou certa satisfação na Europa. A França então foi um marco para nova ordem de valorização patrimonial que atingiu o ocidente. O marco cronológico na perspectiva da valorização dos bens patrimoniais pós-revolução, foi o advento da revolução industrial no século XVIII e início do século XIX. Segundo Choay (2006, p.127):

A revolução industrial como ruptura em relação aos modelos tradicionais de produção, abria um fosso intransponível entre dois períodos da criação humana. [...] como processo de desenvolvimento planetário dava, virtualmente, uma dimensão universal ao conceito de monumento histórico, aplicável em escala mundial. Como processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico e, por outro, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da história da arte.

Os monumentos construídos para trazer a lembrança de uma época, deveriam encontrar lugar na nova estrutura urbana comandada pela produção industrial. O comércio de produtos manufaturados, produzidos por artesãos, chegava ao colapso. Mesmo assim, dentro de todas as atribuições impostas pelo novo sistema, o valor cognitivo do monumento histórico permanece solidamente (p.128). Nesse período de mudanças sociais e econômicas, o símbolo de resistência que unia a historiografia e os estudos de antiguidades, foi François Guizot.

Ele teve papel importante na defesa do conceito de monumento histórico. Desenvolveu mecanismos para estabelecer leis visando à proteção do patrimônio histórico e contribuiu significativamente na formação da história da arte⁵. Guizot, então Historiador, Escritor e Ministro do Interior, apresentou em 21 de outubro de 1830 ao rei, um documento administrativo *Rapport* (Relatório) que sugere a criação do cargo de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos da França com o intuito de preservar os mesmos.

⁵ A História da Arte investiga os fenômenos e expressões visuais, as manifestações simbólicas e artísticas, a constituição e as transformações técnicas, formais e conceituais no universo das imagens. É a história de qualquer atividade ou produto realizado pelo Homem com propósito estético ou comunicativo, enquanto expressão de ideias, emoções ou formas de ver o mundo. “Cumpra observar, porém, que no século XIX a economia dos saberes centrou a função cognitiva do monumento histórico no domínio, recém-determinado e ainda em fase de organização, da história da arte” (CHOAY, 2006. p. 128).

Victor Hugo é outro exemplo na inserção de atributos valorativos ao patrimônio histórico quando fala sobre a arte românica e conservação desses monumentos históricos em período de industrialização. Foi Victor Hugo que reclama uma lei para proteção do passado, para garantir que uma nação possua aquilo que tem de mais sagrado depois do futuro. Hugo defende a luta pela conservação e manutenção dos monumentos nacionais e históricos que pertencem ao Estado e que estão nas mãos de particulares, por considerar que a arquitetura das artes é a única que não tem futuro no mundo em tal transformação (KURL, 2007, p. 117).

John Ruskin, outro contribuinte, atribuiu um valor de reverência ao monumento histórico e sua importância na memória. Ruskin traz o discurso sobre a impossibilidade de viver sem arquitetura, pois é ela que nos faz lembrar. “A arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos nossa identidade e que é parte de nosso ser” (CHOAY, 2006, p.139).

Para Ruskin, esse passado presente nos monumentos era definido pelas gerações humanas que nos precederam. Segundo seu discurso, é pela intermediação de sentimentos morais, a reverência e o respeito. Tal discurso serve como indagação sobre a natureza da arquitetura de sua época, ele se pergunta como que mediante a crise causada pela Revolução Industrial, a arquitetura poderia recuperar o valor de reverência que lhe é consubstancial.

Outro exemplo foi Gustavo Giovannoni, um arquiteto e engenheiro italiano. Em sua profissão, percebeu a fragmentação e desintegração da cidade devido à urbanização generalizada e difusa, isso é bem claro no tempo de Haussmann⁶.

⁶ Plano de Haussmann foi um projeto de modernização e embelezamento estratégico da cidade de Paris, encomendado por Napoleão III, realizado pelo prefeito Barão Georges-Eugène Haussmann, entre 1853 e 1870. Destruiu, contudo, em nome da higiene, do trânsito e até da estética, partes inteiras da malha urbana de Paris. Mas também aí ele era homem de seu tempo: a maioria daqueles que à época defendiam, na França, os monumentos do passado com maior convicção e energia concordavam também sobre a necessidade de uma modernização radical das cidades antigas e sua malha urbana (CHOAY, 2006. p.175).

Gustavo Giovannoni pensou na dualidade essencial dos comportamentos humanos que Cerdá⁷ considerava o motor da urbanização. Para Cerdá o homem repousa e o homem se move. Os seres humanos sempre têm a necessidade de parar, de reunir e de morar.

Assim, para Giovannoni, os lugares precisam ter vida, é um complemento social. Foi responsável pelo primeiro documento internacional publicado no sentido de considerar universais certas regras de proteção e salvaguarda de monumentos: a Carta de Atenas.

Ruskin, juntamente com William Morris (1834-1896)⁸, foram os primeiros a pensar na proteção dos monumentos históricos em escala internacional e a mobilizar-se para tal. Na imprensa e em campo, militaram pelos monumentos e pelas cidades antigas da França, Suíça e da Itália.

Na concepção ruskiniana, quaisquer que tenham sido a civilização ou grupo social que erigiram o monumento, ele se dirigem igualmente a todos os homens. Ruskin e Morris trazem a primeira concepção de 'patrimônio da humanidade'. Neste entendimento, ele traz à memória afetiva de dimensão sagrada das obras humanas, os monumentos históricos adquiriram nessa visão, uma universalidade, um patrimônio de todos. Baseando nesse ideal, o passado histórico não é fruto exclusivo e particularizado de uma nascente nação, esse passado pertence a todos, é universal.

A perspectiva de universalidade e os diversos discursos produzidos em torno da preservação dos monumentos, marca no início do século XX, a transformação do patrimônio histórico em objeto de consumo cultural (FONSECA, 2005, p.60).

A palavra 'cultura', termo germânico *Kultur* e o termo francês *Civilisation*, foram trabalhados pela primeira vez por Edward Tylor (1871). Ele formulou o

⁷ Ildefons Cerdà i Sunyer (1815 - 1876) foi um engenheiro urbanista e político catalão responsável pelo plano de extensão e reforma (*Plan de Ensanche*) da cidade de Barcelona, Espanha.

⁸ Foi um dos neoromânticos da sua época, liderou um revivalismo na Inglaterra victoriana e capitalista, baseado nas artes e ofícios da idade medieval. Morris teve uma profunda influência nas artes visuais e no desenho industrial dos fins do século XIX.

termo *Culture* para o vocabulário inglês e lhe deu um sentido amplo na etnografia, onde definia pela primeira vez em uma palavra, as possibilidades de realização humana (LARAIA, 2009, p.25). O termo passa a ser usado no Brasil no início do século XX (SPHAN, 1980, p.26). Observamos também seu uso na Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948. Porém, foi apenas na segunda metade do século XX que o termo cultura passa a ser difundido no âmbito do patrimônio;

O Estado francês seria o primeiro a explorar essa conjuntura [...] de um culto da cultura. Esse termo convém lembrar, ainda tinha, logo depois da Segunda Guerra, um uso discreto na língua francesa, que antes preferia integrá-lo em sintagmas (cultura letrada, cultura geral) a utilizá-lo em seu sentido filosófico, definido e depois explorado para fins políticos pelo pensamento alemão [...] A palavra “cultura” se difundiu a partir dos anos de 1960. Símbolo de sua fortuna, a criação de um ministério para assuntos culturais, que logo se torna “da Cultura”, é um modelo que não tarda a ser adotado pela maioria dos países europeus e a atravessar os mares. Malraux cria as *Maisons de la Culture* [Casas da Cultura], ao passo que a “cultura” se diversifica: culturas minoritárias, cultura popular, cultura do pobre, cultura do corriqueiro... (CHOAY, 2006. p.210).

Nota-se que no *II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*, reunidos em Veneza, Itália, no mês de maio de 1964, é usada a expressão ‘bens culturais’, que até então já era usada no Brasil e agora é usada em nível internacional. A legitimação do termo ‘patrimônio cultural’ aconteceu somente no mês de novembro de 1972 em Paris, França, através da UNESCO em sua *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*.

Percebemos que a cultura e a questão do patrimônio, no século XX, chegam numa encruzilhada envolvendo a memória, valorização dos bens coletivos e tradição das identidades culturais. Essa situação irá marcar os rumos que o patrimônio irá tomar para o início do século XXI, que é gerar conhecimento, fortalecer identidades, promover cidadania e continuar proporcionado prazer aos sentidos dos viajantes.

1.1. Trajetória do Patrimônio Cultural no Brasil

A noção de patrimônio histórico e artístico nacional é dita pela primeira vez no Brasil como objeto de proteção obrigatório por parte do Estado na Constituição de 1934. No Artigo 10, *alínea* III, vemos que compete ao poder público proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, e também impedir a evasão de obras de arte. Foi no decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que é regulamentado a proteção dos bens patrimoniais no Brasil. Os principais valores atribuídos a esses bens são o artístico e o valor histórico. As menções observadas são em relação aos valores arqueológicos, etnográficos, paisagísticos e outros atributos relacionados à arte.

No Brasil, o reconhecimento da necessidade de proteger o patrimônio histórico e artístico já havia sido apontado desde a década de 1920, época em que se registraram as iniciativas de criar conceitos de cultura nacional. Segundo Fonseca (2005, p.81);

No Brasil, a temática de patrimônio – expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico – começa a ser considerada politicamente relevante, implicando o envolvimento do Estado, a partir da década de 1920. Já estavam então em funcionamento os grandes museus nacionais, mas não se dispunha de meios para proteger os bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis. A partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um “tesouro da Nação”, perda irreparável para as gerações futuras [...] passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa.

Um dos primeiros passos que levaram a busca pela mentalidade de valorização das expressões de arte e busca de uma formação cultural genuinamente nacional, surge através dos modernistas, artistas brasileiros formadores de opinião sobre história, arte e cultura. Proferiam críticas quanto aos modelos políticos e culturais da velha República.

Esse movimento culminou na Semana de Arte Moderna⁹ em 1922. Esse movimento modernista influenciou não só nas produções artísticas, influenciou também na inserção de novos valores culturais e novas formas de relacionar com o patrimônio nacional. Para Fonseca (2005, p.89) “os modernistas brasileiros não romperam apenas com uma tradição estética; romperam com toda uma tradição cultural profundamente enraizada não só entre os produtores e consumidores de literatura e de arte, como em toda a sociedade”.

A resposta do poder público as demandas do meio intelectual, vieram com a criação de Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928).

O movimento de 1922 irá sair da esfera das produções artísticas para efetivamente atuar na política, apenas mediante a Revolução de 1930¹⁰. No início de seu governo, Getúlio Vargas começa a estruturar o Estado. Criou o Ministério da Educação e Saúde, Ministério do Trabalho, Departamento Nacional de Propaganda e o Departamento Administrativo do Serviço Público. No programa do governo, Gustavo Capanema foi convidado a assumir a liderança do Ministério da Educação e Saúde em 1934, substituindo Francisco Campos. Para tal responsabilidade, Capanema contou com muitos, dos chamados modernistas, a atuarem com ele no Ministério da Educação e Saúde - MES.

Confirmado Capanema no cargo, foi empreendida uma ampla reforma, sendo criados no MES o Instituto Nacional do Livro, dirigido por Augusto Meyer, o Serviço Nacional de Teatro, dirigido por Thiers Martins Moreira, o Instituto Nacional de Cinema, já sob a direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade desde o ano anterior. (p.86).

⁹ A Semana de Arte Moderna em 1922 teve participações de destaque como: Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Yan de Almeida Prado, John Graz, Oswaldo Goeldi, na Pintura e no Desenho; Victor Brecheret, Hildegardo Leão Velloso e Wilhelm Haarberg, na Escultura; Antonio Garcia Moya e Georg Przyrembel, na Arquitetura. Entre os escritores encontravam-se Mário e Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Sérgio Milliet, Plínio Salgado. A música estava representada por autores consagrados, como Villa-Lobos, Guiomar Novais, Ernani Braga e Frutuoso Viana.

¹⁰ Em 26 de julho de 1930, o movimento político oposicionista articulou a derrubada do governo oligárquico com o auxílio de setores militares. Depois de controlar os focos de resistência nos estados, Getúlio Vargas e seus aliados chegam ao Rio de Janeiro, em novembro de 1930, iniciando a chamada Era Vargas. Getúlio ficaria por quinze anos ininterruptos no poder, 1930 – 1945, logo depois, seria eleito pelo voto popular voltando à presidência entre os anos de 1951 e 1954.

A primeira medida do governo federal mediante a proteção do patrimônio histórico e artístico foi à elevação da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, a categoria de monumento nacional (1933). Em 1934, houve a criação da 'Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais', ligados à estrutura do Museu Histórico Nacional, no comando do historiador cearense Gustavo Barroso.

A criação da inspetoria teve como política a busca de uma definição da nação, desejada pelo governo de Getúlio Vargas. Dentre os principais feitos, realizou trabalhos de restauração e preservação em monumentos da cidade de Ouro Preto, especificamente pontes, templos e chafarizes. A inspetoria é suprimida em 1937, ao ser substituído pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Nesse período, nota-se que poder público passou a estabelecer iniciativas de apoio à cultura por simpatizar com os ideais modernistas (MAGALHÃES, 2004, p.12).

Antes que o SPHAN viesse a funcionar, em 1936, com o apoio do Estado, o então ministro Capanema, Vargas desejou fazer um levantamento das obras de pinturas antigas e modernas que estavam sobre propriedade privada na cidade do Rio de Janeiro. Visto todos os problemas que podia gerar, Capanema convidou Mário de Andrade¹¹ para que elaborasse um anteprojeto sobre a criação de uma instituição de proteção ao patrimônio nacional. Assim, o SPHAN, começou a funcionar de forma experimental em 1936 sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade¹². Através da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, passa a integrar oficialmente o MES.

O decreto de criação do SPHAN definia o patrimônio histórico e artístico nacional como conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos

¹¹ Mário de Andrade (1893-1945) foi escritor brasileiro. Publicou "Pauliceia Desvairada" o primeiro livro de poemas da primeira fase do modernismo. Foi crítico de arte em jornais e revistas. Teve papel importante na implantação do modernismo no Brasil. Foi diretor do departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico do Ministério da Educação.

¹² Rodrigo Melo Franco de Andrade 1898-1969. Advogado, jornalista e escritor. Formou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Foi redator-chefe (1924) e diretor (1926) da *Revista do Brasil*. Chefe de gabinete de Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública, foi o principal responsável pela indicação de Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em dezembro de 1930. Chefiou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), desde a fundação do órgão, em 1937, até 1968.

memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Dentro dessa concepção de cultura produzida no SPHAN, Mário de Andrade insere o gosto por todas as obras de arte, tanto eruditas, das Belas Artes, quanto as populares, arqueológicas, ameríndias e aplicadas, onde todas poderiam ser inscritas nos Livros do Tombo¹³. Fica clara também, a posição pedagógica de Mário de Andrade. A divulgação cultural seria o objetivo modernista em seu apíce. A estrutura dos museus seriam melhoradas e adaptadas à serviço do conhecimento. Fonseca (2005, p.102) afirma;

A preocupação maior de Mário de Andrade não se restringia à conceituação de patrimônio, mas também dizia respeito à caracterização da função social do órgão, o que implicava detalhar atividades que facilitassem a comunicação com o público [...] o texto do anteprojeto é amplo e aborda com detalhes a questão conceitual - que as obras, e a partir de que critérios, poderiam ser consideradas patrimônio – detendo-se também na estrutura e no funcionamento do órgão, tendo sempre em mente os meios de divulgar e coletivizar o patrimônio.

No mesmo ano de efetivação do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco de Andrade, elabora o decreto-lei que é a primeira norma jurídica de que se dispõe objetivamente sobre patrimônio. Faz referência acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade e define patrimônio histórico e artístico da União como conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público.

O principal entrave até então para a legitimidade dos trabalhos do SPHAN, era a questão jurídica da propriedade, pois envolvia direitos de particulares. Dessa forma, o instituto do tombamento foi estabelecido pelo Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, para organizar e dar proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.

¹³ O patrimônio material protegido, agora com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

De 1937 até 1969, Rodrigo Melo Franco de Andrade manteve seu cargo de diretor do SPHAN. A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente desde 1994¹⁴. Na sua gestão, foram tombados 803 bens nacionais, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais (FONSECA, 2005, p.113).

Durante sua gestão, é importante observar o prestígio que a arqueologia obteve com a adição da lei federal 3.924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Vimos ampliar de forma significativa e definitiva a proteção dos sítios arqueológicos em todo território nacional.

A história dessa lei federal começa por intermédio de Paulo Alfeu Junqueira Duarte¹⁵, em 08 de maio de 1957, que conseguiu junto ao Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, a publicação no Diário Oficial da União de uma portaria designando uma comissão para elaborar um projeto de lei destinado à proteção do patrimônio pré-histórico e arqueológico nacional. O resultado foi a publicação da Lei nº 3.924, sancionada por Jânio Quadros somente em 26 de julho de 1961, ficando associada ao seu nome, porém quem autorizou a elaboração do anteprojeto foi Juscelino Kubitschek (LIMA, 2009).

Fica evidente que a Lei que até hoje protege os sítios arqueológicos brasileiros resultou de forma direta nos crimes cometidos especificamente contra os sambaquis, testemunhados na linha de frente por Castro Faria, Paulo Duarte e Loureiro Fernandes em suas pesquisas de campo e incansavelmente denunciados por todos os três. Assim temos a participação de Castro Faria, como o pesquisador vigilante que imprimiu rigor científico ao estudo dos

¹⁴ A Constituição Federal de 1934 efetivou a proteção do patrimônio artístico e histórico brasileiro. Dois anos depois, o Decreto-Lei n.º 25 criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O órgão atravessou inúmeras mudanças ao longo do tempo: em 1946 passou a ser Diretoria (DPHAN), em 1970, Instituto (IPHAN), em 1979 é dividido em Secretaria (SPHAN) e em Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), em 1990 as duas instituições dão lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), em 1994 o IBPC torna-se Instituto (IPHAN). A partir de então não se verificaram mais alterações.

¹⁵ Paulo Alfeu Junqueira Duarte (16 de novembro de 1899 a 13 de março de 1984) foi jornalista, arqueólogo, professor universitário e atuou como um dos fundadores da Universidade de São Paulo; do Instituto de Pré-História e do Instituto Paulista de Oceanografia.

sambaquis e que elaborou o texto-base da lei que se tornou o instrumento-chave para salvar da destruição implacável não apenas os sambaquis como originalmente se desejava, mas todos os sítios arqueológicos brasileiros; Paulo Duarte, como o combativo articulador e ponta-de-lança das ações políticas em São Paulo e no plano federal e Loureiro Fernandes, como pioneiro na proteção legal em nível estadual, fomentando no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná investigações em sambaquis conduzidas por pesquisadores estrangeiros e brasileiros.

No período 1937 até 1969, onde Rodrigo Melo esteve à frente do SPHAN, Fonseca (2009, p.60) enfatiza uma dimensão que por muitas vezes não foi devidamente percebida e registrada nos livros de Tombo. Assim como aconteceu no caso da arqueologia, onde por muitas vezes o órgão no seu início o deixava de lado; existiu no cenário nacional uma diversidade de objetos, de agentes históricos e de possibilidades, em outras palavras, a importância da historicidade imaterial de bens, que muitas vezes não foi encontrado e considerado relevante pelos técnicos do SPHAN.

A preocupação desses técnicos, muitos arquitetos, era valorizar o barroco, em seguida, o neoclássico (2005, p116), mostrando uma profunda preocupação em valorizar características arquitetônicas e esquecendo os personagens envolvidos no processo. Dessa forma, para além da pedra e cal, é uma crítica ao processo de tombamento onde favoreceu apenas o caráter estético e frio das obras, baseada nos cânones da arquitetura modernista.

Era preciso então, voltar os olhos para as pessoas, os conceitos de patrimônio e de seu excepcional valor deveriam encontrar uma nova fase, políticas que norteariam a preservação dos bens culturais no Brasil. Nessa perspectiva, temos como referencial não apenas o início do SPHAN e o Decreto-Lei 25/37 que agregou as políticas de preservação do patrimônio nacional, outro referencial que vamos perceber, é a abertura do Estado para questões relacionadas ao patrimônio em nível internacional.

As Cartas Patrimoniais exerceram papel importante no Brasil, pois em suas composições, abrangiam o patrimônio arqueológico, arquitetônico e paisagístico, bem como seus desdobramentos nas lógicas de utilização desses bens patrimoniais nos países signatários das mesmas. Destaca-se então, as inúmeras Cartas sobre o Patrimônio Histórico; As Convenções da UNESCO, de 1972; A idealização de Patrimônio da Humanidade; A Missão da UNESCO, de 1967, chefiada por Michel Parent, todos foram decisivos para que o conceito de patrimônio fosse ampliado no Brasil (PARENT e LEAL, 2008, p.17).

Diversas cartas foram assinadas ao longo do século XX. A pioneira, também conhecida como Carta de Atenas, de 1933, retrata as necessidades e realidades próprias de sua época, na medida em que atentava para vivências sociais que rapidamente tornaram-se obsoletas diante da própria dinâmica do tempo. No ano de 1964, outra carta passou a incorporar um novo conceito: a noção de “bem cultural”, *A Carta de Veneza*, preconizava a educação e a informação como ferramentas capazes de salvaguardar os bens culturais. É interessante observar as recomendações quanto às escavações, onde vemos a valorização da arqueologia. O documento diz ‘Artigo 15º’ que os trabalhos de escavação devem ser efetuados de acordo com as normas científicas e com a "Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a serem aplicados em Matéria de Escavações Arqueológicas", adotada pela UNESCO em 1956.

Em 1972 foi assinada outra carta normativa, a da UNESCO, assinada em Paris, também conhecida como Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que preconizava claramente os direitos vinculados à preservação. Esta carta de intenções previa que os Estados signatários fizessem com que o bem cultural tivesse uma função na vida da coletividade, além de estar integrado a um plano mais amplo de programas e estratégias urbanas. De acordo com seus assinantes: identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir eram os princípios básicos da cooperação internacional que visava a salvaguarda dos bens.

A Carta do México (1985) auferiu definitivamente o caráter educacional da preservação, levantando o conceito de identidade como fator fundamental para a

manutenção do ato preservacionista. Nesta carta um elemento se sobressai: é a primeira vez que se propõe desenvolver projetos de preservação não apenas no bem cultural tombado em si, mas também nos seus entornos, favorecendo assim as relações entre o bem e as populações que residem nas suas adjacências.

No contexto brasileiro, as Normas de Quito tiveram também bastante influência. A Organização dos Estados Americano (OEA), promoveu na cidade de Quito, debates a respeito da conservação e utilização do monumento e lugares de interesse histórico e artístico. O documento resultante atende expectativas fortemente ideológicas da região de Quito. Desta forma, após a publicação da Norma de Quito, acirra-se o interesse sobre o patrimônio cultural na sua utilização turística, que também era interesse brasileiro.

Nas Normas de Quito, são apresentadas propostas concretas para a utilização do patrimônio, tendo em vista o panorama de transformação de áreas de poucos recursos econômicos dos países da América Latina. A valorização do bem patrimonial associa-se, definitivamente, ao desenvolvimento econômico e social, o que interessou alguns setores que promoviam o patrimônio no Brasil. (CÉSAR e STIGLIANO, 2009, p.83-84).

Tais ações repercutem no Brasil e convergem no Compromisso de Brasília em 1970. Encontro de governadores, prefeitos e autoridades da área de cultura, que pensam o papel do Estado na proteção dos bens culturais. Nesse compromisso é atribuído às universidades a pesquisa histórica e a elaboração de inventário dos bens regionais. No ano seguinte, realiza-se também o Compromisso de Salvador¹⁶ em 1971.

Outro passo importante na ampliação do conceito de patrimônio no Brasil aconteceu em 1979, quando assume a presidência do IPHAN, Aloísio Magalhães, o *designer* pernambucano, fundador do Centro Nacional de Referências Culturais - CNRC. O Centro de referência idealizado por Aloísio Magalhães possuía uma perspectiva bastante abrangente de proteção aos bens culturais, tendo como

¹⁶ Em Salvador/BA é recomendado à criação de leis para ampliar as ações e usos dos bens tombados. Aborda-se o turismo e destaca-se a necessidade de planejar a condição ideal de utilização e divulgação dos espaços culturais, com utilização preferencial de imóveis históricos.

meta um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira. A abrangência sobre os bens culturais, também favoreceu a arqueologia, segundo Alejandra Saladino (2008, p.8):

Com Aloísio Magalhães na presidência do IPHAN, instaurou-se uma nova era para o patrimônio arqueológico; agora a questão da preservação desses bens também conformaria, em tese, o discurso e as práticas preservacionistas da instituição. Era necessário atender às demandas crescentes devido ao desenvolvimento do campo da Arqueologia no país. Foi então criado um Núcleo de Arqueologia, diretamente ligada à Presidência, e contratado o primeiro arqueólogo do quadro funcional. Nesse período, o Núcleo de Arqueologia, logo transformado em Coordenadoria, conseguiu setorizar sua atuação, destinando arqueólogos do IPHAN para algumas Superintendências Regionais, [...] começou a chamar a atenção da direção central para o problema estrutural da arqueologia na instituição, uma vez que não havia profissionais suficientes para atender às demandas de todas as superintendências.

O CNRC amparava-se no conhecimento obtido junto às áreas de antropologia e arqueologia a fim de entender como as populações produziam determinados modos de fazer, conhecimentos experimentais e técnicas de preparo. Esse material, após analisado e considerado como “novo patrimônio”, era devolvido às suas comunidades na forma de produto, agora com maior condição de desenvolvimento apropriado. A metodologia desenvolvida pelo CNRC foi incorporada à Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM¹⁷ após a inserção desta ao SPHAN (FONSECA, 2000, p.119).

As modificações que ocorreram na legislação referente ao patrimônio cultural na década de 1980 e o conceito e a institucionalização do Patrimônio Imaterial na década de 1990, são reflexos diretos das demandas por participação e por reavaliação da identidade cultural brasileira. Isso se deve a construção de novos discursos, as cartas patrimoniais e a Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216, que ampliaram a noção de patrimônio cultural inserindo bens culturais de natureza material e imaterial. Segundo o IPHAN (2013):

¹⁷ Segundo Cêça Guimaraens (2005, p.6), o período de gerência de Aloísio Magalhães, criador da Fundação Nacional pró-Memória, tem grande importância por ter acontecido em tempos de transição “democrática” que ainda era conduzida veladamente e, portanto, de forma ambígua e, se não, autoritária. O discurso usado na estrutura básica da pró-Memória ou FNPM privilegiava a participação das comunidades e era vivido lateralmente à ampliação da crença de que a variada realidade brasileira se integraria ao processo de desenvolvimento. Para ele todo cidadão brasileiro, então travestido em povo, não mais em elite, fixaria e exerceria a cidadania, com a qual construiria a própria história.

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de Bens Culturais Imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 04/08/2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

Nota-se que já no final do século XX, os interesses e novas significações quanto ao patrimônio cultural são inseridos nas leis do patrimônio, agora se têm a inserção do patrimônio imaterial. Dentro dessa perspectiva, temos a valorização das comunidades indígenas, comunidades de origem africana e comunidades caboclas.

Aqui, podemos relacionar as conquistas da arqueologia no cenário nacional. As contribuições de pesquisadores, as leis e as normas legais que garantiram o papel dessa ciência no país, contribuindo para que o patrimônio arqueológico não fosse destruído pelo processo econômico brasileiro.

Cabe destacar as seguintes conquistas: A consolidação da legislação ambiental, com a Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; A Lei nº 7.347/1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente; O Decreto nº 95.733/88, que dispõe sobre a inclusão no orçamento de projetos e obras federais de recursos destinados a prevenir ou corrigir prejuízos de natureza ambiental.

Destaca-se também o Decreto nº 99.540/90, que institui a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, que promoveu a mudança de paradigmas no âmbito da arqueologia estimulando o desenvolvimento da arqueologia empresarial.

Temos a Resolução CONAMA 001/86, que possibilitou a implementação da avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, onde fica reconhecido o IPHAN como o braço gestor do patrimônio arqueológico no estudo de Impacto Ambiental. A Portaria SPHAN nº 7/88 com base na Lei nº 3.924/61, que orienta os agentes do IPHAN sobre os procedimentos necessários para as pesquisas e escavações arqueológicas. A implantação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico-SGPA, em 1997.

Outra conquista é a Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002, com importantes disposições sobre os trabalhos de arqueologia relacionados ao processo de licenciamento ambiental e inserção da educação patrimonial.

Mesmo com todas essas conquistas, vemos que a questão da 'propriedade', pensada por Mário de Andrade e Rodrigo Melo, continua como um dos fatores agravantes relativos ao patrimônio, em todas as esferas atuantes pelo IPHAN. Ainda que prevaleça na lei brasileira o bem comum sobre a propriedade privada, essa ainda é uma questão complexa, que interfere nos processos de preservação e reconhecimento do patrimônio arqueológico por parte da sociedade.

As conquistas mencionadas no Brasil, não são apenas a ampliação do conceito de patrimônio cultural, essas conquistas, baseadas na ampliação de leis e normas, refletem sempre as necessidades atuais de legitimar os processos de preservação do patrimônio cultural frente ao desenvolvimento econômico.

Capítulo II - A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO

A arqueologia é a área do conhecimento que estuda as sociedades passadas a partir dos vestígios materiais que elas deixaram. Os vestígios arqueológicos são tudo o que restou desse passado distante e imaginado. A missão do arqueólogo é compreender como as populações viviam antes de nós e como se relacionavam com o ambiente (FUNARI, 2010, p.9). O lugar onde o arqueólogo realiza esses estudos e constroem seu discurso é chamado de sítio arqueológico.

A construção do pensamento arqueológico começa a partir da organização espacial do seu objeto de estudo que é o artefato¹⁸. Toda a perspectiva apresentada sobre a construção dessa ciência e o papel do arqueólogo, sugere a formulação de hipóteses sobre como eram as comunidades do passado, como eles viviam e suas produções (p.13-18). O arqueólogo é um colaborador da construção da história a partir do estudo dos artefatos, ele é um dos responsáveis pelo discurso junto a outras áreas das ciências sociais.

A formulação de teorias que respaldaram esse colaborador do discurso histórico, fez com que uma ciência marginal em seu início, viesse a tornar uma ciência científica peculiar, portanto historicizável. Os modelos teóricos produzidos na arqueologia, como referência ou como crítica, são usados nas explicações sobre a história humana com o intuito de esclarecer dúvidas ou preencher lacunas.

Assim, a história do pensamento arqueológico, começa com o interesse dos homens em descobrir seu passado. Podemos até nos atrever a pensar que a Arqueologia Clássica buscava no passado o encontro do início, uma ligação profunda com a vontade de buscar a ancestralidade comum ou a religiosidade primitiva dos povos que a buscavam (TRIGGER, 2004, p.27).

Caso essa especulação faça sentido, o conceito de arqueologia na antiguidade Clássica traria a busca das fontes, origens, continuidades como forma

¹⁸ Objetos construídos pelas mãos do homem através da modificação da matéria-prima.

de garantia da autoridade, poder ou expansão territorial. Para Trigger (p.31) “Na Europa medieval, túmulos e monumentos megalíticos eram objetos de interesse local e sacerdotes ocasionalmente registravam contos populares a seu respeito”. De certa forma, os estudos arqueológicos buscam até os dias de hoje, as origens para produzir seus estudos, seus discursos históricos. Talvez algo que esteja intrínseco em nós humanos, seja busca do passado para confirmação de algo que queremos provar ou reviver.

Com o advento do Renascimento, os intelectuais buscam o passado retomando a literatura da Era Clássica que apresentavam um conjunto de temas e interesses inerentes ao meio científico e cultural do período. A visão do homem sobre si mesmo modificou-se radicalmente, pois no período anterior, chamado Idade Média, todos os campos do saber humano tendiam a voltar-se para as explicações teocêntricas. É interessante observar que nesse período da Renascença, mesmo sem ainda constituir-se em uma disciplina independente, a história da arte, enquanto um ramo dos estudos clássicos, não se contentou em apenas ilustrar essa arte, buscou mais do que isso, buscou possuir fisicamente uma quantidade significativa dessa arte através do financiamento de excursões de escavação (RIBERIO, 2007, p.30).

Este período pré-científico da arqueologia, nomeado de Período Especulativo, é fortemente marcado pelo avanço dos gabinetes de curiosidade no século XVI e XVII. As formações dos antiquários ocorreram devido a esses gabinetes de curiosidades europeus. Sobre os *status* que concedia, sobre as curiosidades que seriam alimentadas e sobre a perspectiva religiosa que buscava afirmações sobre a criação divina, os gabinetes foram formados. O ato de colecionar antiguidades, vindo dos aficionados de grande poder aquisitivo, transfiguraram-se na busca pela compreensão de tudo que existia no mundo, fazendo dessa prática, o pré-cientificismo arqueológico (POSSAS, 2010, p.151-152). Para Trigger (2004. p.47), “as pesquisas desses pioneiros antiquários foram continuadas por uma série de historiadores e topógrafos, a maioria dos quais trabalhava em escala regional”.

As pesquisas dos antiquários influenciaram de forma significativa Nicolas Mahudel em 1734. Ele leu sua comunicação na *Académie des Inscriptions* de Paris sobre a tese de três idades sucessivas, a da Pedra, a do Bronze e a do Ferro, até hoje é lembrado por muitos pela sua teoria. Christian Jürgensen Thomsen, em 1819 refinou o sistema das três idades sucessivas como um sistema cronológico fechado. Desta forma, ele foi o primeiro a estabelecer uma divisão baseada em evidências da pré-história em períodos distintos. Esta conquista levou a ser creditado como o criador do sistema de três idades da antiguidade europeia (DE FILIPPO, 2011, p.14).

O Período de especulações científicas relacionados à arqueologia encontrou forte embasamento teórico nas propostas cronológicas como o do evolucionismo de Charles Darwin. Em suas pesquisas, ocorridas no século XIX, Darwin procurou estabelecer um estudo comparativo entre espécies aparentadas que viviam em diferentes regiões. Além disso, ele percebeu a existência de semelhanças entre os animais vivos e em extinção. Para Trigger (2004) “Em geral, reconhe-se que a perspectiva evolucionista cultural que explica a história humana foi amplamente aceita bem antes da publicação de *A Origem das Espécies*, de Darwin” (p.58). Inicia-se então um período na arqueologia conhecido como descritivo e classificatório, com intenções objetivas de transformar a aventura arqueológica em disciplina teórica.

O período descritivo-classificatório se distinguiu do anterior por uma mudança de atitude e visão da maioria dos escritores e estudiosos em arqueologia. O principal foco se voltou à descrição dos materiais, especialmente obras arquitetônicas e monumentos, procurando tornar a arqueologia uma disciplina sistemática e científica. A descoberta e a análise de peças passaram a serem financiadas por órgãos governamentais, universidades, museus e sociedades científicas, e a arqueologia passou a ser uma atividade reconhecida (WILLEY e SABLOFF, 1993, p.38).

Mesmo com o propósito de fundamentação da Arqueologia, ela foi entendida pelo evolucionismo cultural como uma subdisciplina da Antropologia e Etonologia como fornecedora de dados voltados para evolução humana. Assim seriam desenvolvidos estudos de classificação e seriação. Essa perspectiva, sem dúvida, ajudou no início dos fundamentos teóricos da arqueologia (RADCLIFFE-BROWN, 1989).

Ainda no século XIX, a arqueologia se engajou em um amplo projeto envolvendo a ideia de nação. Esses projetos nacionais de expansão territorial financiaram pesquisas arqueológicas e contribuíram para o desenvolvimento e divulgação da disciplina. As ideias nacionalistas, do tipo unificador, tanto na Itália como na Alemanha em 1870 e 1871, evidenciaram uma mudança radical do nacionalismo cívico e deu início ao nacionalismo cultural ou étnico. Os traços comuns que uniam a nação étnica ou cultural podiam ser de tipos diferentes: em primeiro lugar, uma cultura, demonstrada em costumes semelhantes ou uma língua compartilhada. Além disso, em alguns casos, uma mesma religião, etnia ou raça; em segundo lugar, uma descendência comum.

Com essa nova proposta a arqueologia teria um caráter legitimador da posse territorial. Nessa proposta a legitimidade de posse negaria os povos indígenas e iria afirmar a ancestralidade europeia. A identificação de áreas, definidas arqueologicamente como locais de domínio cultural ou de ancestralidade de um país, ajudou na justificativa de dominação de territórios de outros países. Esse período ficou conhecido como arqueologia histórico-culturalista.

Gustaf Kossinna (1858-1931), arqueólogo alemão imbuído de um fanatismo patriótico e nacionalista, interessando-se pela origem dos povos que falavam indoeuropeu e, por extensão, dos próprios alemães, utilizou sistematicamente o termo germânico *Kultur* nos seus estudos. As culturas eram entendidas como "um reflexo inevitável da etnicidade, argumentando que as semelhanças e as diferenças na cultura material podiam correlacionar-se com as semelhanças e as diferenças na etnicidade" (TRIGGER, 1992, p.159).

A arqueologia no início do século XX continuou com seus princípios teóricos nascentes dos últimos dois séculos. O evolucionismo cultural e biológico continuou a chefiar a arqueologia, porém, acrescidas de duas variantes, o Difusionismo e o Migracionismo.

Dentro da perspectiva Difusionista, destaca-se o arqueólogo marxista¹⁹ Vere Gordon Childe (1892-1957) o qual foi o primeiro a usar a expressão 'Cultura Arqueológica'. Ele fundamentou sua tese com o nome Revolução Neolítica, onde para ele o homem fixou-se na terra e desenvolveu a agricultura, inclusive com o arado de tração animal, tornando-se sedentário, Childe (1978) também trouxe a ideia da Cultura Propagada em Ondas, o Difusionismo. Childe (1976) define o arqueólogo como um historiador, pois através dos dados arqueológicos, ele estuda e procura reconstruir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos.

Segundo Childe, ao fazer seu trabalho, o arqueólogo estabelece relações, comparações, perguntas ao objeto que é o produto da criação humana. Tais objetos, chamados artefatos, ou seja, um objeto feito pela mão do homem fornece informações sobre a cultura do seu criador e usuários, sobre possíveis padrões de confecção, matéria-prima e tecnologia utilizada para a produção dessa cultura material.

O conceito de cultura usado por Childe é construindo no final do século XIX, associado ao interesse então registrado pelo estudo dos povos e etnicidade. O Conceito trabalhado por Tylor, publicado em 1871 no livro *Primitive Culture*, define cultura como as crenças, as artes, a moral, as leis, os costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

Com o surgimento de uma nova proposta entre 1960 a 1970, chamada Nova Arqueologia²⁰, a disciplina finalmente se adequa a um caráter científico. Esta nova forma de pensar em arqueologia, ou chamada também de Arqueologia Processual ou Processualismo, buscou suas bases na antropologia norte-

¹⁹ Ele inspirou-se no marxismo para apresentar uma interpretação de toda história da humanidade, desde muito antes da invenção da escrita até a atualidade, tomando por base a evolução tecnológica. Com isso, procurou mostrar que cada época baseou-se numa determinada tecnologia e que sua superação sempre se deu por um avanço técnico (pedra lascada, polida, cerâmica, agricultura, bronze, ferro, máquina) (FUNARI, 2010, p.21).

²⁰ As origens da Nova Arqueologia são atribuídas a Tylor, Binford e Clarke, sendo os últimos dois, reponsáveis por sua divulgação. Entre as obras destacadas estão; Sally e Lewis Binford (*Archaeology as Anthropology*, 1962; *Consideration of Archaeological Research Design*, 1964; *New Perspectives in Archaeology*, 1968); David Clarke (*Analytical Archaeology*, 1968); Colin Renfrew (*Before Civilisation. The Radiocarbon Revolution and Prehistoric Europe*, 1973). A história cultural que então se fazia, era vista por estes investigadores como algo acientífico, pois não se explicam as relações no passado.

americana com a proposta de elaborar conceitos de padrões universais de comportamento humano que não se limitaria a uma ou outra sociedade, seu grande expoente foi o arqueólogo Lewis Binford (FUNARI, 2010, p.49).

Cultura para a Nova Arqueologia era um sistema, algo bem diferente do conceito desenvolvido pela Arqueologia histórico-culturalista. Um sistema foi definido como uma rede intercomunicante de atributos que formam um conjunto complexo. Essa teoria dos sistemas procura identificar os diferentes elementos ou subsistemas e estudam as relações que se produzem entre eles. Os sistemas estão adaptados ao meio envolvente como o meio natural e o meio social, ou seja, os sistemas, na perspectiva da Nova Arqueologia, são observáveis, podem ser detectados no registo arqueológico, porque dependem da circulação de materiais e do fluxo de informação. Na concepção de cultura de Lewis Binford, a cultura era vista como uma forma de adaptação extra somática ao meio pelos seres humanos e define a ligação da cultura material a três subsistemas; o tecnológico, o social e o simbólico. (BICHO, 2006, p. 71-72).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, arqueólogos mostravam-se insatisfeitos com a Nova Arqueologia que então era apresentada. Acusavam esses processualistas de não perceberem a importância dos fatores cognitivos para a compreensão do passado e da proliferação das dificuldades inerentes à epistemologia positivista. Os pós-processualistas desenvolvem assim novas abordagens cujas origens teóricas são múltiplas, destacando-se o Estruturalismo proposto por Fernando de Saussure (1857-1913) que constitui uma das vias pelas quais o idealismo (supremacia das ideias sobre as materialidades) exerceu uma forte influência no pensamento arqueológico. Esta corrente teórica contribuiu para o desenvolvimento de uma mais viva consciência crítica. Para os estruturalistas, a cultura é como a linguagem, uma forma de expressão oculta de significados (RIBEIRO, 2007, p.83).

A Arqueologia Pós-Processual, também chamada de Contextual, estava preocupada com os interesses e inserções sociais da arqueologia no passado e no presente (FUNARI, 2010, p.51). A arqueologia proposta por Ian Hodder baseia-se na perspectiva de que a arqueologia deve examinar todos os aspectos

de uma cultura arqueológica para então conhecer o significado dos elementos ou partes que a constituem. Hodder incentiva o mundo acadêmico a explorar temas que não eram valorizados na arqueologia processual como a cosmologia, estilos artísticos, simbolismo e religião (BICHO, 2006, p.78).

Os estudos das representações e de seus contextos, aliados as teorias do estruturalismo, levaram muitos arqueólogos adeptos de Hodder a buscar conhecimentos na Semiologia que lhes proporcionaria um instrumental teórico para interpretação dos signos, significantes, símbolos e referentes (RIBEIRO, 2007, p.104).

Outras correntes continuaram a se desenvolver conforme apresentado por Shanks e Tilley que designam por Arqueologia Crítica a vertente que permite ao arqueólogo fazer interpretações que sejam menos limitadas pelo pensamento dominante político, econômico e social do seu próprio tempo. Também é observado, dentro da Arqueologia Crítica, o desenvolvimento da chamada Arqueologia de Gênero que buscou as atividades e espaços femininos no passado e o reconhecimento das mesmas.

Nota-se a Arqueologia Cognitiva, que é definido por Renfrew e Bahn como o estudo de todos os aspectos da cultura antiga que são produtos da mente humana, tal como a percepção, descrição e classificação do universo (cosmologia), a natureza do sobrenatural (religião), os princípios, filosofias, éticas e valores pelas quais as sociedades são governadas (ideologia), expressões da arte dentro da visão de mundo e os comportamentos simbólicos que sobrevivem no registro arqueológico (BICHO, 2006, p.79-81).

Por último, temos a chamanda Arqueologia Pública, que tem marcado significativamente os caminhos das pesquisas arqueológicas no mundo e no Brasil. É um modelo de pesquisa que tem procurado uma relação de produção com o apoio e participação social. Esses trabalhos desenvolvem ações com as comunidades localizadas nas áreas que são realizadas as pesquisas arqueológicas, de modo que sua diversidade cultural possa se constituir em meio

de fortalecimento estratégico de valorização comunitária. Segundo Aline Vieira de Carvalho e Pedro Paulo Funari (2009):

Desde a década de 1970, arqueólogos influenciados ou por teorias marxistas ou por teorias pós-modernas, passaram a se indagar sobre as funções sociais da Arqueologia e, principalmente, sobre como deveriam se estabelecer as relações entre os acadêmicos, suas investigações e a sociedade como um todo. A obra *Public Archaeology* (1972), do arqueólogo norte-americano Charles Robert McGimsey, professor de Antropologia da Universidade da Lousiana, é considerada um marco na inauguração deste novo campo [...] A Arqueologia Pública, portanto, é uma área da Arqueologia voltada para o interesse público [...] diversas vertentes de teorias e práticas dentro deste campo. O que tange todas essas discussões é a reflexão sobre como as pesquisas arqueológicas, realizadas dentro das academias ou mesmo pelas empresas de Arqueologia, se relacionam com a sociedade.

O ponto culminante para o desenvolvimento da Arqueologia Pública ocorreu na década de 1980. Esse período da história viria a consolidar novas perspectivas para arqueologia, devido aos posicionamentos de entidades internacionais quanto à valorização do Patrimônio Cultural. Essas perspectivas impostas pelas cartas patrimoniais e pela UNESCO influenciaram a realização do Congresso Mundial de Arqueologia²¹, liderado por Peter Ucko, em 1986, introduzindo questões sociais, políticas e à interação entre arqueólogos com as comunidades tradicionais.

O congresso quase não aconteceu, devido a conflitos internacionais envolvendo autoridades inglesas que desejam a proibição de pesquisadores Sul-Africanos no evento, visto a política imposta pelo *Apartheid*. Grande parte de arqueólogos norte-americanos retiraram suas publicações e cancelaram suas participações, toda a delegação israelense também se retirou, porém com o apoio do bloco do Leste Europeu, África, Índia e América do Sul, o secretário do congresso, Peter Ucko, conseguiu reorganizar o evento.

²¹ Disponível em: <http://www.worldarchaeologicalcongress.org/site/about_hist.php> acesso em: 6 Set. 2013.

Esse último exemplo, é parte de um breve histórico sobre a construção do pensamento arqueológico. Traz reflexões sobre as produções teóricas que são os frutos, exclusivamente, de expectativas de seu tempo. A dinâmica cultural imposta pelos novos discursos na década de 1980 colocou a arqueologia no caminho de produções científicas responsáveis e críticas. Essa postura de valorização social nas pesquisas tem incentivado, junto à programas educacionais, que as comunidades se envolvam na gestão e preservação do patrimônio cultural.

2.1. Formação da Arqueologia Brasileira

O interesse pela arqueologia no Brasil se deu tardiamente, apenas no século XIX, possivelmente pelo fato do próprio processo histórico que o país viveu desde o século XVI e a urgência de discursos históricos que respondessem as questões sobre formação da nação. Se formos pontuar, esse interesse em trazer conceitos da arqueologia para o Brasil se deu pela necessidade de conhecimento territorial e histórico; pela a curiosidade dos naturalistas europeus na exploração do território brasileiro; pelo desenvolvimento das teorias antropológicas e as estratégias de expansão do comércio europeu na América do Sul²². Esses contribuintes foram pontuais para o desenvolvimento dessa ciência no Brasil.

Consideramos a obra de Alfredo Mendonça de Souza (1991, p.14), para observamos os primeiros contribuintes da arqueologia brasileira que vai do início

²² O começo do século XIX marcou na Europa o interesse da descoberta pelas terras, homens e coisas da América do Sul [...] Justo era que, dentro do novo mundo, o Brasil fosse o país mais visado pelas curiosidades européias. Metade do continente, nação de vasto desenvolvimento territorial, possuindo elementos de rica sedução para o estudo da natureza, em breve a nossa terra atraía quantas expedições se organizavam para desbravar (COSTA, 1980, p.12).

¹⁶ Dentre essas expedições, destaca-se a do alemão barão de Humbolt em 1800 no norte da Amazônia; a do naturalista inglês Charles Waterton em 1812 com viagens à Amazônia, Maranhão e Pernambuco; o naturalista francês Saint-Hilaire que de 1816 a 1822 percorreu o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, reuniu notáveis narrações sobre os costumes dessas regiões, a flora e fauna, informações etnográficas relativas aos Botocudos e Caiapós; o naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund, que foi seduzido pelas descobertas fósseis de plantas e animais no planalto central, seus estudos foram impactantes para a paleontologia e arqueologia, ele se fixa em Minas Gerais, vive no Brasil por 55 anos, de 1825 a 1880; vamos observar também o botânico inglês George Gardner de 1837 a 1838; o naturalista britânico Charles Robert Darwin, que realiza de 1831 a 1836 sua famosa viagem que resultou a classificação das espécies, passa pelo Brasil entre 1832 e 1836; o príncipe Adalberto da Prússia em 1842 onde explora o rio Xingu; a Comissão Geológica do Império em 1875 com o cientista natural Hartt; a expedição organizada pela Smithsonian Institution em 1867 com o geólogo James Orton; a expedição do Marechal Rondon, de 1907 a 1915 onde desbravou regiões do Brasil até então habitada apenas por nativos, contribuiu muito para o conhecimento etnológico brasileiro, a expedição contou com a participação do antropólogo e etnólogo Roquette-Pinto em 1912 (COSTA, 1980, pp.4-34).

das expedições exploradoras pós-descoberta, até 1858, quando Dom Pedro II envia ao Nordeste a primeira Comissão Científica Brasileira.

O período das expedições no Brasil durante o século XIX e início do século XX, desbravou regiões no país até então pertencentes aos nativos da terra. Estabeleceram novas fronteiras regionais, registraram as belezas e raridades da terra, exploraram as potencialidades das florestas para abrir caminhos e para toda sorte de exploração econômica.

Seriam muitas referências que mostram o Brasil como uma arca do tesouro, um baú de curiosidades, dignos de aventuras e explorações. Caso fizéssemos as considerações necessárias de todos naturalistas, antropólogos, etnólogos, exploradores e piratas que percorreram o Brasil nos séculos XVII a XX, faríamos um trabalho específico para mensurar todas as contribuições boas e ruins desses homens notáveis.

Dentre os notáveis, cabe referência ao naturalista Peter Wilhem Lund. O mesmo empreendia descobertas no Brasil entre 1834 e 1844. Lund morou em Lagoa Santa, Minas Gerais de onde realizou suas pesquisas. No interior mineiro, localizou 800 cavernas, descobriu um número significativo de fósseis de animais extintos e ossos humanos. Ele coletava esse material e fazia as descrições necessárias, assim foi considerado o pai da paleontologia brasileira. Suas descobertas de ossos humanos misturados com vestígios da fauna extinta não eram aceitas pela comunidade científica por confrontar a cultura religiosa cristã que considerava o homem um ser tardio na criação. Mesmo assim prosseguiu com seus estudos. Lund começou a intuir teorias evolucionistas que seriam pensadas pouco tempo depois, por Darwin (PROUS, 1992, p.6-7).

Em meio a tantas especulações identitárias e descobertas importantes no Brasil, ocorreu a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, tradicionalmente entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfico, cultural e de ciências sociais. A instituição deveria formular as políticas culturais oficiais no século XIX. O Museu Nacional, criado anteriormente, em 1818, reforçou a missão do IHGB, e atendeu aos anseios de Dom Pedro II

que admirava os conhecimentos produzidos pela antropologia, paleontologia e arqueologia. Nota-se a tentativa de cruzar teorias do positivismo e do evolucionismo para produzir seu discurso e trazer respostas para a sociedade. Segundo Funari (2013, p.23):

O Museu Nacional do Rio de Janeiro era projetado para ser rival do Museu Britânico e do Louvre, deixando, assim, de lado a antiga metrópole, Lisboa. O imperador fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contemporâneo similar à Academia Francesa. Nesse planejamento a arqueologia desempenhava um importante papel, projetada para estabelecer raízes entre ambos, Velho Mundo (arqueologia clássica e egípcia) e Novo Mundo (arqueologia pré-histórica). Por algumas décadas, a arqueologia foi o centro da ideologia imperial do Brasil e isso explica seu desenvolvimento precoce. O fim da monarquia levou ao declínio da arqueologia durante a República Velha [...] Nos anos 1930 a forte influência do nacionalismo deu um novo ímpeto para a história e o patrimônio

A fundação da Universidade de São Paulo – USP, em 1934, trouxe novas perspectivas para o desenvolvimento dos estudos arqueológicos no Brasil. Muito se deve a Paulo Duarte²³ que contribuiu de forma significativa junto ao governo na criação da USP. Foi um dos fundadores e professores do curso de Pré-História da universidade e participou ativamente da criação do Departamento de Cultura da capital paulista. Funari (2013, p.24) destaca:

Duarte liderou um movimento pelos direitos indígenas, como consequência da arqueologia pré-histórica, durante o período liberal entre 1945 e 1964. Ele foi capaz de organizar a Comissão de Pré-História e depois o Instituto de Pré-História, que ele conseguiu atrelar à Universidade de São Paulo, um movimento muito importante para que a arqueologia pudesse, pela primeira vez, se tornar um ofício acadêmico no Brasil. Devido à sua amizade com Paul Rivet, Duarte foi capaz de atrair, pela primeira vez, arqueólogos profissionais para o Brasil, Joseph e Annette Laming-Emperaire, discípulos de Rivet e pré-historiadores pioneiros que estudavam arte rupestre como evidência de cultura humana, em oposição à tradicional arte alta e baixa. Isso era parte do movimento humanista decorrente de Lévi-Strauss, Marcel Mauss e André Leroi-Gourhan, todos eles enfatizando, de maneiras diferentes, como todos os seres humanos são capazes de representar o mundo com símbolos.

Com o convite e a vinda dos arqueólogos profissionais franceses Joseph e Anette Laming-Emperaire, a arqueologia no Brasil dá um salto qualitativo. Em

²³ Ver Capítulo 1.1. Trajetória do Patrimônio Cultural Brasileiro, p.28.

1966, Anette orientou um seminário sobre indústria lítica o qual serviu de referência para os arqueólogos brasileiros. O americano Wesley Hurt, na década de 1970, iria escavar sambaquis²⁴ de Laguna, Santa Catarina, e no Paraná. Hurt contribuiu na formação de profissionais de arqueologia no sul do país e ajudou na formação do Museu Paranaense e Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PROUS, 1992, p.13-14).

Outros grandes contribuintes foram o casal americano Clifford Evans e Betty Jane Meggers que escavaram a foz do Amazonas em 1949 e 1950, conseguindo estabelecer uma cronologia para cultura material da ilha de Marajó, eles utilizaram o método Ford²⁵ (p.14). Meggers e Evans foram convidados pelo diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a ministrarem um curso de treinamento para arqueólogos brasileiros. O curso aconteceu em 1964, ocasião na qual foi realizado um seminário de teoria arqueológica, metodologia, classificação e interpretação de cerâmicas.

Para o curso foram convidados 12 pesquisadores, oriundos de sete estados brasileiros (EVANS, 1967, p.7-13). A ideia era a implantação de um programa de âmbito nacional, formado por um grupo de pesquisadores brasileiros treinados em um único sistema teórico-metodológico de análise e interpretação de dados arqueológicos, especialmente de culturas ceramistas. Este projeto que se chamou Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, 1965 a 1970, reuniu pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi, pesquisadores do Sul e do Nordeste, com a colaboração da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a *Smithsonian Institution*, norte-americana.

²⁴ Há cerca de 6 mil anos, o mar começou a subir, até atingir o nível que está hoje. Desde essa época, o litoral do Brasil atual, entre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul, começou a ser ocupado por povos que viviam dos recursos que o mar oferecia. A dieta desses habitantes era constituída principalmente por peixes e moluscos. Escolhiam um lugar mais elevado, perto da praia, em especial se havia água doce por perto, e aí se estabeleciam por muitos anos, às vezes por séculos ou mesmo milênios. Para um lugar fixado levavam as conchas que recolhiam à beira-mar, abriam-nas com fogo e comiam os moluscos. As conchas vazias eram deixadas no chão e iam acumulando, com o passar dos anos, foram se formando verdadeiras montanhas de conchas, sobre as quais as pessoas construíam suas cabanas e dentro das quais enterravam seus mortos. Chamamos essas montanhas de sambaquis. Algumas, como o sambaqui de Garopaba, Santa Catarina, chegam a 30 metros de altura e média de 400 metros de comprimento por 100 de largura (GUARINELLO, 1994, p.22).

²⁵ O instrumento para análise quantitativa da cerâmica usada foi o método publicado por James Ford no manual *Método cuantitativo para establecer cronologias culturales* (1962).

Pretendiam elaborar um quadro geral das culturas brasileiras (PROUS, 1992, p.16-17).

Devido ao sucesso do PRONAPA e o desconhecimento arqueológico da região Amazônica, fazia-se necessário à criação de uma sequência cultural também para essa região. Para isso, foi criado em 1976 o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica - PRONAPABA. O programa também teve o apoio do Museu Paraense Emílio Goeldi²⁶. Importante destacar que as pesquisas arqueológicas já ocorriam sobre a supervisão do museu na Bacia Amazônica, a exemplo na década de 1950 por Peter Hilbert e em convênio firmado com o CNPq. Em 1962, Mário Simões organizou e consolidou a atual área de arqueologia na instituição.

Os museus, a exemplo do Museu Nacional, Museu Paulista, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paranaense, pós-revolução de 1930, tornaram-se referência para produção de conhecimento no governo de Getúlio Vargas. Essas instituições gozavam de prestígio junto ao MES e principalmente, junto a Mário de Andrade e sua concepção de museus ecléticos, eminentemente pedagógicos. Segundo Aureli Alves de Alcântara (2007, p.90):

A implementação das coleções e acervos angariados pela coleta e aquisição de patrimônio arqueológico foi desenvolvida pelos processos técnico-científicos pertinentes às atividades de musealização que possibilitaram o gerenciamento, a administração da memória e a forma de disponibilização do saber científico arqueológico efetivado pelos procedimentos de salvaguarda e comunicação. No caso dos processos comunicacionais, exposição e educação, perceberam-se a importância e a ênfase que os diretores das instituições

²⁶ No ano de 1861, um artigo aditivo à Lei do Orçamento Provincial foi proposto - sem a necessária execução - para a criação de um museu no Pará. O museu de história natural serviria como apoio às expedições europeias de naturalistas à Amazônia no século XIX. Em 1871, o governo do Estado do Pará instalou, oficialmente, o Museu Paraense, sendo Domingos Soares Ferreira Penna designado seu primeiro diretor. Com a morte do naturalista em 1889, o museu fechou. Em 1893, o governador Lauro Sodré mandou vir do Rio de Janeiro o naturalista suíço, Emílio Goeldi (Émil August Goeldi), demitido do Museu Nacional por questões políticas, após a Proclamação da República. O zoólogo assumiu a direção do Museu com a missão de transformá-lo em um grande centro de pesquisa sobre a região amazônica. Foram formadas coleções zoológicas, botânicas, geológicas e etnográficas. Goeldi faleceu em 1907. Em homenagem aos serviços prestados por Emílio Goeldi, o governador Paes de Carvalho alterou a denominação do Museu Paraense, que passou a se chamar Museu Goeldi. Após a revolução de 1930, alterou-se novamente o nome da instituição para Museu Paraense Emílio Goeldi (OLIVEIRA, 2009).

preservacionistas delegaram a esta forma de mediação entre a pesquisa científica institucional e a instrução do público.

Dentro da visão pedagógica exercida pelos arqueólogos franceses, pelos arqueólogos norte-americanos e socialmente desenvolvido pelos museus, seria inevitável que surgissem os primeiros cursos de arqueologia no Brasil, até então havia apenas o curso de Pré-História na USP. Segundo Sibeles Viana e Luís Symanski (2010, p.11):

Sobre a formação acadêmica em Arqueologia, sabemos que ela tem início lá na década de 1960 com pesquisadores norte-americanos e franceses que tiveram a incumbência de capacitar os primeiros arqueólogos brasileiros. Na década de 1970, surge o primeiro curso de graduação em Arqueologia no Rio de Janeiro, oferecido pela Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon - FAMARO que, no mesmo ano, foi transferido para as Faculdades Integradas Estácio de Sá – FINES.

Outros cursos surgem no Brasil, da década de 1970 até 2013, surgiram mais de dez graduações em arqueologia, sendo que uma das mais tradicionais está localizada na Universidade Católica de Goiás e conta com o apoio e suporte do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA. Temos também no Brasil, mestrados e doutorados bem conceituados no cenário internacional. Recentemente, foi autorizado pelo Ministério da Educação, a abertura de mais um curso de Arqueologia que funcionará na UERJ. Começam em 2014.

Com o surgimento de pesquisas arqueológicas em quase todo território brasileiro, as novas demandas da disciplina levaram a criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Foi criada durante o Seminário Goiano de Arqueologia, em março de 1980 durante reunião científica realizada em Goiânia, Goiás. A reunião de arqueólogos buscou conscientizar os profissionais atuantes, sobre a importância da socialização de teorias e métodos arqueológicos observando as novas demandas da ciência e sua aplicação. As discussões, debates e apresentações, deveriam resultar no amadurecimento da Ciência no país. Assim, com promoção de eventos anuais, a SAB tem discutido a arqueologia nessas últimas décadas rumo ao amadurecimento teórico.

O arqueólogo no Brasil, nessas últimas décadas, tornou-se um pesquisador requisitado no mercado devido à demanda pelos serviços relacionados à

engenharia civil que cresceu vertiginosamente no cenário nacional. A partir da assinatura da Resolução Conama 001/86, a participação do arqueólogo em projetos de avaliação ambiental se tornou frequente, a arqueologia passou a crescer em ritmo acelerado, quando comparada ao que ocorria anteriormente com os projetos de pesquisa. Essa nova realidade foi muito discutida pela SAB. Nesse cenário, como consequência de grandes obras de impacto ambiental que o governo e empresas realizavam em áreas conhecidas e desconhecidas pela arqueologia nacional, às mesmas precisavam ser estudadas a título de salvamento, visto a rapidez e emergência do desenvolvimento econômico. Segundo Sibeles Viana e Luís Symansky (2010):

A Arqueologia brasileira está definitivamente marcada nos primeiros dez anos do século 21 por um processo de expansão nunca visto antes. Diversos elementos nortearam a configuração deste quadro, um deles é resultado da consolidação do aumento progressivo do mercado de trabalho, em decorrência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo, assim como da inserção obrigatória da pesquisa arqueológica nos programas de estudo de impacto ambiental, conforme prescreve a legislação brasileira. Também deve ser considerado nesse processo, o crescimento das discussões na nossa sociedade em torno do patrimônio cultural, no sentido de assumir e preservar as diversas heranças étnico-culturais responsáveis pela formação das identidades da nação. Estes elementos promoveram a ampliação do campo de atuação dos arqueólogos, fazendo com que surgisse uma importante demanda por profissionais da Arqueologia em instituições que preservam e promovem o patrimônio cultural como museus, casas de culturas, IPHAN, ONGs, empresas de engenharia, de turismo, bem como em diferentes áreas da gestão e divulgação do patrimônio cultural.

Devido a essa grande pressão causada pelas obras de engenharia, dentro da cidade e fora dela, o IPHAN passa a ser pressionado para que atue efetivamente dentro da legislação e garanta a proteção do patrimônio cultural. A saída possível para essa proteção foi garantir que arqueólogos de diferentes instituições e pesquisadores convidados de áreas afins, atuassem em todo cenário brasileiro a fim de garantir que o patrimônio arqueológico não fosse destruído. Surge no Brasil à chamada Arqueologia de Contrato. Segundo Caldarelli e Santos (2000, p.53):

O termo arqueologia de contrato foi introduzido como decorrência do surgimento de um mercado de trabalho que pressupunha para o arqueólogo, como já ocorria com outras profissões, a existência de padrões ou de clientes. Um serviço arqueológico determinado é realizado por uma remuneração negociada [...] arqueologia de contrato no Brasil estará cobrindo a maioria da pesquisa arqueológica atualmente em andamento no país, envolvida com a localização, avaliação e estudo dos bens arqueológicos numa área determinada, para a qual, em geral, existe um projeto de engenharia civil que provocará alterações no uso do solo.

A arqueologia gerada por contrato diferenciava de outras pesquisas acadêmicas pelo fato que os arqueólogos das instituições, idealizavam áreas de pesquisa e produziam projetos, posteriormente, buscavam financiamento dos mesmos para então realizar suas pesquisas. Nesse novo cenário, visto durante os anos da década 1970 com o crescimento econômico, os arqueólogos das instituições experimentaram o caminho inverso, recebiam o financiamento para depois produzir um projeto de pesquisa onde o pesquisador não havia planejado trabalhar previamente. Com as obras do PAC, a arqueologia de contrato experimentou um crescimento nunca visto no IPHAN.

A diferença, no entanto, que separa a prática arqueológica acadêmica da prática arqueológica de contrato, é que arqueólogo de contrato contribui para a pesquisa básica e para questões metodológicas, e a pesquisa acadêmica, continua como grande responsável pelo crescimento teórico da ciência (CALDARELLI e SANTOS, 2000, p.54).

Os problemas que surgiram na ciência arqueológica não foram pelo avanço dos estudos, os problemas foram o crescente grupo de pesquisadores de áreas afins, ligados às instituições, aos laboratórios e projetos acadêmicos, que com pouca experiência teórica e metodológica em arqueologia, buscavam se firmar no mercado de pesquisas crescente no país. O principal instrumento para que arqueólogos com pouca experiência conseguissem autorização para as pesquisas, era a própria Portaria SPHAN 07/88. Outras questões são relevantes para que houvesse esse afrouxamento nas autorizações, justamente porque dentre os que vieram de áreas afins com pouca experiência teórica e metodológica, existiam muitos também de áreas afins com muita experiência teórica e metodológica. Isso, devido ao histórico de formação dos arqueólogos no

Brasil, que formaram seus primeiros profissionais através de cursos de capacitação técnica, no caso da missão norte-americana e da missão francesa. Para o IPHAN, o papel de regulamentador e avaliador das pesquisas arqueológicas, era tarefa difícil.

O IPHAN, percebendo as emergências para a profissionalização da arqueologia, em 2009 cria o decreto nº 6.884, instituindo em seus quadros o Centro Nacional de Arqueologia (CNA), atendendo à necessidade de fortalecimento institucional da área de gestão do patrimônio arqueológico. Tal medida foi fundamental para controlar o disparate gerado pela Arqueologia de Contrato, claro, sem fazer julgamento de valores entre acadêmicos e pesquisadores profissionais e entendendo a importância das pesquisas financiadas que ampliaram de forma significativa o conhecimento arqueológico pelo país.

2.2. A Presença da Arqueologia em Goiás

Devido à série de pesquisas produzidas pelos arqueólogos atuantes na década de 1970 e 1980 no litoral brasileiro e na Amazônia, um dos principais objetivos dos pesquisadores da arqueologia era estabelecer uma distribuição cronológica de ocupação humana Pré-Histórica. Essas pesquisas iriam influenciar diretamente o estudo no interior, ou no chamado Planalto Central do Brasil²⁷.

Para o arqueólogo Pe. Pedro Ignácio Schmitz (1974) e seus companheiros de pesquisas, o ambiente era um fator que influenciava diretamente a tecnologia de produção humana, bem como as formas de assentamento em decorrência das mudanças climáticas. Esse conceito de pesquisas científicas e o chamado método *Ford*, foram trazidos por Meggers e Evans na missão de Arqueologia norte-americana com o PRONAPA. Segundo Schmitz (p.134);

²⁷ O Planalto Central do Brasil se estende pelos estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, incluindo o Distrito Federal. Ocupando uma extensa área onde nascem diversos mananciais hídricos que abastecem as principais bacias hidrográficas do país: a Amazônica; A do Paraná e a do São Francisco. Nesse contexto ambiental, encontramos o Bioma do Cerrado, apresentando-se como um mosaico de formas fisionômicas, como: campo sujo, campo limpo, cerradão, campo cerrado, etc. O clima é seco e apresenta duas estações definidas, a das cheias e a da seca. Em Goiás, o Planalto Central cobre praticamente todo o seu território.

[...] o Estado de Goiás, em realidade, liga as grandes bacias hidrográficas brasileiras e com isto se torna um lugar evidente de passagem de grande número de grupos: no sul dá para os rios Paraná e Paraguai, no leste para o São Francisco e outros rios menores do Nordeste, no Norte e Oeste estão os grandes rios afluentes do Amazonas. Sob o ponto de vista da paisagem temos transições para a região Sul, o Nordeste e a Amazônia.

O principal interesse em estudos arqueológicos no interior do Brasil, com base nas diversas transições paisagísticas, partiu da seguinte necessidade:

[...] uma grande parte dos estados litorâneos do Brasil já tem um esquema cronológico bastante claro para os seus grupos Pré-Históricos e as migrações mais importantes destes grupos. O Estado de Goiás, que se estende como a coluna vertebral pelo centro do Brasil se tornou por causa disto alvo das atenções dos arqueólogos, porque guarda soluções importantes para a compreensão cabal da arqueologia dos demais Estados [...] (SCHMITZ, 1974, p. 134).

Nessa perspectiva, surge o Programa Arqueológico de Goiás, em 1972, como primeiro programa amplo, por abranger diversas regiões do Estado. Assim, foi firmada uma parceria entre o Instituto Anchieta de Pesquisas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e a Universidade Católica de Goiás - UCG.

As pesquisas foram aprovadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e pelo Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, começando a ser executado institucionalmente com a criação do Gabinete de Arqueologia da Universidade Católica de Goiás, chamado posteriormente de Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA. O programa recebeu apoio e financiamento do Governo de Goiás e a colaboração da *Smithsonian Institution of Washington*, que processou as amostras de C-14, desde a década de 1980 (SCHMITZ *et al.* 1977).

Com o desenvolvimento do Programa Arqueológico de Goiás – PAG, o mesmo foi dividido em três subprogramas e oito projetos de pesquisa,

respectivamente de 1972 a 1989. O 1º sub-programa (Amazônio Legal Goiana) consistia no Projeto Extremo Norte, o Projeto Ilha do Bananal e Projeto Médio Tocantins. O 2º sub-programa consistia no Projeto Alto Tocantins, no Projeto Alto Araguaia, no Projeto Centro-Sul e no Projeto Paranaíba. O 3º Sub-Programa consistia no Projeto Serra Geral (OLIVEIRA e VIANA, 2000, pp. 145-147; SCHMITZ, 1974, p. 133; SCHMITZ *et al*, 1984, p. 27-29).

As primeiras pesquisas do programa tiveram início com o Projeto Paranaíba e o Projeto Alto Araguaia, respectivamente em Serranópolis e Caiapônia (OLIVEIRA e VIANA, 2000, p.144). Esses projetos conseguiram produzir dados gerais sobre a ocupação pré-colonial da região, até então desconhecida pelos pesquisadores.

Destaca-se também o Projeto Anhanguera de Arqueologia, em 1975, marcando a primeira participação da Universidade Federal de Goiás - UFG. Esse projeto foi resultado de convênio firmado entre a UFG e a USP e teve o apoio do Museu Antropológico de Goiás. Essas pesquisas da UFG registraram dois sítios arqueológicos no município de Bela Vista de Goiás.

Os conhecimentos produzidos a respeito das ocupações Pré-Cerâmicas no Planalto Central, foi bastante diversificado e só foram pensados de maneira macrorregional no III Seminário Goiano de Arqueologia em 1980 (RAMALHO, 2013, p.21). Cabe ressaltar que a SAB²⁸ foi criada durante esse Seminário.

São notados também durante essa reunião os primeiros desdobramentos rumo a chamada 'Arqueologia Histórica no Brasil', que pretendia dar conta do entendimento da ocupação pós-descobrimento (GASPAR, 2003, p.272). Os dois primeiros seminários discutiram temas regionais e os participantes, em sua maioria, eram componentes do Programa Arqueológico de Goiás e da Universidade Católica de Goiás, enquanto que o III Seminário representou uma abertura nas discussões.

²⁸ Segundo Maria Dulce Gaspar (2003, p.272), o III Seminário Goiano foi um momento importante na história da arqueologia, pois a comunidade de pesquisadores se reuniu para elaborar uma síntese da ocupação pré-histórica do território nacional. Neste encontro, também, foi amadurecida a idéia de formar uma sociedade de arqueologia.

Assim, as informações produzidas por esses e outros projetos desenvolvidos no Planalto Central brasileiro, permitiram esboçar uma cronologia de ocupação pré-colonial e colonial para região goiana. Segundo Oliveira e Viana (2000, p.149), as datações mais antigas para região Centro-Oeste, ao que tudo indica, devem estar vinculadas aos grupos caçadores-coletores;

Ao que tudo indica, as primeiras ocupações humanas do Centro-Oeste estão vinculadas à presença de grupos caçadores-coletores que se estabeleceram na região entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, entre 12.000 e 10.000 A.P.²⁹. Existem, todavia, datas mais antigas, mas que, em sua quase totalidade, ainda devem ser vistas com cautela. Este é o caso, apenas para exemplificar, das datas mais antigas dos sítios Abrigo do Sol (19.400 ± 1.100 A.P. e 14.470 ± 140 A.P.) e Santa Elina (23.320 ± 1.000 A.P. e 22.500 ± 500 A.P.), ambos em Mato Grosso, respectivamente estudados por Miller (1983, 1987) e Vilhena-Vialou e Vialou (1994). [...] Os estratos inferiores do sítio GO-NI-49, no alto Tocantins, estão datados em torno de 10.750±300 A.P.; no mesmo período situam-se os do sítio GO-JA-14, em Serranópolis, Goiás, com uma data de 10.740±75 A.P. Ao analisar sedimentos do sítio GO-JA-01, também situado em Serranópolis e com uma data de 10.580±115 A.P. [...].

Uma das hipóteses levantadas a partir dos resultados das pesquisas realizadas no Planalto Central é de que os grupos caçadores-coletores, em um determinado momento, expandiram-se para outras regiões do território do planalto central, em busca de alimentos, devido a escassez provocada pela mudança climática. Existem chances de que áreas adjacentes ao sul de Goiás possam apresentar ocupações de grupos caçadores-coletores de períodos mais tardios.

Os sítios superficiais da área Centro-Sul de Goiás também estão correlacionados à exploração de matérias-primas (Andreatta 1985); no leste, bacia do Paraná, além da região de Caiapônia, há menção de sítios superficiais de exploração de matéria-prima que podem estar relacionados ao período de dispersão dos grupos em função da seca, indicativo de uma época de escassez de produtos alimentares (Souza *et al.* 1981-1982; Schmitz *et al.* 1986, 1989) (OLIVEIRA e VIANA, 2000, p.157).

Nessa perspectiva, foi desenvolvido o seguinte entendimento sobre a ocupação do Planato Central:

²⁹ Antes do Presente – A.P.

Grupos Caçadores-Coletores

Os grupos caçadores-coletores estão representados na região por duas tradições culturais: Tradição Itaparica e a Tradição Serranópolis³⁰.

A Tradição Itaparica caracteriza-se pela sua indústria lítica, ou seja, pela técnica de manufatura utilizada para produção dos artefatos líticos, destaque para presença de artefatos plano-convexos “lesmas” e algumas apresentando marcas de encabamento. Em sua maioria são unifaciais, com uma face plana, não trabalhada, e uma face convexa, muito bem retocada.

Esses artefatos são entendidos como facas, furadores, buris, raspadores, bicos, picões, machados lascados. Estão também presentes, nesta tradição, alguns bifaces e ocasionais e grosseiras pontas de projéteis (SCHMITZ *et al.*, 1989, p.19; 2004, p.11).

No Estado de Goiás a Tradição Itaparica, apresenta datas bastante recuadas, na região sudoeste o Sítio GO-Ja.01, apresentou datações de 10.580±115 A.P. (1989, p.36). Enquanto a mais recente foi recuperada no Sítio GO-Ja.26, apresentando 8.370±75 A.P (p.97). Trata-se da ocupação mais antiga que se tem registro para o Estado de Goiás até o momento.

A Tradição Serranópolis (p.20), apresenta registros de um momento menos recuado em relação à Tradição Itaparica, a cerca de 9.000 anos atrás. Para essa

³⁰ A distribuição no tempo e no espaço de diferentes estilos de produção de artefatos arqueológicos e pinturas rupestres são definidas por diferentes termos. Os mais comuns são: (tradição, fase, horizonte). Assim, os diferentes estilos de produção de cerâmicas, de líticos e pinturas rupestres, são concebidos com nomes próprios enquanto códigos culturais compartilhados por diferentes grupos sociais, separados no espaço, no tempo ou em ambos. Ex.: Tradição Itaparica e Tradição Planalto não são relações temporais e nem base de conjuntos de uma mesma produção, são nomes próprios para determinada área de estudo arqueológico, respectivamente, Tradição Itaparica para um período relacionado à produção de Líticos e Tradição Planalto para definir similaridades de estilo de pintura rupestre que estão relacionadas a um espaço de tempo. Existem termos para cerâmica, Lítico e Pinturas Rupestres. No Brasil, as definições do que é uma fase e uma tradição foram realizadas em meados da década de 1960 e revistas uma década depois (SCHIMIDT DIAS, 2007, p.60-63). Fase: *qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios* (p.131). Tradição: *grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal*. (p.145). Um horizonte arqueológico é um período de ampla disseminação de arte e artefatos comuns em um sítio arqueológico ou, mais geralmente, sobre uma área geográfica maior.

Tradição também foram registrados vestígios arqueológicos que apresenta outra técnica de manufatura para a confecção dos artefatos líticos.

Os artefatos líticos desta Tradição apresentam-se tecnologicamente mais simples do que a da tradição Itaparica, não apresentando artefatos laminares, mas sim aqueles caracterizados como lascas, em geral usadas sem retoques. São registrados também artefatos usados como raspadores, perfuradores, pontas de entalhe, cunhas, plainas, buris, talhadores, formões, quebra-côcos.

As datações para Tradição Serranópolis variam entre 8.915 ± 115 A. P (GO-Ja.01) (p.36) e 1.350 ± 75 A.P (GO-Ja.11) (SCHMITZ *et al.*, 1989, p.81), revelando uma ocupação contínua na região.

Sociedades Ceramistas

Na arqueologia brasileira, a cerâmica é considerada como uma espécie de indicativo da transição de um sistema de subsistência baseado na caça e na coleta para um sistema baseado na agricultura (VIANA *et al.* 2013, pp.97-111).

Os principais grupos das tradições ceramistas que ocuparam o Planalto Central foram: Tradição Una, Tradição Uru, Tradição Aratu, e Tradição Tupiguarani. Com as datações mais recuadas estão os grupos da tradição Una (OLIVEIRA e VIANA, 2000, p.160).

Tradição Una, trata-se da mais antiga cerâmica registrada no Planalto Central brasileiro, possuem características de formas simples, dimensões pequenas, de uso utilitário, geralmente, o acabamento é alisado e sem decoração. (PROUS, 1992, p.333). Predominam as bordas diretas, sendo os contornos infletidos relativamente raros. As formas básicas abrangem recipientes globulares e cônicos, tigelas rasas e potes com gargalo.

A cerâmica Una apresenta, em alguns casos, restos vegetais associados a algumas plantas cultivadas, como o milho, a cabaça e o amendoim (PROUS 1992, p.333). Fragmentos dessa cerâmica aparecem geralmente em pequenas

quantidades em abrigos rochosos no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo.

As datações relacionadas à Tradição Una no sudoeste goiano, apresentam datas em torno de 1.000 A.P. (OLIVEIRA e VIANA, 2000, p.160).

Tradição Aratu é marcada por sítios de ocupações extensas formando grandes aldeamentos circulares, a céu aberto com densidade populacional alta. Encontram-se registros da Tradição Aratu nas regiões da costa nordestina, desde Pernambuco, Bahia, até o Espírito Santo, nas áreas mais centrais do Brasil, como o norte do Estado de São Paulo, e em Goiás, neste, aparecem no Araguaia, no alto Paranaíba e no alto Tocantins (PROUS 1992, pp.345-346).

A cerâmica da Tradição Aratu caracteriza-se, principalmente, pela presença de grandes recipientes globulares e semi-globulares, apresentam ainda formas duplas, bordas reforçadas, bases em geral convexas. Como decoração plástica apresenta pequenos apêndices, uma ou duas linhas paralelas à borda. Encontra-se outros elementos de cerâmica, como fusos e cachimbos tubulares.

Destacam ainda em sua cultura material, lâminas de machados polidos, mãos de pilão, contrapesos de fusos, polidores, batedores, e alguns tembetás de quartzo (PROUS 1992, pp.345-352). Os enterramentos em urnas funerárias são bastante comuns para estes grupos.

Outro destaque é o nome dessa tradição, em 1980, através de conversas entre os arqueólogos Ondemar Dias e Valetin Calderon, essa tradição é renomeada Aratu-Sapucai³¹.

³¹ Calderon (1969, p.161-172) e Dias (1971, p.133-148). Durante o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), os arqueólogos Valetin Calderon e Ondemar Dias, fizeram novas descobertas, o primeiro no norte da Bahia que denominou Tradição Aratu, o segundo descobriu uma tradição no sul de Minas Gerais que denominou Sapucaí. Ao analisarem as descobertas em 1980, observaram as semelhanças e que fariam parte de uma mesma tradição, mesmo que Ondemar Dias percebesse semelhanças com a cerâmica Una também, mas sem levar a questão adiante. Porém, convencionou então a descoberta dessas semelhanças com o nome de Tradição Aratu-Sapucai.

De acordo com Oliveira e Viana (2000, p.161) a Tradição Aratu em Goiás, apresentam as datas mais antigas “ao redor do século IX da Era Cristã, entrando em colapso muito antes do início da Conquista Ibérica”.

Tradição Uru é marcada pela cerâmica Uru, caracterizada pela presença de assadores e tigelas de bases planas ou com pedestal, e grandes vasilhames. A ausência quase total de decoração pode ser considerada uma característica desta cerâmica, ocasionalmente identifica-se decoração plástica incisa, além do engobo vermelho (PROUS 1992, pp.358-360). Tais características da cerâmica sugerem populações grandes (VIANA *et al.* 2013, p.111) que praticariam o plantio principalmente da mandioca.

A indústria lítica da Tradição Uru apresenta, grosso modo, elementos similares aos da Tradição Aratu: lâminas de machados polidas, mãos de mó, percutores, recipientes em serpentina e lascas ‘Grosseiras’ utilizadas sem trabalho secundário (retoques).

A cerâmica da Tradição Uru está presente no Planalto Central, nas regiões do alto Tocantins, alto/médio Araguaia, e no vale do São Lourenço, região sudeste de Mato Grosso.

De acordo com Oliveira e Viana (2000, p.161) a Tradição Uru em Goiás, “a data mais antiga é do século XII D.C. Há hipóteses de que a Tradição Uru tenha chegado até o início da Conquista”.

Tradição Tupiguarani possui traços característicos da cerâmica tupiguarani presente no Estado de Goiás com a decoração policroma, decoração plástica com a ocorrência de corrugado e inciso. A morfologia das vasilhas, que apresentam jarros com ombros, vasilhas rasas e semi-globulares com bases convexas ou planas. Essa tradição ceramista está presente em toda a região do Brasil Central, embora em pequeno número. (OLIVEIRA e VIANA, 2000, pp.165-166; PROUS 1992, pp.390-399).

Os sítios dessa tradição ceramista têm morfologia e dimensões diversas, apresentando desde apenas uma concentração de material até algumas dezenas de concentrações, dispostas circularmente ou não. Em geral estão implantados junto a grandes rios, sugerindo a importância do uso desse recurso para o transporte e alimentação (SCHMITZ *et al* 1989, p.196; 2004, p.166). As datações para Tradição Tupiguarani em Goiás são as que apresentam mais recente, sugerindo que estes grupos tenham chegado ao Planalto Central um pouco antes dos colonizadores europeus.

2.2.1. Levantamento CNSA – IPHAN

A consulta em dezembro de 2013 sobre sítios arqueológicos, realizada junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, pelo *site* do IPHAN na internet, apresentou um total de 20.485 sítios cadastrados no território brasileiro, sendo registrados no Estado de Goiás 1.246 sítios.

Destes, 356 são classificados como sítios históricos, 227 como sítios pré-coloniais e nenhum registro de sítios de contato³². O restante, 667 sítios, aparecem sem classificação por tipo de sítio no CNSA.

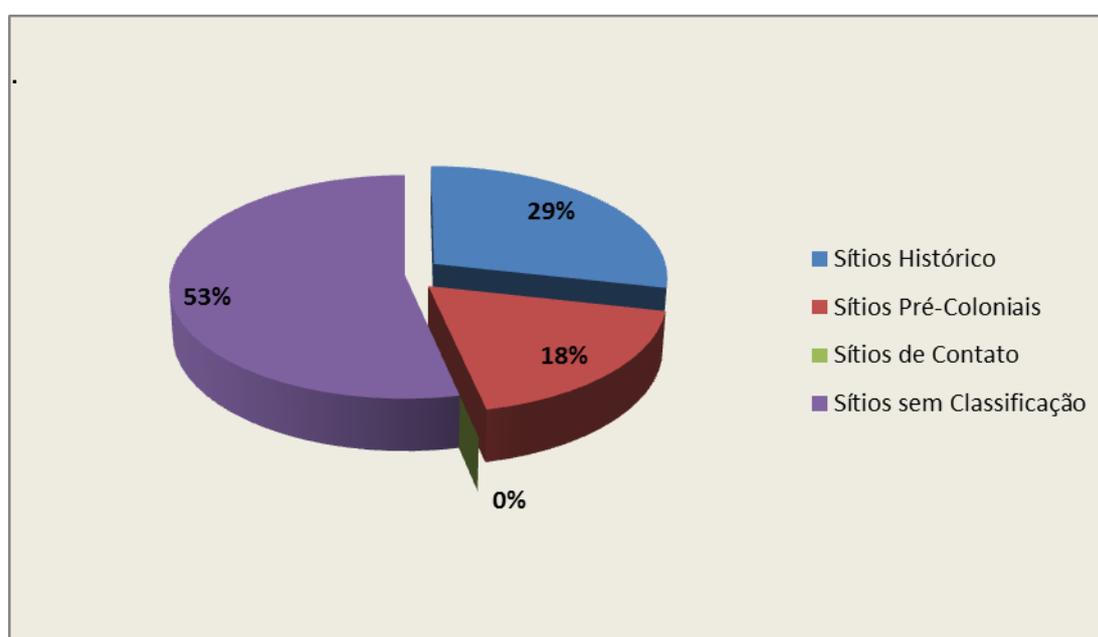


Gráfico 1: Cadastro por tipo de sítio arqueológico no Estado de Goiás.

³² Sítios com produção nativa influenciada pelo contato com europeus ou africanos.

2.3. As Pinturas Rupestres

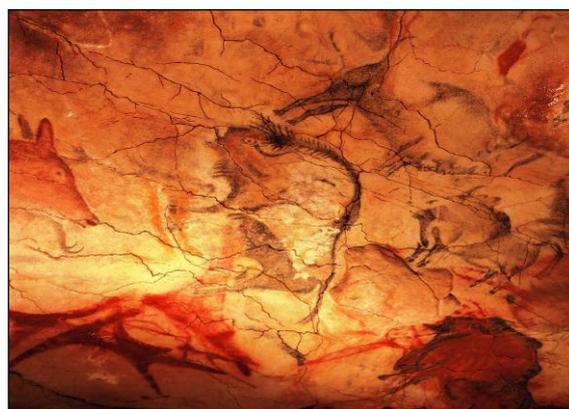
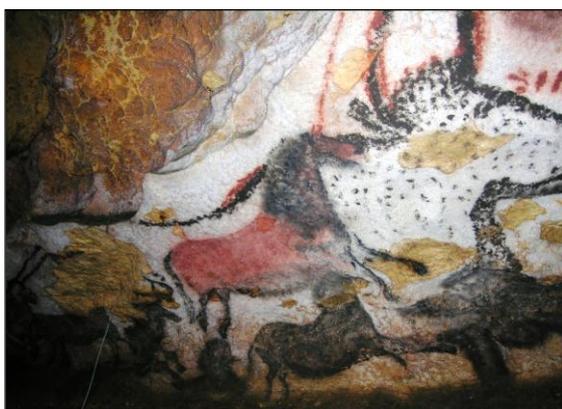
Serranópolis recebeu nas últimas décadas, pesquisadores com objetivo de produzir estudos que esclarecessem uma distribuição cronológica da ocupação humana no Brasil. Essa região chamou a atenção dos arqueólogos pela sua vasta cultura material e pelas excepcionais pinturas parietais que abrangiam toda região. Ao perceber a importância das pinturas rupestres na região, nos pareceu primordial pela sua excepcionalidade, apresentar questões sobre as mesmas. Elas apresentam-se nas paredes como as palavras apresentam-se em um livro. A percepção de quem busca ler ou interpretar essa forma de escrita, sempre é subjetiva e o que podemos perceber é que os registros deixados nessas rochas possuem a finalidade de manter uma comunicação e expressar expectativas de quem as produziu.

Douglas McMurtrie (1977) afirma que os registros não verbais nas cavernas e nas rochas representam um primeiro passo da humanidade na construção da escrita, pois constituíram num esforço embrionário de tornar visíveis os pensamentos, expectativas e os sentimentos de uma forma duradoura e socialmente ancorada. As formas de representações parietais no mundo arqueológico, chamadas de pintura ou arte rupestre, possuem significantes sociais partilhados pelas comunidades que a produziram e pode-se considerar como forma de comunicação. Essas representações foram uma forma de escrita poderosa e construída a partir de uma energia social de linguagens praticadas.

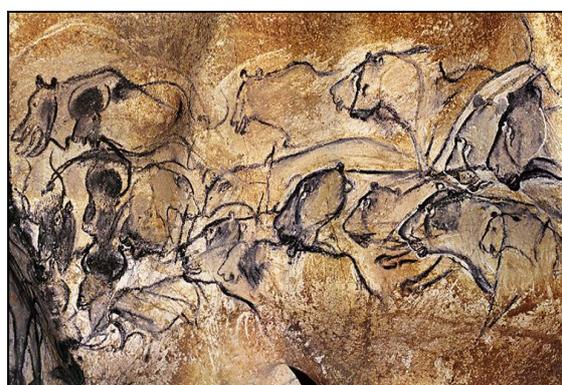
Essas representações rupestres são apenas uma parcela, de toda comunicação social que existia em Serranópolis em tempos pretéritos. Como afirma Prous (2007, p.10) “Obviamente, os homens da pré-história tinham também música, dançavam, contavam histórias, porém, essas formas artísticas não deixaram vestígios para nós, da mesma forma que as pinturas realizadas em suportes perecíveis”. Importante perceber que as pinturas rupestres não estão presentes só em Serranópolis, elas estão em todos continentes e suas similaridades, respeitando os espaços de tempo, quase afirmam uma base junguiana que é a experiência psíquica e de inconsciente coletivo (CONSENS, 1986, p.85).

O uso da expressão 'arte' em Arqueologia foi consagrado no século XIX, por empréstimo da Etnologia à disciplina História da Arte. Aceitando ou não o termo 'arte', essas pinturas indicam uma maestria na manipulação das formas e matérias-primas, produção que ultrapassa a mera funcionalidade. O alcance interpretativo da pintura rupestre encontra-se em estreita sintonia com o desenvolvimento das orientações teórico-metodológicas e da própria compreensão do fenômeno da cultura (WÜST, 1991, pp.47-74).

Ora, abordar os estudos da pintura rupestre, como curiosos ou pesquisadores, irá nos levar a entender a importância dessas pinturas com patrimônio cultural e entender essas pinturas como um livro de história, um texto a ser lido que apresenta questões e expectativas do cotidiano de seus produtores. Bons exemplos da capacidade humana de representar seus pensamentos são as pinturas das Cavernas francesas de *Chauvet*, *Lascaux*, *Niaux* e a de *Altamira* na Espanha.



Figuras 2 e 3: *Lascaux*. *Cave of Altamira and Paleolithic Cave Art of Northern Spain*. Fonte: UNESCO. Foto: Yvon Fruneau.



Figuras 4 e 5: *Chauvet e Niaux Cave*. *Panel of the Lions Panel of the Bison and the Ibex*. Fonte: UNESCO. Foto: Dr. Jean Clottes.

Grandes estudos referentes à arte rupestre foram produzidos com base nessas pinturas situadas na França e Espanha. Segundo MaDu Gaspar (2003, p.18), os estudos sobre pinturas rupestres, tem produzido um quadro amplo sobre a cronologia dessas representações e seus possíveis significados na jornada humana sobre a terra:

[...] há 40 mil anos os aborígenes da Austrália já estavam pintando paredões e há 27 mil anos cavernas já estavam sendo decoradas na Europa, muito embora as evidências do hábito de pintar sejam muito mais antigas. Pigmentos naturais foram encontrados em sítios arqueológicos de datas remotas; fragmentos de corante, com marcas de terem sido usados para pintar, foram encontrados em diferentes partes do mundo (Índia, República Tcheca, França) com datação estimada entre 200 a 300 mil anos atrás, indicando que ancestrais de Homo Erectus já tinham como costume manusear estes materiais, quer seja efetuar pinturas, quer para explorar as qualidades terapêuticas de alguns pigmentos.

No cenário brasileiro temos significativos estudos que buscam entender essas representações de pinturas parietais e as referências cronológicas das mesmas. Os principais estudos no Brasil começaram a ser desenvolvidos intensamente nos anos de 1970 (MORALES e MOI, 2009, pp.190-193)³³. No Brasil existem centenas de sítios com pinturas rupestres, desde Rio Grande do Sul até as fronteiras com a Venezuela, Colômbia e as Guianas. Existe um predomínio desses sítios nas regiões do Brasil Central e Nordeste. Para melhor organização das terminologias e de estilos ou variedades rupestres no Brasil, os mesmos foram distribuídos ou classificados por Tradições³⁴ (PROUS, 1992, p. 511). Essas expressões são analisadas nas formas de pinturas parietais e na forma de petróglifos, que são sulcos intencionais provocados na rocha que produzem desenhos ou sinais.

³³ Temos registros de estudos em Tucuruí/PA de Antônio Baena (1839), Frederick Katzer (1933), Charles Hartt (1985) e Ignácio Batista de Moura (1989), registros de estudos pelo Padre J.A. Rohr e por D.Aytai no sul do país (1960), Padre João Daniel (1976) e por Henri Coudreau (1977) na bacia amazônica, Niède Guidon (1963) no Piauí, Laming-Emperaire (1976) em Minas Gerais, registros do Pe. Pedro Ignácio Schmitz e Altair Sales Barbosa (1979) no alto-tocantins e alto-Araguaia/GO, trabalhos no Rio Negro com Barbosa Rodrigues (1885), Alfred Wallace (1979), Eurico Miller nas margens do Rio Madeira (1950-1970), em Monte Alegre/PA (1986) com Mário Consens.

³⁴ O que os arqueólogos chamam de “tradição”, “estilo” ou “complexo” são, obviamente, criações; são termos destinados a agrupar os grafismos, de forma a ressaltar características recorrentes e nos ajudar a encontrar um sentido na variedade das manifestações gráficas. Não devemos acreditar que os portadores de uma mesma “tradição” tenham sido obrigatoriamente membros de uma mesma etnia, falando uma mesma língua e tendo os mesmos comportamentos (PROUS, 2007, p.47). Tradição (na Arqueologia) implica uma certa permanência de traços distintivos, geralmente temáticos (PROUS, 1992, p.511).

Ao todo são definidas oito tradições de pinturas rupestres no Brasil. Através de critérios técnicos (PROUS, 1992) essas tradições no cenário brasileiro são conhecidas pelas seguintes denominações: Meridional, Litorânea Catarinense, Geométrica, Planalto, Nordeste, Agreste, São Francisco e Amazônica. Essas tradições são delimitações de conjuntos estilísticos (GASPAR, 2003, p.24)

A Tradição Meridional, grande parte localizada no sul do país, Estado do Rio Grande do Sul, normalmente é representada em blocos isolados, abrigos e grutas, as gravuras são produzidas no arenito através das técnicas de incisão, polimento e picoteamento. Foi reconhecida por Mentz Ribeiro (1978) (SCHMITZ, 2004, p.9), que a chamou de Meridional, aparentemente uma extensão de tradições pampeanas, incluindo petróglifos lineares simples, círculos, ângulos e triângulos. Têm-se registro dessa tradição em Serranópolis/GO e provavelmente ao longo do rio Araguaia ao norte. É bastante recente, provavelmente, menos de 2.000 anos A.P.(PROUS, 2007, p.22).

Tradição Litorânea Catarinense, foi definida pelo padre Rohr (1969) em um conjunto de ilhas no litoral catarinense. Ele reconheceu petróglifos geométricos e uma série de pontos paralelos. São encontradas principalmente em Santa Catarina, de Porto Belo até o Farol Santa Marta (PROUS, 2007, p.25). Possuem como características os grafismos geométricos com círculos, depressões elípticas, losangos, formas de ampulhetas, triângulos, retângulos e desenhos reticulados. Estão situadas a quilômetros uma da outra como se estivessem estabelecendo marcos fronteiros. Desenhos geométricos e de formas humanas também geométricas são os estilos encontrados.

Tradição Geométrica caracteriza-se por gravuras geométricas. As gravuras geralmente são polidas, ocorrendo depressões esféricas, chamadas cupuliformes. Aparecem representações biomorfas que lembram sauros ou homens. Ocorrem também tridáctilos, triângulos entre outras formas geometrizes (GASPAR, 2003, p.23).

Tradição Planalto foi à denominação dada por André Prous (1992, p.515; 2007, p.28), para signos encontrados em mais de 100 painéis presentes no norte do Paraná, centro-sul do Tocantins, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Nesta tradição são numerosos os zoomorfos pintados com vermelho de hematita apresentando corpos chapados, pontilhados ou estriados, também temos certos grafismos geométricos figurativos. Esta Tradição é caracterizada por figuras monocromáticas, dentre as quais se destacam desenhos de figuras como cervídeos.

Tradição Nordeste, possui complexidade de formas e figuras, tem como elemento comum o dinamismo, as cenas de ação, de dança, caça e cópula. Antropomorfos em oposição “dorso a dorso” são frequentes, com o elemento triangular sempre associado. Aparecem muitos zoomorfos e sinais geométricos irreconhecíveis (GASPAR, 2003, p.25).

Tradição Agreste é caracterizada por grafismos de grande tamanho, sobretudo figuras antropomorfas, que aparecem isolados. Estas figuras podem atingir até um metro de altura e são difíceis as atribuições de figuras zoomorfas a esta tradição. As figuras humanas lembram espantalhos. Existem também representações de pássaros de asas abertas, emas, quelônios e cenas de caça e pesca (GASPAR, 2003, p.25).

Tradição São Francisco (ALMEIDA e FARIAS, 2008), têm padrões policromáticos e bicromáticos, elaborados e complexos. São figuras geométricas como polígonos, quadriláteros divididos por linhas vermelhas ou ocre, muitas apresentando sinais de repintura e retoque. Estão situados ao longo do Rio São Francisco, são encontrados também na Bahia, Goiás e Tocantins. A datação está entre 9.000 a 7.000 A.P. (RIBEIRO, 2008, p.54). Existem representações de armas, dardos com seus propulsores, objetos utilitários, desenhos lineares e representações de animais.

Tradição Amazônica possui antropomorfos simétricos e geometrizados. Notam-se cabeças de figuras humanas radiadas e outras pintadas, também ocorrem retas pintadas e paralelas, retângulos preenchidos com traços, desenhos

de mãos, adornos como cocar, aves, peixes-boi, peixes, círculos, cenas antropomorfas de mãos dadas e representação de gravidez (PROUS, 1992, pp.527-530; 2007, pp.43-46; GASPAR, 2003, pp.26-28).

Em Goiás, as manifestações de pinturas parietais, aparentemente, não se enquadram totalmente em nenhuma das tradições de pinturas definidas, assim, para sistematização das pesquisas, foram definidos como estilo Caiapônia (possivelmente Tradição Planalto), estilo Serranópolis (possivelmente Tradição São Francisco) e o conjunto estilístico de Formosa (tradição Geométrica). (GUIMARÃES, 2011, p.112; RIBEIRO, 2006, pp.28-29; SCHMITZ *et al.*1989, pp.19-21)



Figuras 6 e 7: Pinturas em Serranópolis. Fotos: José Henrique Messias Ferreira – Fev.2013

Serranópolis possui um conjunto maior de pinturas rupestres que outras áreas conhecidas em Goiás, possuem também elementos que diferenciam de outras áreas como a de Caiapônia (SCHMITZ *et al.*1989, p.21). Na pintura, as cores são matizes de vermelho, amarelo e raro figuras em branco e preto. A predominância na pintura é monocromática vermelha.

As características dos elementos pintados em Serranópolis são: Figuras geométricas enquadradas num círculo, num retângulo, num losango ou uma elipse, geralmente lineares, raramente cheias. Figuras de zoomorfos como os mamíferos que aparecem em vários modelos, preferencialmente em perfil completo e isolados; os répteis, tartarugas ou tatus são representados em vista vertical, geralmente isolados, raramente agrupados ou justapostos; as aves aparecem em diversos modelos que lembram emas, seriemas, araras de asas

abertas, muito marcantes na Gruta das Araras (GO-Ja.03), pequenas aves aquáticas; os peixes são raros.

Figuras de Antropomorfos não passam de esboços rudimentares e variados, vistos de frente, pisadas; isolados, com exceção das pisadas, que podem estar agrupadas ou alinhadas. Figuras de Fitomorfos, um caso que representa quatro folhas emendadas. Figuras Astronômicas, pinturas que parecem representar corpos celestes como sol, lua, cometas e estrelas (PROUS, 2011, p.31; JORGE *et al.* 2007, p.177). As ocorrências registradas nos abrigos de Serranópolis chegam a 1.159 pinturas. As gravuras somam 4.009 ocorrências em 43 abrigos e estão localizadas preferencialmente nas paredes mais irregulares e ao alcance da mão. (GUIMARÃES, 2011, pp.113-114; RIBEIRO, 2006, p.313; SOUZA, 2005, p.23; SCHMITZ *et al.*, 1984, p.20; *et al.*1989, p.21).

As ocupações de Serranópolis foram datadas em aproximadamente 11 mil anos A.P. e ao que tudo indica as pinturas nos abrigos rochosos daquele local, começaram no mesmo período. As pinturas e petróglifos deixados por esses primeiros grupos que habitaram a região, foram os únicos vestígios deixados deliberadamente para a posterioridade.

2.4. Início dos Trabalhos em Serranópolis/GO

O interesse pela arqueologia chegou a Serranópolis entre as décadas de 1960 a 1970. Sua maior representatividade é relacionada à variedade de pinturas rupestres e a grande quantidade de artefatos da Tradição Itaparica³⁵. A comunidade científica arqueológica voltou seus olhos para região em função desses vestígios e à antiguidade da ocupação humana na região. Segundo Schmitz (1989, p.18):

A região de Serranópolis é um lugar privilegiado pela convergência de uma grande extensão de espaços abrigados, pela proximidade de ambientes diferenciados e pela abundância de matéria-prima útil para produção de artefatos e utensílios,

³⁵ Tradição Itaparica é o complexo tecnológico lítico mais antigo conhecido nas áreas de cerrados. São populações humanas que se destacaram pela economia simples, centrada na caça e coleta generalizada. Os artefatos significativos para os estudos desse grupo são os líticos. (BARBOSA, 2002, p.375)

condições que possibilitam uma ocupação constante, transformando o local em um centro de referência para populações caçadoras, coletoras e cultivadoras incipientes, estas ainda fortemente dependentes de caça e coleta [...] as abundantes pinturas e gravuras nos abrigos marcaram o espaço da concentração das populações e o sinalizam com os símbolos e a história do grupo.

Em 1975, o pesquisador Binômio da Costa Lima, conhecido por Sr.Neco, indicou à equipe do Programa Arqueológico de Goiás a existência de numerosos abrigos no vale do rio Verde, afluente do rio Paranaíba, por sua vez formador do rio Paraná (SCHMITZ *et al.*, 2004, p. 11). Assim, por indicação do Sr.Neco, os trabalhos arqueológicos foram desenvolvidos na região por pesquisadores da Universidade Católica de Goiás – UCG e Instituto Anchieta de Pesquisas - Unisinos entre 1975 até 1999.

A área do município de Serranópolis despertou a atenção dos pesquisadores em decorrência da variedade de pinturas e gravuras rupestres que cobriam os paredões de arenito e ainda pelos primeiros resultados terem apresentado uma ocupação humana antiga, que datava aproximadamente 11.000 anos A.P. até o início do século XX.

Foi possível identificar essas áreas arqueológicas como uma das mais importantes do Brasil para o estudo da chegada do homem e das populações caçadoras do período Holoceno (como desejava os pesquisadores ligados ao PRONAPA). As áreas apresentavam espessas camadas arqueológicas e paredes decoradas com pinturas e gravuras (pp.11-12).

Estudos na região revelaram uma ocupação antiga originada por grupos de caçadores e coletores. Os estudos de campo e laboratório resultaram em uma grande quantidade de informações e dados arqueológicos. Os pesquisadores passaram a ter uma ideia mais clara da pré-história da área, que pode ser explicada em três diferentes períodos de ocupação: Período Paleo-Índio; Período Arcaico e Período Horticultor (VIANA *et al.* 2013, pp.99-100).

Segundo Barbosa (1984), essas ocupações foram percebidas nos seguintes aspectos: Período Paleo-Índio, este período abrangeu o espaço de

tempo de 11.000 a 9.000 anos A.P. Nesta época, chovia muito pouco na região e a temperatura era mais fria que na atualidade. A paisagem dominante da área era constituída por campos limpos, que ficaram restritos aos chapadões. Compunha a vegetação, o Cerrado *stricto sensu* e reduzidas manchas do subsistema de mata. Já os rios da região de Serranópolis apresentavam um volume bem menor de água, assemelhando-se a córregos. As primeiras populações humanas que chegaram à região encontraram boas condições ambientais para sua adaptação, pois pertenciam a grupos de caçadores e coletores.

Em algumas épocas do ano, os alimentos para esses grupos tornavam-se difíceis de ser conseguido e para sobreviverem, dividiam-se em pequenos bandos, dispersando-se pela região para caçar animais e coletar frutos para a sua alimentação. Entre os animais caçados destacaram-se a ema, o veado campeiro, o tamanduá bandeira e o tatu canastra. Seus instrumentos de pedra lascada eram utilizados para cortar carne e trabalhar couros para suas vestimentas.

Desta forma, só é possível essas informações sobre os grupos, através do resgate da cultura material dos sítios arqueológicos. Hoje, é denominado e convencionado pelos arqueólogos, que esses grupos humanos pertenceram a chamada fase Paranaíba (Tradição Itaparica), período em que predominou a caça generalizada, de 11.000 a 8.500 anos atrás, passando gradativamente para a fase Serranópolis (Tradição Serranópolis), fase marcada pela presença de grupos humanos de caçadores e coletores de moluscos terrestres de 8.500 anos à aproximadamente 6.500 anos atrás, período que demonstra ocupação mais intensa. Consta-se, ainda, nesta fase, a presença de uma indústria lítica, cujos objetos apresentam um acabamento menos elaborado e a ausência de artefatos laminares.

Na fase mais recente, houve a introdução de vegetais silvestres e cultivados e é percebida uma diminuição nos restos animais. Na camada da fase mais recente foram encontrados testemunhos de populações de horticultores, que foram inseridos na chamada fase Jataí. Referentes a esse período foram encontrados vestígios de plantas cultivadas, como milho, amendoim (utilizado tanto para a alimentação como para a extração de óleos a partir de sua semente),

algodão, algumas leguminosas e a presença de vários frutos provenientes de mata galeria e do Cerrado. Foram encontrados ainda, nesta fase, restos esqueléticos, principalmente de indivíduos jovens, depositados na posição fletida, os quais possuíam contos vegetais. Foram encontrados também, nos sítios da fase Jataí, exemplares de cerâmica utilitária, escura, pequena e pouco abundante (SCHMITZ, 1989 e 2004).

O espaço arqueológico de Serranópolis possui algumas singularidades, entre elas, o fato de que este ambiente foi ocupado sistematicamente, abrigando pelo menos 550 gerações humanas, sendo inicialmente cerca de 450 gerações de caçadores e depois de agricultores, vindos do norte, leste e sul, formando ali suas aldeias (SCHMITZ, 1984).

Sem dúvida, essa análise de ocupação através do tempo e espaço foi importante para produção acadêmica, porém, é preciso perceber também, que as pesquisas empreendidas e as devidas importâncias para períodos com sistematizações temporais, análise de contextos ambientais e modos de produção tecnológica (BARBOSA, 1984; SCHMITZ *et al.* 1989, 1996, 2004), seguiam a metodologia apresentada pelo PRONAPA, com prospecções oportunísticas observando áreas ambientais indicadoras de sítios arqueológicos. Segundo Oliveira e Viana (2000, p.144):

[...] a classificação ambiental teve papel destacado, sendo interpretada como um fator determinante no processo cultural de grupos pré-históricos. A cultura material por seu turno, foi interpretada como objetivo de resgatar e compreender, através do método comparativo, traços culturais; ênfase maior foi dada as semelhanças tecnológicas para a partir delas, serem criadas tipologias e seriações como recursos para definição de tradições e fases tecnológicas, assim como para a explicação de migrações pré-cabralinas. A reconstituição do passado arqueológico, portanto, foi feito a partir de uma visão linear da cultura, na qual as diferenças eram interpretadas como mecanismos de difusão e migração, sem necessariamente implicar na compreensão dos processos culturais inerentes a eles.

As produções científicas em Goiás, nos primeiros anos do Programa Arqueológico de Goiás, ocorreram na perspectiva histórico-culturalista (dimensão histórica da arqueologia), modelo teórico adotado pelo PRONAPA. Produziram

sínteses que tendiam a ser descritivas, isto é, descrevem-se as fases e áreas em que se produzem mudanças culturais. A pré-história tradicional via-se como uma crônica de acontecimentos, não muito diferente da história tradicional. Contudo, “mesmo com ressalvas apontadas, as pesquisas conseguiram produzir dados gerais sobre a ocupação pré-colonial da região (OLIVEIRA e VIANA, p.144)”.

Dentre as descobertas, destaca-se ‘O Homem da Serra do Cafezal’, encontrado no sítio arqueológico GO-Ja.01 em 1996³⁶, na propriedade do Sr.Diogo Lemes de Lima (Gruta do Diogo), em Serranópolis, pelo professor Dr. Altair Sales Barbosa. Segundo o pesquisador, esse achado é fruto de trabalhos desenvolvidos há mais de 20 anos³⁷. Foi considerado pelo pesquisador como um dos esqueletos mais antigos da América do Sul, tendo sido descoberto na camada estratigráfica que representa a ocupação inicial do abrigo, datado em 10.750 A.P., bem no limite situado entre os sedimentos do Holoceno e a camada Pleistocênica. Estava enterrado em posição fetal.

Próximo ao esqueleto, identificado como um homem entre 25 e 30 anos, foi encontrado colares com dentes humanos, anzóis de ossos e peças de colares trabalhados em madrepérola. As datações por carbono 14 foram realizadas pelo *Smithsonian Institution*, em Washington, Estados Unidos (MACEDO, 1996; BONNICHSEN *et al.* 2005).

Os resultados obtidos por esse grupo de pesquisadores³⁸ e por aqueles que vieram após, resultou no registro de 40 sítios arqueológicos catalogados junto ao IPHAN. Neste contexto, temos pinturas e petróglifos de tradições variadas e de grande valor para os estudos da arqueologia brasileira.

³⁶ Disponível em: < <http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/20632/descobertas-ossadas-antigas-brasil/>>; < <http://www2.ucg.br/flash/Memo.html>> Acesso em: 1 jan.2013.

³⁷ Disponível em: <<http://www2.ucg.br/flash/Flash2006/Abril06/060417its.html>>; <<http://www2.ucg.br/flash/Flash2006/Abril06/060417its.html>> Acesso em: 1 jan.2013.

³⁸ Schmitz (1989; 2004) destaca em suas publicações os nomes de todos aqueles que participaram das pesquisas de 1975 a 1999. Os participantes são: Altair Sales Barbosa, André Luiz Jacobus, Avelino Fernandes de Miranda, Cortês Amado, Betty Jane Maggers, Dulce Madalena Rios Pedroso, Ellen Fensterseifer, Eurípedes Balsanulfo de Freitas e Abreu, Fúlvio Vinícius Arnt, Horieste Gomes, Humberto Lagígliã, Irmhild Wust, Itala Irene Basile Becker, Juliana Ramanzini, Jairo Henrique Rogge, Lúcia de Fátima Lobo, Lígia Santiago, Luiz Eurico Moreira, Luiza Maria Mendes, Marco Aurélio Nadal de Mais, Maira Barbieri Ribeiro, Mariza de Oliveira Barbosa, Sílvia Matilde Pozza, Sílvia Moelecke Copé, Úrsula Madalena Elfriede Thies e Wilson Ferreira da Cunha. É importante destacar nesse grupo a curiosidade, carinho e perseverança na busca do conhecimento sobre a área de Serranópolis.



Figura 8 – 11: Fotos das Escavações na Gruta do Diogo I (1996). Fonte: Roosevelt Vilela

Os sítios foram nomeados seguindo os padrões da Carta Arqueológica para o Estado de Goiás, escrita em 1972 e revisada em 2009 pela arqueóloga Dra. Dilamar Martins. A Carta possui algumas convenções e estabeleceu siglas alfa-numéricas. No caso dos sítios arqueológicos de Serranópolis, são nomeados inicialmente com a sigla —GO, por localizarem-se em Goiás; seguem com a sigla (Letra maiúscula) —J, por estar, antes da divisão territorial, no município de Jataí, e seguem com a sigla (Letra minúscula) —a, por essa região começar na divisa do Estado de Goiás com o Estado de Mato Grosso do Sul, no divisor de águas das nascentes do rio Araguaia; Posteriormente são numerados: 01, 02, 03, 04, por diante. Ex.: GO-Ja.03 (MELO e BREDA, 1972; PONTIM, 2011, p.18).

As pinturas e gravuras nas rochas dos abrigos da região, localizados nesse divisor de águas, marcam o espaço de concentração dessas populações e contam parte da história desses grupos. Entre as dezenas de sítios

arqueológicos, menos de dez deles demonstram grandes concentrações das pinturas rupestres produzidas por essas comunidades que por ali passaram. Os sítios arqueológicos de maior variação de temas e complexidade de formas estão localizados em área particular conhecida por Pousada das Araras³⁹.

Assim, durante nosso trabalho, conhecemos o sítio arqueológico GO-Ja.03 que possui a maior quantidade de pinturas da região; é conhecido como 'Gruta das Araras'. Contém 191 pinturas naturalistas (animais, plantas, pessoas) 263 figuras geométricas e 158 não identificadas. Este sítio é um abrigo aberto, possui oitenta metros de extensão e sua profundidade varia entre seis a quatorze metros. É formado por camadas de arenito e, em alguns pontos, é extremamente silicificado, proporcionando, com isto, excelente matéria-prima para a produção de artefatos. Há diversas representações de aves neste sítio arqueológico, não sendo possível afirmar se essa variedade de modelos é resultado da intenção de registrar diversas espécies ou se é consequência de diferentes procedimentos estilísticos (SCHMITZ, 1997).

Para Schmitz, a ocupação humana contínua de Serranópolis representa uma raridade. Em geral, as populações pré-históricas praticavam o nomadismo, ou seja, permaneciam em uma área durante determinado tempo, retirando-se para novos espaços à procura de alimentação, água, ou por outros motivos afins. Essa singularidade reflete-se nas pinturas rupestres da região, justamente nas sobreposições de imagens que formam um painel híbrido: imagens recentes, de dois mil anos atrás, sobre outras de onze mil anos atrás. Tal fato revela os diferentes estilos de pinturas.

Outro sítio arqueológico que conhecemos, o GO-Ja.04, chamado também como Gruta do Paredão, é composto por duas partes: o abrigo A (formado por uma pequena aba de pouco espaço que contém poucas gravuras) e o abrigo B (este possui mais de cem metros de extensão, vinte metros de profundidade e grande quantidade de gravuras e pinturas). É o maior de todos os sítios de Serranópolis, tendo sido, no entanto, pouco habitado. Um dos fatores dessa baixa ocupação se deve provavelmente ao fato de o sol não incidir diretamente sobre o

³⁹ Ver (pp.91-96) Capítulo IV – Produtores do Discurso em Serranópolis, 4.2. O Caso da Pousada das Araras.

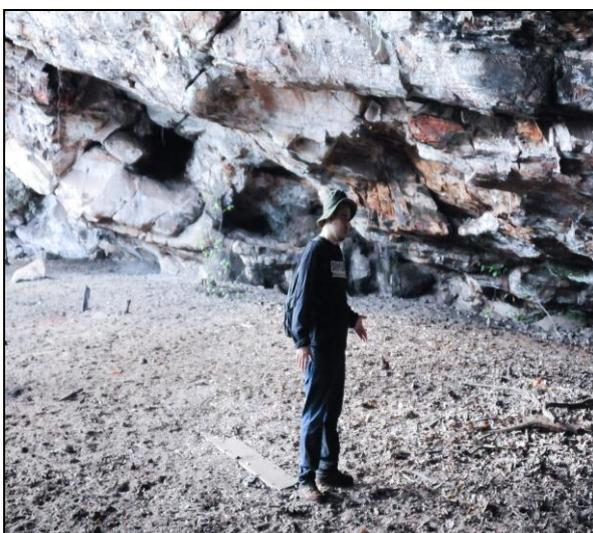
abrigo, tornando-o, conseqüentemente, frio, também à ausência de nascentes de água nas imediações do sítio arqueológico pode ter contribuído, sendo que os recursos aquíferos mais próximos localizavam-se no córrego Grotão, afastado uns quinhentos metros, e nas nascentes do sítio GO-Ja.03, distantes algumas centenas de metros. A Gruta do Paredão ainda abriga petróglifos, que totalizam 181 figuras, em motivos que variam de linhas retas e curvas justapostas a pisadas de aves. Das pinturas, 96% são vermelhas, 4% amarelas e, deste total, 86% têm menos de 30 cm de comprimento e largura (SCHMITZ, 1997).



Figuras 12 – 14: Pinturas e Petróglifos de Serranópolis. Fotos: José Henrique Messias Ferreira – Fev.2013



Serranópolis foi habitada continuamente, não por um motivo aleatório, mas por ser um local de solo fértil, de Cerrado denso, fornecendo uma grande quantidade de animais, frutos e água, além da matéria-prima necessária para a fabricação de utensílios líticos e cerâmicos. Em alguns abrigos rochosos encontraram-se, nas camadas superficiais, alguns testemunhos da Tradição Tupiguarani, tradição mais recente que pressupõe ocupações rápidas, a exemplo de acampamentos. Esse fato sugere a possibilidade de que esse último grupo tenha entrado em contato com as primeiras expedições de colonizadores que adentraram a região (SCHMITZ, 2004, 1997).



Figuras 15 – 17: Local onde foi encontrado o Homem da Serra do Cafezal. Pinturas provavelmente representando planetas e estrelas. Possível gravura de um pé de criança na Gruta do Diogo II.

Fotos: José Henrique Messias Ferreira – Fev. 2013

Capítulo III – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O DISCURSO

O início dos estudos arqueológicos no município de Serranópolis gerou consequências no meio acadêmico com várias publicações científicas, e é certo, gerou também consequências sociais no município. Visto isso, conhecer a cidade de Serranópolis na atualidade e os atuais discursos sobre o patrimônio arqueológico que circulam no município, como consequência de tudo que já foi produzido e falado no meio acadêmico, irá nos ajudar a achar respostas possíveis para um questionamento importante, porque de tantos problemas relacionados à preservação (MARCOS, 2010), visto tamanha importância científica que tem a região e seu alto potencial turístico provocado pelas pinturas rupestres.

Nessa perspectiva dos discursos produzidos e longe de nos fixarmos em questões de educação, respeito ao patrimônio cultural ou políticas públicas de preservação, decidimos perceber quem são os atuais produtores do discurso de valorização do patrimônio arqueológico em Serranópolis e analisarmos seus discursos. Nesse recorte, buscamos primeiro visitar o Museu de História Natural Serra do Cafezal e entrevistar sua gestora; em segundo lugar, visitamos a Pousada das Araras para um bate-papo com os proprietários e visitar os sítios arqueológicos mais procurados pelos turistas na região, por último, procuramos a Associação de Condutores de Turismo de Serranópolis - ACOTES para nos conduzir em um passeio cultural pela região.

Nossa proposta, ao analisarmos esses agentes do discurso, é perceber se os produtores citados possuem como uma de suas finalidades, incentivar a formação de representações sociais que valorizem e defendam o patrimônio arqueológico no município. Nesse sentido, no capítulo III, buscamos entender anteriormente, o que são Representações Sociais e como elas podem provocar a participação da comunidade na preservação dos sítios arqueológicos.

O conceito de representação surgiu nos estudos de Émile Durkheim no início do Século XX. Para ele, a representação constitui as formas de integração social construídas pelos homens com o objetivo de manter a coesão do grupo e suas propostas para o mundo. Tais representações são expressas por normas,

instituições, discursos, imagens e ritos, as quais constroem uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas que os fazem vivenciá-las cotidianamente (PESAVENTO, 2003, p.39).

A partir do prisma da psicologia social, o romeno Serge Moscovici faz nova leitura do conceito de representação. Para esse autor, a sociologia de Durkheim via as representações como um conceito estanque, refratário a qualquer análise posterior; não sendo necessário desvelar sua estrutura ou envidar maiores preocupações com o estudo de sua dinâmica interna. Isso caberia à psicologia social (MOSCOVICI, 2003, p.45).

Para entender as representações não basta limitar-se à constatação conceitual de sua ocorrência, antes se faz necessário compreender sua natureza, sua compleição. Os estudos de Piaget e Freud foram pioneiros quanto à transposição dos limites da compreensão conceitual do representado, pois adentraram o mundo da criança e suas respectivas representações construídas para vivenciar o cotidiano. Moscovici, por sua vez, propõe considerar as representações como fenômeno que ocorre com os indivíduos e com os diferentes grupos sociais nos quais se relacionam cotidianamente.

Entender as representações como fenômeno é priorizar sua condição de objeto que deve ser compreendido em duas dimensões: na complexidade de sua estrutura e no alcance de sua influência, ou seja, como conteúdo a ser desvelado e como processo permanentemente dinâmico. Assim, a 'Teoria das Representações Sociais' surgiu em 1961 na obra de Moscovici (2001). Segundo (DUARTE *et al.* 2009, p.622):

[...] se entende por Representações Sociais um conjunto de conceitos, proposições e explicações originados na vida cotidiana no desenrolar das comunicações interpessoais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podendo, também, serem vistas como a versão contemporânea do senso comum. As Representações Sociais são definidas como sendo uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Elas são equivalentes ao senso comum. Recomenda-se que a Representação Social seja estudada articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais,

integrando-os, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, às relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual eles vão intervir.

Nas intervenções proporcionadas pelas Representações Sociais de Moscovici, podemos pensá-las como modalidades de conhecimento prático orientado para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo de uma comunidade. São as formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não reduzem a componentes cognitivos (SPINK, 1993). É uma maneira específica de compreender e comunicar aquilo que já é sabido, aquilo que todo mundo vê, mas não percebe. Elas ocupam uma posição, em algum ponto entre conceitos que têm como objetivo abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções que reproduzam o mundo de forma significativa.

Enquanto Durkheim trata as representações coletivas como conceito, Moscovici as entende como fenômenos socialmente relacionados à construção do conhecimento no campo do senso comum. Durkheim pensava em representação apenas como reprodução coletiva limitada a ressoar a vontade ideológica da minoria detentora do poder. Moscovici entende como um sistema de interpretações significativas da realidade vivida, atuando nas relações estabelecidas pelos indivíduos no meio em que estão inseridos, orientando, assim, seus comportamentos e práticas coletivas. Esse é o grande diferencial existente entre o conceito clássico de representação coletiva de Durkheim e a alternativa proposta por Moscovici: a Representação Social (JODELET, 2002, p.59).

Para Moscovici, as representações são produzidas socialmente a partir de três fatores: a *Dispersão da Informação*; O *Engajamento ou Focalização* e a *Pressão à Inferência*. (MOSCOVICI, 2001; SANTOS, 1994, p.137)

A *Dispersão da Informação* na sociedade ocorre de maneira descentralizada e desigual, fato que pode acarretar para os indivíduos e seus grupos sociais a carência de informações acerca de um mesmo acontecimento, pessoa ou objeto. Tal processo demanda por parte das pessoas a criação de

representações sociais baseadas na seleção qualitativa ou no suprimento de informações com vistas a atender os interesses do grupo na relação com o objeto representado.

O *Engajamento ou Focalização* sobre determinado assunto, pessoa ou objeto ocorre de acordo com o interesse, seja por relação social, seja por defesa de pontos de vista do indivíduo e de seu grupo social perante outros. Essa condição implica a ação convergente do indivíduo em relação ao pensamento construído coletivamente por um grupo, não só no sentido de compartilhar da opinião, mas também no sentido de representá-la nos diferentes espaços nos quais transita socialmente.

A *Pressão à Inferência* é o meio pelo qual ocorre a imposição do grupo sobre seus participantes com o objetivo de fazer com que estes se posicionem, emitam opiniões, construam saberes sobre um acontecimento, pessoa ou objeto, com vistas a contemplar a vontade do todo. Diferentemente da condição anterior que implica a ação do sujeito em direção à vontade do grupo, a pressão à inferência é um movimento que impõe a reprodução do querer da maioria a todos participantes como princípio norteador das representações construídas.

Tais fatores de formação das representações sociais têm em comum o mecanismo de 'tradução' da diferença de posicionamentos em relação ao objeto com vistas a torná-lo significativo socialmente ao grupo. O objeto é retirado de um contexto dinâmico, em constante mutação e conflituoso que requer dos indivíduos contínua interação social para a construção profícua do conhecimento. A intermediação provocada pelo discurso produz a dinâmica necessária na formação das representações sociais, suscita nas pessoas a interação com a sociedade e seus diferentes grupos.

3.1. A Força das Representações

Na proposta de perceber o discurso arqueológico em Serranópolis dentro do contexto de formação das representações sociais pensadas por Moscovici, é tarefa difícil e nos exige esforço na compreensão desses conceitos. Esse esforço

é amenizado nas contribuições que Roger Chartier faz na relação da escrita, com as representações sociais e que irá nos ajudar a entender o papel que o discurso exerce nessa perspectiva. Segundo Chartier (1990, pp.23-24):

A problemática do “mundo como representação”, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos ou das imagens que dão a ver e a pensar o real. Daí, neste livro e noutros, mais especificamente consagrados às práticas da leitura, o interesse manifestado pelo processo e por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação. Tal tarefa cruza-se, de maneira bastante evidente, com a da hermenêutica, quando se esforça por compreender como é que um texto pode “aplicar-se” à situação do leitor, por outras palavras, como é que uma configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria experiência. No ponto de articulação do mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma norma de compreensão de si próprio e do mundo.

Segundo o texto, acima citado, existe diferença de sentido e significação. Nem sempre na construção de um sentido teremos a presença de um significado. As representações sociais só conseguem aparecer quando o discurso encontra com as expectativas do ouvinte ou correspondem aquilo que é próprio de sua vivência, aquilo que é do seu cotidiano, que lhe é familiar, aquilo que remete a memória, que é acessado através da experiência.

É preciso perceber se o discurso, daquele que constrói a história, é articulado com a expectativa do ouvinte para que haja compreensão e apropriação do mundo imaginado que está tentando inserir. Segundo o historiador, “As representações não são simples imagens. Ela tem uma energia própria que persuade seus leitores e espectadores que o real corresponde efetivamente ao que eles dizem ou mostram (CHARTIER, 2011, p.27)”.

A leitura do texto, em qualquer que seja sua modalidade, faz parte de uma experiência de articulação do leitor com o mundo. Nessa articulação, a noção de experiência, enquanto um dos conceitos fundamentais da hermenêutica moderna trazidos por Gadamer (1993) apontam para o horizonte fundamental no processo

de compreensão do ser, onde o mesmo sofre os efeitos de serem seres historicamente situados. As representações sociais irão fazer sentido nesse contexto de experiência pensado por Chartier e por Gadamer no momento em que a experiência é partilhada, ela faz sentido a um grupo que à partilha e se apropria dessa experiência transformando-a em norma de compreensão coletiva.

Para Chartier (2011, p.115), o reconhecimento da experiência provocado no ouvinte, permite que o documento histórico seja reconhecido e apropriado como relato ou algo importante de partilhar. Traz a importância do passado pela memória, mesmo que não haja regras claras que possibilitem controlar os discursos relacionados ao documento, pelo simples fato que esses discursos são construídos. O compromisso do produtor desse discurso é quanto à ordem que as palavras devem ter, carregado de conhecimento sem esquecer as expectativas de quem interpreta o discurso.

Na formação teórica das representações sociais e o poder do discurso, Chartier contou com as contribuições significativas de Stephen Greenblatt (1988), Pierre Bourdieu (1998) e Paul Ricoeur (1994). A primeira contribuição (2011, p.95) é o conceito formado por Greenblatt sobre a 'energia social' que é para ele a palavra-chave no 'processo de criação estética e capacidade das obras de transformar as percepções e as experiências de seus leitores ou espectadores'.

Segundo Greenblatt (pp.97-104), a 'energia social' são quaisquer coisas produzidas pela sociedade que podem circular salvo se está excluída da circulação. A presença do passado nesse conceito se dá quando existe uma contemporaneidade entre as ansiedades, incertezas e expectativas do público, o público traz uma ação reativa sobre as produções, traz uma nova identidade genérica sobre as obras. Para Chartier, esse conceito é importante na ideia de representações sociais porque propõem a volta de arquétipos em momentos históricos diferentes, mesmo que em novas formulações. As imagens mentais, como no exemplo de Chartier quando cita Shakespeare, onde a palavra atesta a verdade (p.102), se origina de uma constante repetição da mesma experiência, isso irá produzir a resposta de uma necessidade, agora contemporanizada.

A segunda contribuição usada por Chartier (2011) vem do uso do conceito 'campo cultural' de Pierre Bourdieu (pp.105-108). Nesse campo proposto, vemos o passado e seu próprio desenvolvimento onde os caminhos desse passado definem estéticas e diferentes tipos de autoria. 'Um livro muda pelo fato de que não muda quando o mundo muda'. Essa frase de Bourdieu nos chama a atenção para a necessidade de domínio prático no consumo dos bens simbólicos. As pessoas consomem aquilo que conseguem vislumbrar mesmo que não sejam frutos do seu tempo, elas resignificam os padrões culturais e valores simbólicos.

Um exemplo clássico usado por Chartier sobre o campo cultural e a ilustração usada por Cervantes⁴⁰ que se apodera do mundo textual herdado de seu tempo e revoluciona a ficção não no estilo artificial da literatura já praticada, mas na prosa doméstica da vida. Cervantes desejou que a literatura fizesse sentido para as pessoas, que elas se reconhecessem na história, que lhes fosse familiar, algo doméstico.

Mesmo que a literatura tenha temporalidades próprias na sua constituição sincrônica às formas literárias dominantes, Cervantes inventa uma maneira radicalmente nova de construir a ficção, onde o passado encontra lugar no presente se familiarizando com as pessoas. Voltando a frase citada sobre o livro, ele continua o mesmo de sua época, a mudança está no olhar de quem lê, no olhar de quem interpreta o discurso.

A terceira contribuição usada por Chartier vem do uso do conceito 'Representação' de Paul Ricoeur (p.115). Nesse campo vemos o reconhecimento do passado pela memória e o lugar do relato histórico no cotidiano. Os relatos tornam-se testemunhos, documentos mediados pela memória, é uma construção explicativa da história. A memória e sua representação individual ou coletiva irá possuir uma relação estreita com o passado.

⁴⁰ Miguel de Cervantes Saavedra foi um importante poeta, dramaturgo e novelista espanhol. Nasceu em 29 de setembro de 1547 (data suposta) na cidade espanhola de Alcalá de Henares. Cervantes morreu na cidade de Madri, em 22 de abril de 1616. Considerado um dos maiores escritores da literatura espanhola, destacou-se pela novela, mundialmente conhecida, *Dom Quixote de La Mancha*.

Chartier remete à memória a importância na construção das representações sociais, para isso ele traz essa perspectiva de Ricoeur. Segundo a construção dessa ideia, a operação historiográfica sempre discutiu o papel da memória e sua competência na construção da verdade histórica. Ricoeur sugere que não se trata de reivindicar a memória contra a história, mas de reconhecer suas diferenças fundamentais e, também, de mostrar a relação que as une. Para o escritor o passado está no presente, à memória transmitida oralmente, marcada ou escrita, nos dá a certeza da existência de um passado histórico a ser historicizado adequadamente.

Quando observamos as referências citadas, percebemos a importância da ilusão referencial em qualquer que seja o registro na construção do discurso histórico. As representações sociais quando intermediadas e seus valores construídos com um propósito, são carregadas de sentido para os grupos envolvidos. Com esse objetivo, segundo Chartier (2011, p.118) “Para exhibir esse princípio, o historiador deve introduzir em sua narração indícios ou provas desse ‘ter-sido’ que funcionam com *effets de réel* (efeitos de realidade), encarregados de dar presença ao passado graças às citações, as fotos, aos documentos”.

Por último, Chartier simplifica três categorias relacionadas à experiência (pp.122-123); A primeira é a percepção do irrepetível, todo intermediador de conhecimento histórico deve entender que os processos são irrepetíveis e exclusivamente frutos de seu tempo com impossibilidade de replicação genuína; A segunda é a consciência da repetição, acontecimentos parecidos podem ser comparados ou atribuídos a causas historicamente parecidas e não iguais, a repetição pode ser histórica, mas não análoga; Terceira, o saber das transformações que escapam a experiência imediata, o saber que existe em um progresso cognitivo acumulado. A história nunca pode esquecer os direitos de uma memória que é insurgência contra a falsificação ou a negação do que foi.

Na perspectiva proposta por Moscovici, o objeto da representação é sempre dinâmico e sofre pressões na sua formação, assim a consciência da repetição proposta por Chartier, é uma proposta de responsabilidade na construção do discurso histórico, aliando conhecimento e memória no discurso.

3.2. O Poder do Discurso

Entende-se por discurso, todo posicionamento argumentado. Nesse sentido, as representações pensadas por Chartier são compartilhamentos discursivos de ideias socialmente significativas dentro de um grupo, tornando o argumento um discurso coletivo. Para ele, esse argumento é algo historicamente situado na memória social.

Visto toda problemática teórica, observarmos que o discurso precisa conciliar seu conhecimento com as expectativas de um espaço, de um lugar, ou seja, a construção do discurso necessita ter uma ordem. É interessante pensarmos no sentido de ordem baseado no texto de Michel Certeau (1998, pp.201-202), quando define assim os espaços e lugares:

Inicialmente, entre *Espaço* e *Lugar*, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um *Lugar* é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] um *Lugar* é, portanto uma configuração instantânea de posição. Implica uma indicação de estabilidade. Existe *Espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O *Espaço* é o cruzamento de móveis. É de certo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. *Espaço* é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programa conflitais ou de proximidades contratuais. O *Espaço* estaria para o lugar como a palavra quando falada [...] o *Espaço* é um *Lugar* praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanista é transformada em *Espaço* pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o *Espaço* produzido pela prática do *Lugar* constituído por um sistema de signos, um escrito.

Por mais complexo que pareça o discurso de Certeau sobre espaço e lugar, é possível entender que o espaço é um lugar praticado por pessoas. Considerando que pessoas em um lugar discutem e argumentam entre si o seu cotidiano, elas produzem um espaço de compartilhamento das mais variadas coisas, ali temos a formação das representações sociais.

A teoria pensada por Roger Chartier (1990) é importante para identificar o modo como em diferentes lugares e espaços, uma realidade social pode ser construída, pensada, articulada, intermediada, dada a ler. Portanto, ao voltar-se para a vida social, entende que as representações sempre existiram, o discurso

apenas lhe deu uma nova configuração, novos motivos para constituir representações sociais modeladas e conceituadas no seu próprio tempo, no tempo que lhe é conveniente.

Nessa perspectiva, ao lidar com representações, devemos percebê-las como um conteúdo mental estruturado, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico a respeito de um fenômeno socialmente relevante em seu espaço, tomando a forma de imagens, metáforas, textos, sendo compartilhado com os demais membros do grupo de modo consciente.

O modelo teórico pensado por Chartier deve ser percebido como, o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, uma vez que as representações podem ser pensadas como esquemas intelectuais, que criam as figuras, controlam realidades apreendidas e comunicadas a revelia dos atores. Muitas vezes esses descrevem a sociedade como gostariam que fossem. Um não comprometimento com o real ou um real imaginado (1990, pp.18-19).

Chartier apresenta respostas relacionadas ao controle do discurso de maneira flexível e socialmente oportunista, onde a sociedade é a principal contribuinte na formação de sua história e o historiador é um mediador responsável na produção e controle do discurso. Segundo o historiador Ribeiro Junior (2005, p.7):

Chartier explica o sentido dado ao vocábulo representação, relacionando o signo visível, a coisa em si e o conjunto de caracteres linguísticos necessários para a expressão mental da coisa, e o significado referente ao signo visível, por consequência, a representação contém dois aspectos distintos, representação e representado, entre signo e significado, que podem ter sentidos diferentes de acordo com o tempo e o espaço [...] as práticas sociais adquirem sentido com a percepção da representação a qual elas se articulam.

Pensando no papel do discurso, conjunto linguístico a ser formulado, ele necessita promover o controle do signo sobre o que será representado. Deve provocar o compartilhamento das coisas que fazem sentido com todos envolvidos no processo. O discurso deve produzir algo que desperta os ouvintes a uma realidade almejada. Nisso o compilado de textos deve ter significativos, os objetos

devem fazer sentido, os símbolos precisam ter importância e as memórias necessitam ser lembradas e valorizadas.

O discurso tem poder na formação das representações sociais, não por que ele tem um objetivo particular, egoísta, ele tem poder pelo fato de ser um discurso interpretativo, ancorado em objetos socialmente significativos de acordo com o sistema de pensamento a qual eles foram produzidos. Para Chartier, não existe a realidade em si e nem objeto de estudo pretensamente natural, tudo o que existe é pactuado pelos homens e que pode ser percebido através dos discursos, conseqüentemente, os objetos históricos são construídos culturalmente (RIBEIRO JUNIOR, 2005, p.5; CHARTIER, 1990, p.16).

Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza é fundamental. Um texto pode aplicar-se à situação do leitor e, como configuração narrativa, pode corresponder a uma refiguração da própria experiência. Por isso, entre o texto e o sujeito que lê, entre o discurso e o ouvinte, deve haver uma sensibilidade na produção para que haja apropriação dos discursos, deve provocar o leitor e o conduzir a uma nova forma de compreensão de si e do mundo que é apresentado.

Capítulo IV – PRODUTORES DO DISCURSO EM SERRANÓPOLIS

Elegemos como atuais produtores do discurso arqueológico em Serranópolis, os agentes⁴¹ de frente, aqueles que atendem ao público que desejam, ao visitar a cidade, saber sobre a história do município, sobre os trabalhos arqueológicos realizados e sobre as pinturas rupestres.

Buscando esses personagens, nosso enfoque é uma pesquisa qualitativa. Conforme Spink (1993, p.22) “[...] entendendo-se por pesquisa qualitativa uma tradição dentro das ciências sociais que depende essencialmente da observação de pessoas em seus próprios territórios e da interação com essas pessoas [...] em seus termos”. Esse enfoque privilegia os agentes locais produtores do discurso.

Conforme mencionado no início do Capítulo III, entendemos que esses agentes estão no Museu de História Natural Serra do Cafezal, na Pousada das Araras e na Associação de Condutores de Turismo de Serranópolis - ACOTES. Baseado nessas escolhas e com entrevistas não-estruturadas, vamos entender como surgiram essas representações, quais são seus objetivos e quais são os discursos produzidos por eles sobre o patrimônio arqueológico do município.

4.1. Museu de História Natural Serra do Cafezal

Nossa visita foi programada. A Secretária de Cultura e Turismo de Serranópolis, Sra. Neila Carvalho de Lima, incubiu a diretora do museu, Sra. Lázara Lelize de Oliveira Carvalho, em nos atender e contar um pouco da história da cidade e do museu através de uma entrevista não-estruturada.

Segundo Lelize Carvalho (2013) a história do Museu de História Natural Serra do Cafezal, começou em 1993, por meio de um projeto de lei de incentivo à cultura, no intuito de preservar a história do município e apresentar os trabalhos arqueológicos realizados através da exposição de fotos. Em 1996, através do Prof. Dr. Altair Sales Barbosa, o museu recebeu as primeiras peças arqueológicas provenientes do programa arqueológico do extremo sudoeste goiano. Esse

⁴¹ Entende-se aqui por agentes: aqueles que representam, que falam, que atendem, que negociam, que agem, que operam, que promovem; Tudo em termos de cultura e turismo.

programa contou com o apoio do então Secretário de Educação e Cultura Sr. José Geraldo.

Em 2010, o museu saiu das dependências da prefeitura, sendo relocado para um espaço chamado Armazém de Cultura. O local realmente foi um Armazém. Foi construído na década de 1970 para abrigar uma indústria de secador de grãos e encontrava-se abandonada. O local foi revitalizado em 2010, abrigando o Museu de História Natural Serra do Cafezal⁴² e a Sala Eliziário⁴³ (auditório para realização de produções culturais). O Museu teve sua reestruturação acompanhada pela consultoria de uma museóloga do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, Sra. Girlene Chagas Bulhões. Anteriormente o museu estava na prefeitura, local que ocupava o Centro de Atendimento ao Turista - CAT. Hoje, possui um espaço que confere a adequação da expografia de todo o seu acervo, composto por peças que retratam aspectos naturais, pré-históricos, históricos e culturais da região.

O museu ganhou o Memorial do Mateuzinho, uma homenagem ao Sr. Mateus Gonçalves, antigo proprietário do armazém. No local foi mantida a antiga máquina de beneficiar arroz que conta um pouco da história e fotografias da cidade, que o próprio Sr. Mateus encomendou na década de 1970 e que foram todas doadas pela família. Ganhou também uma sala expográfica com os trabalhos do fotógrafo jataiense Roosevelt Vilela, ele registrou a escavação realizada em 1996 coordenada pelo Prof. Dr. Altair Sales Barbosa, que resultou na descoberta do Homem da Serra do Cafezal, de 11.000 anos. São ampliações fotográficas, algumas com lentes grandes angulares, que contam a história do município diante do mundo.

A arqueologia é um cenário dominante no museu, visto tamanha importância local dada para esse assunto pela prefeitura. A montagem atentou

⁴² Maior volume de material arqueológico das pesquisas retornou a comunidade e foi exposto apenas quando o museu integrou-se ao Armazém de Cultura onde recebeu espaço apropriado para exposições. O Museu de História Natural Serra do Cafezal, possui em seu acervo permanente, peças que retratam aspectos naturais, pré-históricos, históricos e culturais da região.

⁴³ O auditório recebeu esse nome em homenagem ao fundador da cidade. A Sala foi equipada com cadeiras históricas de cinema das décadas de 1970 e de 1980 e é usada como palco de diversas manifestações culturais, como mostra de filmes, teatro, música, dança, além de eventos ligados à promoção da cidadania.

para a necessidade de construir as relações que essas comunidades pretéritas tinham com o ambiente, tudo dentro de um discurso de sustentabilidade, algo parecido com o que conhecemos no Memorial do Cerrado em Goiânia, pertencente à Universidade Católica de Goiás - UCG. Assim, a construção do museu em Serranópolis teve apoio da UCG através do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA.

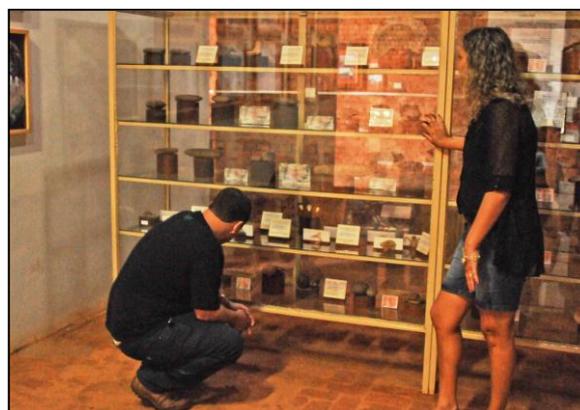
Segundo Lelize Carvalho (2013), o discurso de sustentabilidade foi desenvolvido pela necessidade de perceber os acontecimentos do passado para aprendermos a lidar com os recursos naturais de maneira responsável. Para a diretora do museu, outro papel importante desempenhado pelo mesmo é a valorização do patrimônio cultural através de trabalhos nas escolas do município com a intenção de promover cidadania e desenvolvimento:

A exposição não tem caráter estático, nós vamos até os colégios do município para propor atividades de valorização do patrimônio cultural. Mesmo que tenhamos sítios arqueológicos próximos à cidade, pela dificuldade de locomoção até esses lugares, tentamos trazer os alunos primeiro na exposição para que eles entendam todo valor dos trabalhos arqueológicos e dos artefatos aqui expostos. Quanto às pinturas rupestres, toda cidade têm orgulho e sabe que traz benefícios financeiros, o comércio é bem favorecido durante as férias e recebemos também pesquisadores como você durante todo ano, inclusive estrangeiros [...] Também temos o projeto 'Quinta Cultural' aqui, nesse projeto, toda quinta-feira de noite, temos eventos musicais e gastronômicos no Armazém de Cultura onde a população sempre têm nos perguntado sobre essas peças arqueológicas e sobre os ossos de megafauna aqui expostos.

A diretora destaca que é motivo de orgulho para a população a divulgação dos trabalhos arqueológicos realizados na região e sua importância internacional para o entendimento da ocupação humana no continente americano. O museu tem sensibilizado a comunidade em relação à preservação da cultura e da natureza, bem como viver em conformidade com ela através do exemplo indígena.

A principal preocupação da profissional do IBRAM na estruturação do museu foi atentar para algo que fosse lúdico, que estabelecesse uma relação de proximidade histórica e pudesse atender a faixa etária adulta e juvenil. Um

atrativo para alunos da região e que fosse interessante para os adultos. A ideia institucional deveria ter como base uma plataforma teórica e conceitual para inserir em um roteiro turístico, transformando-se em um excepcional atrativo.



Figuras 18 – 20: Sr. Lelize Carvalho junto com o pesquisador. Exposição de materiais arqueológicos. Pingentes usados como adorno. Fotos de José Henrique Messias Ferreira – Fev.2013

Percebemos que todas as propostas do museu, desde sua idealização em 1993, era promover a cultura e o turismo. Um espaço informativo, procurando atingir, através de uma linguagem adequada, todos os segmentos que visitassem esse lugar. Os discursos idealizados pela Secretária de Cultura e Turismo de Serranópolis, Sra. Neila Carvalho de Lima, e a diretora do museu, Sra. Lázara Lelize de Oliveira Carvalho, era de criar não apenas um museu, mas um espaço de interação social.

Nessa concepção, idealizaram um complexo cultural e junto ao IBRAM, construíram o Armazém da Cultura. Com o apoio da prefeitura e da UCG, montaram um lugar agregador de pessoas. Valorizaram os grandes personagens da cidade; montaram um bazar para os artesãos do município; construíram um

auditório; montaram uma exposição arqueológica; uma exposição histórica e promovem uma noite de eventos chamada Quinta Cultural.

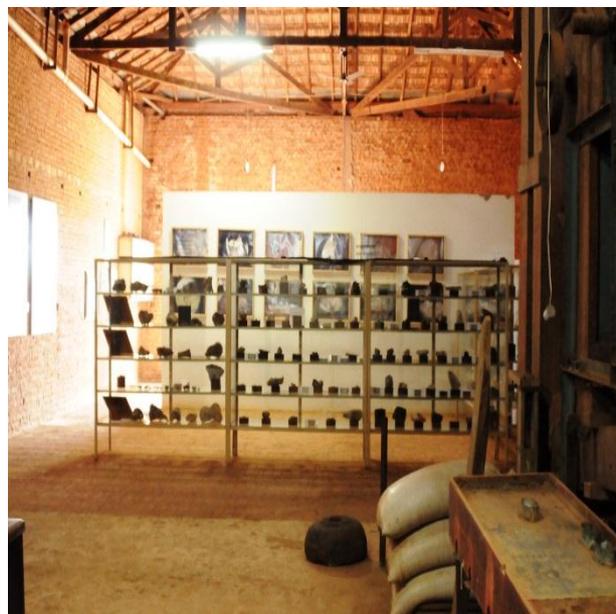
Usando os conceitos de Greenblatt (CHARTIER 2011, pp.97-104), entendemos que a 'energia social' são quaisquer coisas produzidas pela sociedade, e pode circular salvo se está excluída da circulação. Segundo a diretora do museu, a maioria da população não conhece os sítios arqueológicos pessoalmente, a circulação das informações sobre as pinturas rupestres acontecem somente no museu, pois a população se sente excluída pelos preços altos cobrados para conhecer os sítios arqueológicos.

A 'energia social' pensada por Greenblatt (1988) é construída nesse lugar (CERTEAU, 1998, pp.201-202) de interação social que é o museu. Nessa perspectiva, temos os valores da arqueologia ampliados pelos discursos produzidos onde tem atingido públicos diversos.

Existe uma contemporaneidade entres as ansiedades, incertezas e expectativas do público (BOURDIEU, 1998). O discurso arqueológico produzido pela diretora do museu atinge os visitantes por transitar através de falas e objetos do cotidiano do homem. As exposições abrigam a cultura do homem sertanejo e a arqueológica, bem próxima, sem nenhuma divisória ou linha do tempo (foto 22). Assim como Cervantes desejava que a literatura fizesse sentindo para as pessoas e que elas se reconhecessem na história, o museu da cidade adquiriu desde sua criação, um aspecto popular onde os achados arqueológicos compartilham espaço com objetos da história do homem sertanejo. Dentro do museu temos um espaço popular com venda de compotas, doces, confecção de roupas e artesanato local. A arqueologia se torna rural e o homem pré-histórico da Serra do Cafezal se torna Zé Gabiroba, um homem popular.

Considerando os fatores culturais da cidade, apresentados pela Sra. Lelize Carvalho (2013), essa miscelânea de informações relacionadas á cultura e arqueologia dentro do museu, criou espaço nuclear onde os artesãos locais vendem seus produtos e pessoas compartilham memórias do passado (RICOEUR, 1994). A memória e os discursos produzidos durante os eventos

culturais no museu trazem as lembranças dos trabalhos de arqueologia realizados na região e que agora são registros históricos.



Figuras 21 e 22: Museu de História Natural Serra do Cafezal. Destaque para os decalques no chão e fotos de personalidades da cidade ao fundo. Exposição Arqueológica no fundo e ao lado a história das primeiras máquinas industriais na cidade. Fotos: José Henrique Messias Ferreira – Fev. 2013

4.2. O Caso da Pousada das Araras

Nosso percurso em busca de observações sobre os discursos que valorizam o patrimônio arqueológico de Serranópolis, Goiás, nos levou até a Pousada das Araras. A visita foi programada. Logo que chegamos, conhecemos os proprietários do local, Sr. Reni Braga, Sra. Carla e Reni Junior. Fomos bem recebidos e logo nos mostraram o Centro de Visitação onde recebem turistas, pesquisadores e alunos. Essas pessoas vêm de todas as partes do estado, do Brasil e do mundo. A família é simpática, receptiva as nossas perguntas e mostraram-se serem bons empreendedores do ramo do turismo.

Segundo o Sr. Reni Braga (2013), a propriedade, Fazenda Pedraria, foi adquirida em 1964 pelo Sr. Manoel Vieira Braga, que iniciou as atividades turísticas na fazenda em 1994. A Pousada das Araras foi fundada apenas em 1996, numa parceria da UCG com os proprietários da fazenda, Sra. Ivana de

Souza Braga Ramos e Sr. Marcos Ramos da Silva, iniciando um Projeto de Ecoturismo. O título de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) veio em 1998⁴⁴, Portaria nº 173/IBAMA.

A Pousada das Araras possui 175 hectares de vegetação, sendo que 50% deste total caracteriza-se de uma cobertura arbórea de Cerrado denso. A Reserva abriga animais como a arara vermelha, urubu rei, tamanduás, onças e tatus, entre vários outros. Possui seis sítios arqueológicos: o sítio GO-Ja.03 (Gruta das Araras), sítio GO-Ja.04 (Gruta do Paredão), sítio GO-Ja.25, sítio GO-Ja.26 (que também possuem imagens rupestres e onde foram encontrados dois exemplares de pontas-de-flecha), sítio GO-Ja.27 (pequeno abrigo que possui várias gravuras distribuídas pelo teto, parede e piso) e sítio GO-Ja.28 (que também possui imagens rupestres nas partes mais sólidas do abrigo). Os sítios GO-Ja.28 e GO-Ja.27 só podem ser visitados para pesquisas.

Assim, apresentadas as atrações da Pousada das Araras e seu histórico, propomos uma entrevista com o Sr. Reni, o mesmo foi acompanhado pela sua esposa e filho. As perguntas foram combinadas anteriormente, mais seguiu como entrevista não-estruturada devido à informalidade que nos encontrávamos. A entrevista começou com o mesmo falando sobre os problemas das escolas e dos problemas que possuem junto à prefeitura local (BRAGA, 2013);

Algumas escolas vêm aqui porque recebem incentivos com dinheiro federal ou estadual, agora a cidade de Serranópolis, tinha que ter um trabalho em cima dos professores pra conscientizá-los [...] existe falta de interesse dos professores e dos alunos em saber sobre isso aqui. Em Goiás não está funcionando os projetos de incentivo a RPPN's, se tivesse isso a cidade de Serranópolis poderia se beneficiar [...] se tivesse esse dinheiro, a comunidade poderia participar mais efetivamente. Hoje a realidade de manutenção disso aqui é caro, colocamos muito dinheiro e com pouco retorno. Com um dinheiro desses (incentivo público), eu poderia talvez chamar a cidade, bancar uma excursão de grupo de alunos carentes de Serranópolis, digamos assim, esse dinheiro iria bancar. Então é isso, talvez o social começasse a mudar. Hoje

⁴⁴ Ainda em 1998, realizou-se uma parceria entre a Pousada das Araras e a Organização Não Governamental (ONG) Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), que elaborou um Plano de Manejo para a área. Durante a construção de uma passarela de madeira no sítio arqueológico GO-Ja.03, no intuito de preservar as imagens rupestres do contato direto com os turistas, ocorreu um incidente de grande repercussão: o carpinteiro da obra, Primo Perin, decidiu retocar e acrescentar algumas imagens ao paredão, somando mais de vinte intervenções, criando um dano irreparável ao sítio GO-Ja.03.

aqui a gente tem que cobrar, não tem como liberar nada, mesmo assim a gente ainda faz alguma coisa, mais fica difícil, a cidade não quer trabalhar com a gente.

Mesmo que nós direcionássemos as perguntas, vimos que o Sr.Reni continuou falando sobre a educação e falta de incentivo financeiro da prefeitura para manutenção de sua propriedade e acessos à mesma.

Tentamos aqui não fazer juízo de valor, é evidente para nós que muitas pessoas em Serranópolis não poderiam ter acesso aos sítios arqueológicos que estão na propriedade da família do Sr.Reni, salvo os que pagarem a quantia exigida de R\$ 70,00, para ter acesso aos sítios. O que se percebe em relação à Pousada das Araras é que os proprietários determinam quem pode visitar o local. As visitas devem ser realizadas através do Reni Junior, que é o guia, e em grupos pequenos na intenção de manter a segurança e limpeza na fazenda.

Em outro trecho da entrevista, a família mostra o desejo de transformar a Pousada das Araras em um centro de referência para o mundo. Esse sonho é inspirado na Serra da Capivara em São Raimundo Nonato - PI, onde existe o Museu do Homem Americano comandado pela arqueóloga Dra.Niede Guidon. Os proprietários da Pousada das Araras já visitaram o local e trouxeram ideias para Serranópolis. A família do Sr.Reni ainda sonha em transformar a propriedade deles em um polo turístico conceituado e um centro de referência para pesquisas daqueles que desejarem se estabelecer no local. O problema que eles colocaram é a falta de dinheiro e incentivo federal para continuar esse projeto e que se não concretizar essas parcerias em futuro próximo vão colocar a propriedade venda.

Em relação aos arqueólogos, o Sr.Reni Braga (2013) lembrou-se do seu pai que acompanhou as escavações desde a década de 1970 e as várias promessas ao longo de 30 anos sobre as benfeitorias que os trabalhos científicos trariam. Ficaram alguns ressentimentos em relação aos pesquisadores na sua família, foi sentido como uma traição à construção do Museu de História Natural Serra do Cafezal na cidade de Serranópolis. Dentre as questões, todas que foram colocadas estavam relacionadas à parte financeira que deveriam ser revertidas ou investidas na Pousada das Araras.

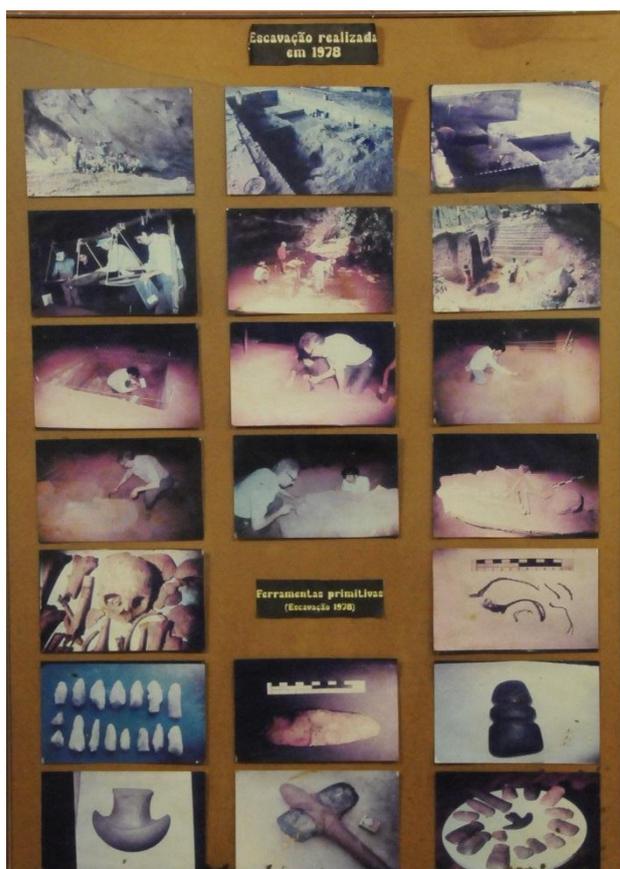


Figuras 24 - 26: Entrevista com o Sr.Reni. Conversa com a Sra.Carla sobre os planos futuros para Pousada das Araras. Registro na entrada da pousada com Reni Junior Fotos 23 -26: José Henrique Messias Ferreira – Fev.2013

A família do Sr.Reni, mostra o desejo de receber a comunidade da cidade de forma mais efetiva. Reconhecem as dificuldades financeiras da maioria da população, porém lembram que não recebem ajuda financeira de ninguém para manter sua estrutura. O turismo seria a única possibilidade de preservar os sítios arqueológicos que exigem atenções diárias impostas pelo IPHAN.

Nas palavras de Fogolari (2009, p.32) “o patrimônio cultural está associado aos conceitos de globalização, não de forma pejorativa e excludente, como em vários aspectos econômicos, mas de maneira valorativa”. Visto nessa perspectiva, não é julgado aqui a relação de turismo e patrimônio cultural. Nossa proposta de análise dos discursos no município é seu aspecto valorativo e sua capacidade de formar representações sociais pensadas por Moscovici, o que evidentemente não observamos na Pousada das Araras. O que legitima esse patrimônio nos parece exclusivamente acadêmico e não popular. Seria em um jogo de palavras, Patrimônio Arqueológico e não Patrimônio Cultural⁴⁵.

⁴⁵ Ver (pp.30-31). Carta Normativa da UNESCO (1972) e a Carta do México (1985). Capítulo I - O Conceito de Patrimônio, 1.1. Trajetória do Patrimônio Cultural no Brasil.



Figuras 27 - 29: Centro de Visitantes inaugurado em 1999. Quadro com fotos dos trabalhos arqueológicos realizados em 1978. Visita ao sítio arqueológico GO-Ja.03, no fundo a passarela de madeira financiada pela FUNATURA, entidade ligada ao fundo monetário do Banco Internacional de Desenvolvimento-BID. Fotos de José Henrique Messias Ferreira – Fev. 2013.

4.3. O Caso dos Guias Turísticos

A Associação de Condutores de Turismo de Serranópolis - ACOTES é outro grupo importante na produção do discurso relacionado ao Patrimônio Arqueológico. Os guias turísticos locais foram capacitados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

A ideia de registrar um serviço de apoio ao turista com a profissionalização dos guias informais da região, veio como proposta da prefeitura em parceria com o SEBRAE em 2011. Antes os guias eram pessoas da comunidade indicados por outros moradores.

O curso teve como finalidade, ensinar sobre o atendimento aos turistas de maneira qualificada e segura, profissionalizando os guias informais. Para tanto, os condutores receberam junto ao SEBRAE noções de turismo, treinamento militar de sobrevivência na floresta, rapel, primeiros socorros, manejo de animais peçonhentos, conhecimentos básicos sobre o meio natural, sobre a história regional e sobre os trabalhos de arqueologia realizados no município.

O curso envolveu onze pessoas da comunidade que foram selecionadas pela prefeitura. Esse critério de escolha, comandado pela Secretária de Cultura e Turismo, Sra. Neila Carvalho, observou o conhecimento dos candidatos sobre a região, observou quem já atendia turistas de maneira informal e observou o nível de escolaridade básico.

A saber, foram selecionados: Adeildo Franco Fernandes, Daniela Cristine Borges, Domingos Rodrigues de Oliveira, Elio Amorim Lima, José Dias Carvalhaes, Lucelma Ferreira Silva, Léia Paula de Souza, Martina Luiza Pires, Manoel Messias Franco, Paulo Sérgio de Souza e Sebastião Álvaro Rodrigues Moreira. Todos concluíram o curso intensivo de um mês. Logo após, a ACOTES foi registrada como serviço de turismo junto ao SEBRAE. Hoje a visita aos sítios arqueológicos, é autorizada pela prefeitura somente através deles.

A proposta do SEBRAE, não foi só qualificar os guias, essa proposta incluiu uma parceria financeira, pois a prefeitura deve repassar aos proprietários dos lugares onde estão os pontos turísticos, um percentual da quantia cobrada no contrato do passeio com a ACOTES. Ao final, ganham Guias, Proprietários e Prefeitura. Valer lembrar que os valores dos guias já são fixados pela própria prefeitura e, posteriormente são repassados aos proprietários. O pagamento para o passeio é feito na prefeitura e a taxa mínima é de R\$ 100,00, que corresponde a um grupo máximo de cinco pessoas. A condução (veículo) para os locais deve ser de responsabilidade do contratante.

Desta maneira, quando chegamos à cidade para realizar essa dissertação, procuramos a ACOTES para contratar um guia turístico. Contratamos, intencionalmente, o Sr. Domingos Rogrigues de Oliveira (67 anos), o de maior idade da turma, que aceitou ser nosso guia turístico e nosso entrevistado durante os dias que seguiram.

O pacote não ficou nada barato para os dias combinados, mas nossa vontade era maior em entender os discursos que formam representações sociais pensadas por Moscovici (2001) e entendidas por Roger Chartier (1999; 2011). Para isso, nada melhor que a companhia de uma pessoa de idade avançada, nascida na terra e um dos produtores do discurso.

O pacote incluía passeios nas cachoeiras, mirantes e nos sítios arqueológicos da Gruta do Diogo I e II (GO-Ja.01, Go-Ja.02). Através da entrevista não-estruturada, pudemos explorar a memória do Sr. Domingos Oliveira ao máximo sobre as escavações de 1978 e de 1996, onde mostrou essas permanências em sua memória desenvolvendo uma construção do discurso baseado no passado.

Ele lembrava com riquezas de detalhes os pesquisadores que vieram e o alvoroço produzido na cidade quando descobriram a antiguidade dos achados. Lembra da curiosidade das crianças, do início da especulação imobiliária que resultou dos achados, das autoridades políticas que queriam se promover com as pesquisas e lembra também, dos benefícios que as escavações trouxeram para a

cidade ao longo dos anos. Ele nos forneceu o que só a memória poderia fornecer para a produção do documento historiográfico, lembrando o texto de Françoise Choay (2006, p.112) 'os indivíduos e sociedades não podem desenvolver seu passado senão pela memória'.

Desta forma, querendo explorar a memória, fizemos algumas perguntas durante nossa caminhada. Perguntamos sobre o esqueleto do Homem da Serra do Cafezal, com um sorriso no rosto, ele respondeu que as pessoas conhecem esse esqueleto por 'Zé Gabiroba'⁴⁶, apelido dado por ele e alguns amigos devido à quantidade de Gabiroba na região e por ter sido encontrado em escavações (GO-Ja.01, Go-Ja.02), restos de gabiroba (SCHMITZ *et al.* 1989, p.174; BARBOSA, 2002. p.155).

O Sr. Domingos Oliveira, durante nossas conversas, achou estranho à inversão de papéis que ocorria naquele momento onde comandávamos o discurso intermediando os assuntos. Em certos momentos eu inseria questões de conhecimento arqueológico e me calava para que ele pudesse expressar o conhecimento adquirido no curso junto ao SEBRAE.

Observamos duas produções discursivas distintas realizadas pelo Sr. Domingos Oliveira (2013). O primeiro discurso, baseado na memória é o principal ingrediente de valorização da história do município e da importância dos sítios arqueológicos. Esse discurso é carregado de valores pessoais, uma análise produzida sobre sua cidade e sobre a arqueologia, ele é um dos personagens dentro da narrativa histórica, falava de acontecimentos, de eventos. Para Chartier (2011, p.115) essa experiência do Sr.Domingos Oliveira, poderia fazer sentido para outras pessoas produzindo uma memória coletiva e assim, formar representações sociais.

O segundo discurso do Sr.Domingos, é uma produção informativa, algo aprendido durante o curso no SEBRAE. Esse discurso reflete o conhecimento teórico adquirido pelo guia turístico. Ouvimos sobre megafauna, sobre tribos e interpretações sobre as pinturas rupestres. O conhecimento sobre os sítios

⁴⁶Disponível em: <<http://www.goiasturismo.go.gov.br/es/component/content/article/36-cidades/121-serranopolis.html>> acesso em: 6 jan. 2013.

arqueológicos se resumia a informações de datas, sobre os grupos de paleoíndios que existiram a mais de 11.000 anos atrás e as mais de 500 gerações de famílias que viveram ali na região e que deixaram suas marcas nas paredes. Todo esse discurso informativo era o mesmo mostrado nos *banners* do Museu de História Natural de Serranópolis.

Outro detalhe que não passou despercebido em suas falas foi sobre os turistas que visitam a região e que muitos deles são estrangeiros. Segundo o Sr. Domingos Oliveira (2013), “os sítios arqueológicos trazem grandes grupos à região e com isso esquentam o comércio da cidade, a população mesmo não se interessa por visitar os sítios, muitos nunca conheceram”. Nesse ponto, podemos juntar as informações concedidas pela Sra. Lázara Lelize (2013) e o Sr. Reni (2013), onde fica claro a não participação da comunidade em projetos que envolvam a parte física dos sítios arqueológicos. Uma questão curiosa falada por ele é que “os guias da ACOTES não podem trabalhar na Pousada das Araras”. Quando perguntamos sobre isso na Pousada das Araras, o Sr. Reni (2013) nos falou que era a falta de zelo pela propriedade por parte dos guias da ACOTES. Já o Sr. Domingos Oliveira (2013), fala que isso não é verdade, que o problema do Sr. Reni é político, desentendimentos na prefeitura.

Segundo o Sr. Domingos Oliveira (2013), não existem investimentos da prefeitura na preservação dos sítios arqueológicos, todo dinheiro relacionado ao turismo encontram outros caminhos. O dinheiro que entra para pagamento dos passeios, não traz nenhum tipo de mobilidade, conforto ou planejamento de preservação relacionado ao patrimônio.

Observamos que a Gruta do Diogo I e II (GO-Ja.01 e Go-Ja.02) não possuem passarelas, apresentam riscos constantes de desabamentos pelo tipo de rocha dos abrigos, podendo causar acidentes ou até mortes. Outra observação que fizemos foi quanto à placa em homenagem as pessoas que trabalharam no local, ela está suja, manchada e coberta pela vegetação. O descaso com o patrimônio pode ser visto através da grande quantidade de lixo pelo caminho e pelas pichações nas grutas.



Figuras 30 - 33: Entregando a autorização da prefeitura para o caseiro da fazenda liberar nossa entrada. Entrada da propriedade onde estão localizados os sítios arqueológicos Gruta do Diogo I e II (GO-Ja.01 e Go-Ja.02). Entrevista com o Sr.Domingos Oliveira. Placa em homenagem a todos que participaram dos trabalhos no local, nota-se que está tomado por plantas, terra e manchada. Fotos de José Henrique Messias Ferreira – Fev.2013



CONCLUSÃO

O jornalista Almiro Marcos (2010) foi um importante produtor do discurso relacionado ao patrimônio arqueológico de Serranópolis, pois foi através da sua matéria que fomos provocados a escrever essa dissertação. Segundo Moscovici (2001), o jornalista provocou um *engajamento ou focalização* de nossa parte sobre o assunto de Serranópolis. Isso ocorreu devido ao interesse pelo assunto, seja por relação social, seja por defesa de pontos de vista, seja por curiosidade científica. A verdade é que são discursos legítimos que formam representações sociais.

Pensando assim, a retomada do discurso deveria pensar sobre o porquê preservar o patrimônio, apresentar para a sociedade o porquê esse patrimônio é importante. Todos os discursos que ouvimos em relação aos sítios arqueológicos, foram valorativos e informativos, exceto uma parte do discurso do Sr. Domingos Oliveira que foi produzido pela memória; sobre as coisas que faziam sentido para ele, a exemplo da relação que fez das gabiobas do cerrado com o Homem da Serra do Cafezal e, com a arqueologia. Somou valores e trouxe um resultado que só é produzido pela experiência.

A configuração narrativa, por nós observada, imposta pelos atuais agentes produtores do discurso, são os principais responsáveis por uma experiência social capaz de ser lembrada. O problema que se configura é a falta de capacidade que esses discursos possuem de transformar o espaço físico dos sítios arqueológicos em algo a ser preservado e que leve a um engajamento social e político em favor de sua conservação.

A memória ou lembranças produzidas pelos trabalhos arqueológicos de décadas atrás, são consideradas pelas pessoas que conversamos como algo relevante. Esse pensamento sobre a relevância é compartilhado pelos guias da ACOTES, pelos representantes do museu e pelos proprietários da Pousada das Araras. Ora, esse entendimento compartilhado é uma herança local, é um patrimônio cultural construído socialmente.

Percebemos ao longo desse trabalho que as expectativas sociais e institucionais, desejam um discurso quase que libertador na cidade para que as representações apareçam e sejam percebidas. Parafraseando Chartier (1990. p.27), 'representação, prática, apropriação' é a partir dessas três noções que o discurso é construído, nessa ordem podemos traçar respostas para as denúncias de Almiro Marcos (2010). Entendemos aqui que a representação que os atuais produtores do discurso têm construído, inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades, é parte integrante de sua realidade social baseada em uma lógica econômica (CHARTIER, 2002, p.117).

Porém, nossa proposta de análise foi sobre os discursos representativos dentro da comunidade em uma análise qualitativa. Se fossemos definir o que achamos sem discorrer sobre o assunto, nossa conclusão imediata seria que não existem representações sociais no município que estejam engajadas na valorização do patrimônio arqueológico.

Nossa conclusão em uma perspectiva imediatista não seria válida. A não existência de representações sociais visivelmente militantes, não significa que as mesmas estejam ausentes no município. Em todos os agentes, vimos uma valorização local apenas por parte das atividades do museu.

Os problemas levantados pelo jornalista e que preocupam a atual administração do IPHAN no Estado de Goiás, seriam, provavelmente, amenizados na formação de representações sociais dentro da perspectiva de uma arqueologia pública, onde a valorização do museu e ajustamento de condutas dos atuais produtores do discurso poderiam garantir a participação popular e incentivar políticas efetivas para preservação do patrimônio arqueológico local.

Mesmo que a Sra.Salma Saddi, deseje a parceria da comunidade e dos agentes públicos da região com o IPHAN a favor da preservação do patrimônio arqueológico, a não parceria poderá ocorrer pelo fato de não haver reconhecimento popular no exercício dos direitos culturais. É preciso levar em conta que o conhecimento gerado dentro das representações sociais, irá imperar

nas relações da sociedade com seus bens culturais. Nessa ótica, o melhor investimento que o IPHAN poderia aplicar na cidade é a construção social do conhecimento, só assim teríamos o início de um horizonte de responsabilidade ética dos produtores de conhecimento que pudessem produzir desenvolvimento econômico e social.

Na década de 1980, Aloísio Magalhães já entendia que a comunidade local é a melhor guardiã do patrimônio pelo fato de possuírem um processo histórico carregado de valores e que produzem um senso comum. Para Magalhães (1997, p.190), quando o agente de valorização do patrimônio identifica quais eram os afazeres daquela comunidade, o que os levou a construir aquele monumento, ele é capaz de formar multiplicadores que considerem a importância de seu patrimônio. Isso é formar efetivas representações sociais que sejam a favor da permanência e continuidade dos bens culturais.

Por essa razão usamos os conceitos de Moscovici e Chartier, por apresentarem novas sequências conceituais que devem ser lidas na produção de nossos discursos e garantir a proposta da *Carta de Lausanne*. O discurso é nossa maior arma para proteção da cultura, ele é nossa perspectiva de mudança social e formação de cidadãos produtores de conhecimento como desejava Aloísio Magalhães.

Lembrando a *Carta de Lausanne* (1990) “a apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens [...] constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio”. Desse modo, a participação dos produtores do discurso de valorização do patrimônio deve consistir na “popularização do estado corrente do conhecimento científico”.

A formação de uma consciência preservacionista começa dentro das representações. Parte-se do pressuposto que só se preserva o que se conhece. É o ato de conhecer que gera a experiência, viés defendido por Gadamer e Roger Chartier. Trazer a comunidade e lideranças municipais para uma parceria junto ao IPHAN pode esbarrar em problemas de propriedade, pensada por Capanema e

que gerou tanta dor de cabeça para Mário de Andrade, que foi o responsável por tentar contornar tal problema ora posto na cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, a consciência preservacionista desejada é nula, ela é impedida pelo interesse econômico gerado em volta do patrimônio. Devido a essa realidade, o exemplo da Pousada das Araras e ACOTES, são inviáveis na formação de representações. Devolver a comunidade os resultados da pesquisa arqueológica é um compromisso apenas do museu de Serranópolis, atualmente é o único capaz de criar uma *Pressão à Inferência*. (MOSCOVICI, 2001; SANTOS, 1994, p.137).

Nessa análise sobre a herança que ficou em Serranópolis, mesmo que não agrade a todos os responsáveis pelo discurso arqueológico na cidade, entendemos que a formulação do museu em Serranópolis é o único capaz de compartilhar lembranças, memórias, experiências que formam as representações sociais. Nas palavras de Chartier (1998, p. 15) 'O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronuncia'. Assim, os discursos produzidos dentro do museu, formam no momento um sentido social legítimo e partilhado, como no caso da matéria instigante do jornalista onde a legitimidade do discurso, e o poder das palavras, provoca *engajamento social*.

O discurso no museu encontra legitimidade por aproximar da comunidade com seus valores culturais. As representações sociais são definidas como sendo uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a comunidade, é um senso comum.

Talvez as respostas que vamos dar para o jornalista (MARCOS, 2010), sejam genéricas, populistas, de folhetim, pois a subjetividade em que as questões do patrimônio em Serranópolis, Goiás, são tratadas pelo IPHAN, têm-se mostrado insuficientes. Talvez a saída possível, seja a municipalização através de leis orgânicas voltadas para conservação do patrimônio e valorização do bem público. Essa municipalização deverá garantir também a retomada da participação das instituições de ensino que começaram a história da arqueologia nesse local, uma vez que os sítios estão sobre tutela de particulares e não do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro. Ed. Contra Capa. Program de Pós-Graduação em Memória Social - UFRJ. 2009.

AGUIAR, A. *A Tradição Agreste: estudo sobre arte rupestre em Pernambuco*. Publicações Avulsas. Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB; Recife, 1986.

ALCANTRA, Aureli Alves de. *Paulo Duarte entre Sítios e Trincheiras em Defesa da sua Dama – A Pré-História*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Guilherme A. de. FARIAS, Luiz Henrique. *Considerações sobre a arte rupestre no Estado da Bahia, Brasil*. Imprensa Universitária. UESC. 2008.

ALMEIDA, Ruth Trindade de. *A arte rupestre nos cariris velhos*. Editora Universitária/UFPb. 1979.

BAHN, P. (ed.). *The Cambridge Illustrated History of Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge. 1996.

BARBOSA, A. S. *Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do cerrado*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Instituto do Trópico Subúmido, 2002.

_____. *Pré-História de Serranópolis – Goiás*. Goiânia: Editora UCG. 1984.

BARBOSA, Altair Sales; SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Horticultores Pré-Históricos de Goiás*. Unisinos, São Leopoldo – RS. 1975.

BICHO, Nuno Ferreira. *Manual de arqueologia pré-histórica*. Lisboa. Edições 70. 2006.

BONNICHSEN, R; LEPPER, M. B; STANFORD D.; WATERS M. *Paleo-American Origins: Beyond Clovis*. Texas A & M Press, College Station. 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *As Regras da Arte. Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira, com colaboração de Jaime A. Clasen. 1º imp. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2012.

BRAGA, Reni. Reni Braga: *depoimento [março 2013]*. Entrevistador: Ricardo Nogueira. Entrevista concedida ao aluno da Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em História (PUC-UCG).

CALDARELLI, Solange Bezerra; SANTOS, Maria do Carmo Mattos dos. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista da USP*. São Paulo. 1999-2000.

CALDERON, V. *A Fase Aratu no Recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia*. Publicações Avulsas, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1969.

CAMARGO, Harolo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. Ed. Aleph. 2002.

CARNEIRO, Neri P. *Memória e Patrimônio: Etmologia*. Publicado 11 de julho de 2009. <<http://www.webartigos.com/autores/npcarneiro/?offset=13#content-top-list>>. Acesso em 09 de Maio de 2013.

CARVALHO, Aline V.; FUNARI, Pedro Paulo A. As possibilidades da Arqueologia Pública. *Revista História e-História*. 2009.

CARVALHO, Lázara Lelize. *Lázara Lelize Carvalho: depoimento [março 2013]*. Entrevistador: Ricardo Nogueira. Entrevista concedida ao aluno da Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em História (PUC-UCG).

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Anna Blume, 2009.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano. Artes de Fazer*. Petrópolis. 3º Edição. Vozes. 1998.

_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro. Editora Forense, 1982.

CESAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. *A viabilidade superestrutural do patrimônio: estudo do museu da língua portuguesa*. Revista de cultura e turismo. UESC. Ano 04, nº 01, jan/2010.

CHARTIER, Roger. *A força das representações: história e ficção*. João Cezar de Castro Rocha (org). Chapecó, SC. Argos, 2011.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Ed.Unb, 1999.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHILDE, V. Gordon. *Assim aconteceu na História*. São Paulo: Zahar, 1976.

_____. *A evolução cultural do homem*. São Paulo: Zahar, 1976.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 34. 2012.

CONSENS, M. San Luís – *El arte rupestre de sus sierras*. San Luís, Dirección Provincial de Cultura, V.1. 1986.

COSTA, Angyone. *Introdução a Arqueologia Brasileira*. São Paulo. Editora Nacional. 1980.

DE FILIPPO, Raphael. *A arqueologia passo a passo*. São Paulo. Cia. das Letras. 2011.

DIAS, Ondemar. III Seminário Goiano de Arqueologia: *os cultivadores do planalto e do litoral*. Anuário de Divulgação Científica nº8. 1980.

DOCUMENTO, Consultoria. *O que é arqueologia pública?* Disponível em: <http://www.arqueologiapublica.com.br/>. Acesso em 06 ago.2013.

DUARTE, S.J.H.; MAMEDE, M.V.; ANDRADE, S.M.O.DE. *Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo*. Saúde e sociedade, v.18, n.4, p. 2009.

EVANS, C. Introdução. In: SIMÕES, M., (Ed.). *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do primeiro ano (1965-1966)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967.

FOGOLARI, Everson Paulo. *Gestão em Projetos de Arqueologia*. Erechim, RS. Habilis, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2009.

_____. *O Patrimônio em processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc./Iphan, 2005.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN, *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*. Brasília: IPHAN/ Minc/DID. 2000.

_____. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo. Ed Loyola, 2011.

_____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária, 2005.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1979.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo. Vol.65, n.2. 2013.

_____. *Arqueologia*. São Paulo. Contexto, 2010.

_____. *Arqueologia e patrimônio*. Erechim, Habilis, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo. NOELI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*. São Paulo. Contexto, 2012.

FUNARI, Pedro P. Pelegrini, Sandra C.A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro. Zahar, 2006.

GADAMER, H.G. *Verdad y método*. Salamanca, Ediciones Sígueme, 1993.

GASPAR, M. D. *A história da construção arqueologia histórica brasileira*. Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo v.13. 2003.

_____. *Arte rupestre no Brasil*, ZAHAR. 2003.

GONÇALVES, José R. Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In: SANTOS. Regina Abreu. CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e Patrimônio, Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro. Ed. Lamparina. 2009.

_____. *A retórica da pedra: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2ªed. Iphan. 2002.

GREENBLATT, Stephen. *Shakespearean Negotiations: The Circulation of Social Energy in Renaissance England*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988.

GUARINELLO, N. L. *Os primeiros habitantes do Brasil: a arqueologia pré-histórica no Brasil*. Coleção A Vida no Tempo do Índio. São Paulo: Editora Atual, 1994.

GUIA TURÍSTICO. *Guia Histórico e Cultural do Estado de Goiás*. 1ª edição. Goiânia: AGP - Artes Gráficas, 2000.

GUIDON, N. *Peintures Préhistoriques de Brésil: L'Art Rupestre du Piauí*. ERC, Paris, 1991.

_____. *Tradições Rupestres da Área Arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil*. CLIO, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1989.

GUIMARAENS, Cêça. Os museus do sistema SPHAN/FNpM. In: *XI Encontro Nacional da ANPUR*. Encontro Nacional da ANPUR. Salvador, 2005.

GUIMARÃES, Izaltino. In: PINTO, Suely Lima de Assis; REIS, Márcia Santos Anjo; SOUSA NETO, Alípio Rodrigues de. (Org) *O passado presente na arte*. Jataí, 2007.

GUIMARÃES, Santiago W. F. Ocupação caçadora e coletora no Planalto Central brasileiro. *Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê Arqueologia, Ambiente e Patrimônio*. v. 17. Criciúma, Santa Catarina. 2011.

HUGO, Victor. *Notre-Dame de Paris*. Paris: Pocket, 1998.

IPHAN. *Patrimônio Imaterial*. Disponível em. <[http:// portal. iphan. gov. br/ portal/ montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan](http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan)>. Acesso em: 20 set. 2013

JODELET, D. *Representações sociais: um domínio em expansão*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002.

JORGE, Marcos; PROUS, André; RIBEIRO, Loredana. *Brasil Rupestre. Arte pré-histórica brasileira*. Curitiba-PR. Editora: Zen Crane Livros. 2007.

JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. 6^o Ed. Editora Nova Fronteira. 1964.

KUHL, Beatriz Mugayar. *A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento Teórico*. Revista CPC, São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov. 2006/abr. 2007.

LAMING EMPERAIRE, A. *La Signification de L'Art rupestre Peléolithique*. Editions A. & J. Picard & Cia. Paris, France. 1962.

LANGANEY, André. *A mais bela história do homem: de como a Terra se tornou humana*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 2009.

LEROI-GOURHAN, André. *Os caçadores da pré-história*. tradução de Joaquim João Coelho da Rosa. Edições 70. Lisboa. Portugal. 1983.

_____. *As religiões da pré-história*. Tradução de Maria Inês de Franca Sousa Ferro. Edições 70. Lisboa. Portugal. 1964.

LÉVI-STRAUSS, C. *Mito e significado*. Trad. A.M. Bessa. Lisboa. Edições 70. 1985.

LIMA, Tânia Andrade de. Luiz de Castro Faria, também um arqueólogo. Brasília: CNPq, 2009. *Memórias da C&T – Série Produção Científica Brasileira*. Disponível em <<http://centrodememoria.cnpq.br/publicacoes3.html>>. Consultado em 27 de dezembro de 2013.

MACEDO, Ana Paula. Descobertas as ossadas mais antigas do Brasil. Publicado em: O Globo (Ciência e Vida) em 25 de fevereiro de 1996. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/20632/descobertas-ossadas-antigas-brasil/>>. Acesso: 1 Jan.2014.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... um estudo sobre a inspetoria de monumentos nacionais (1934 – 1937)*. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARCOS, Almiro. *Pinturas rupestres de sítios em Serranópolis estão ameaçadas: sede dos registros mais antigos da ocupação humana no cerrado sofre deterioração resultante da ação humana e de causas naturais*. Jornal O Popular. Caderno Cidades. Goiânia. 16 out. 2010.

MARTIN, G. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 5 ed. UFPE, Recife, 2008.

MARTIN, G.; AGUIAR, A. Arte Pré-Histórica dos Índios do Nordeste do Brasil. In: *Revista do Serviço de Ação Cultural da 3ª SUER*. Recife: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 1991.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify. 2003

_____. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp. 1974.

MELO, E. L. e BRENDA, J.L. *Carta arqueológica - Divisão regional para cadastramento de sítios arqueológicos do estado de Goiás*. Goiânia: UFG, 1972.

MORENO, J. L. *Fundamentos do Psicodrama*. São Paulo: Summus, 1983.

MORENO, J. L. *O Teatro da Espontaneidade*. São Paulo: Summus, 1984.

MORAIS, J. L. de. A arqueologia e o Turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 97-103. (Coleção Turismo Contexto).

MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado. *Cenários regionais em arqueologia brasileira*. Editora Annablume. 2009.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis. 3º ed. Editoras Vozes. 2003.

_____. Das representações coletivas às representações sociais: elementos de uma história. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

MCMURTRIE, Douglas C. *O livro: impressão e fabrico*. 2. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

OLIVEIRA, Albino. *Museu Paraense Emílio Goeldi*. 2009. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 29 de novembro de 2013.

OLIVEIRA, Domingos Rodrigues de. *Domingos Rodrigues de Oliveira: depoimento [março 2013]*. Entrevistador: Ricardo Nogueira. Entrevista concedida ao aluno da Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em História (PUC-UCG).

OLIVEIRA, Lizete Dias. *Arte Rupestre como Signo: uma abordagem semiótica do fenômeno infocomunicacional*. Anais do Congresso Internacional da IFRAO, Piauí, BRASIL. 2009.

OLIVEIRA, Jorge E. VIANA, Sibeles A. O Centro-Oeste antes de Cabral. *Revista USP*. São Paulo, n.44, p. 142-189, dezembro/fevereiro 1999-2000.

PARENT, Michel; LEAL, Cláudia Feirabend Baeta. *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Trad. Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

PARELLADA, Cláudia Inês. Arqueologia dos campos gerais. Parellada, Cláudia Inês. "Arqueologia dos Campos Gerais". In: MELO, M. S.; MORO, R. S. e GUIMARÃES, G. B. (Orgs). *Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná*. Editora UEPG, 2007.

PEIRCE, C.S. *Semiótica*. Coleção Estudos. Trad. J.T. Coelho Neto. São Paulo. Ed. Perspectiva. 1977.

PEIXOTO, J. L. S., ARRUDA, A. A. C. de. Pantanal Rupestre. In: *Memórias do Pantanal Rupestre*. MUHPAN e Fundação Barbosa Rodrigues. 2011.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte. Ed. Autêntica. 2003.

PONTIM, R. de L. A Tradição Tupiguarani na Bacia do Alto Tocantins. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, USP. São Paulo, 2011.

PROUS, A. Caracterização e Distribuição Espacial dos Grafismos Brasileiros. In: *A Arte Rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

_____. *A Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 1992.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs). *Museus, dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte, MG. Ed.Argvmentvm. Coleção Scientia. 2010.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. *Estrutura e função nas sociedades primitivas*. Lisboa. Perspectivas do Homem. 1989.

RAMALHO, Juliana Betarello. *O Artesanato da pedra lascada no sítio Cajueiro, Correntina-BA: Tecnologia Lítica*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

RENFREW, Colin, BAHN, Paul. *Arqueologia. Teorias, Métodos y Prática*. Madrid, 2.ª Edición, Ediciones, Akal, 1998.

RIBEIRO, Loredana. *Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos de arte rupestre – um estudo regional das gravuras e pinturas do alto-médio São Francisco*. Tese de doutoramento, São Paulo. MAE/USP. 2006.

RIBEIRO, Marily Simões. *Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica*. São Paulo. Alameda. 2007.

RIBEIRO JUNIOR. Halferd Carlos. *A Leitura de Chartier do Pensamento Foucaultiano*. ANPUH – Anais do XXIII Simposio Nacional de História. Londrina, 2005.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Éditions du Seuil, 2000.

_____. *Tempo e narrativa*. Tomo I. trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. *Patrimônio Cultural: a propriedade dos bens culturais no estado democrático de direito*. Fortaleza. Universidade de Fortaleza, 2008.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969- 1987*. São Paulo: UNESP, 2000.

SALADINO, A. Prospecções na arqueologia brasileira: processos de ressignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico. In: *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro. Anais da 26ª RBA. 2008.

SALGUEIRO, Valéria. *Grand Tour: uma contribuição a história do viajar por prazer e por amor à cultura*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representação social e a relação indivíduo-sociedade. *Temas em psicologia*. UFPE. vol.2, n.3, 1994.

SCHAAN, Denise Pahl. *Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições*. Belém. UFPA. v. 2, n. 1., 2007.

SCHIMIDT DIAS, Adriana. *Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan-abr. 2007.

SCHMITZ, P.I. *Caçadores e coletores antigos no Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil*. IAP-UNISINOS, São Leopoldo/RS. 1984.

_____. *A evolução da cultura no Sudoeste de Goiás*. Pesquisas, Série Antropologia, São Leopoldo/RS. 1980.

_____. *Arqueologia de Goiás: seqüência cultural e datações de C14*. *Anuário de Divulgação Científica*, Goiânia/GO. 1977.

_____. Arqueologia do Estado de Goiás. Estudos Goianienses, Ano II, n.2, Goiânia/GO. Universidade Federal de Goiás. 1974.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A. S.; RIBEIRO, M. B.; VERARDI, I. *Arte Rupestre no Centro do Brasil: Pinturas e Gravuras da Pré-História de Goiás e Oeste da Bahia*. São Leopoldo/RS: Instituto Anchietao de Pesquisa, 1984.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A. S.; JACOBUS, A. L.; RIBEIRO, M. B. *Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central*. Serranópolis I. Revista Pesquisas - Antropologia n. 44, São Leopoldo/RS: Instituto Anchietao de Pesquisa, 1989.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A. S.; RIBEIRO, M. B. Arte Rupestre. 1978. In: *III Seminário Goiano de Arqueologia*. Goiânia, GO. Anuário de Divulgação Científica. Goiânia, GO. UCG, v.8. 1980.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A. S., WÜST I.; SCHORR, M. H. A; MOEHLECKE, S. Arqueologia em Goiás em 1976 - Projeto Paranaíba, *Estudos Goianienses*. Revista da Universidade Católica de Goiás, ano IV, 5,UCG., Goiânia/GO. 1977.

SCHMITZ, P.I.; ROSA, André Osorio; BITENCOURT, Ana Luisa Vietti. *Arqueologia nos cerrados do Brasil Central*. Serranópolis III. Pesquisas, Antropologia 60. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, 2004.

SCHMITZ, P.I.; SILVA, Fabíola Andréa; BEBER, Marcus Vinicius. *Arqueologia nos cerrados do Brasil Central*. Serranópolis II. As pinturas e gravuras dos abrigos. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas/Unisinos, 1997.

SOUZA, A. M. de. *História da Arqueologia Brasileira*. Revista Pesquisas – Antropologia n. 46, São Leopoldo/RS: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1991.

SPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil. Uma trajetória*. Brasília: MEC, 1980

SPINK, M.J. O estudo empírico das representações sociais. *In: O conhecimento cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo. Ed.Brasiliense. 1993.

WILLEY, G. R.; SABLOFF, J. A. *A History of American Archaeology*. W.H. Freeman and C., New York, 3. Edition.1993.

WÜST, I. *A Arte Rupestre: seus mitos e seu potencial interpretativo*. In: Ciências Humanas em Revista. São Paulo. 1991.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. *O tombamento no direito administrativo e internacional*. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 41 n. 163 jul./set. 2004.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Coleção Clássicos IPRI. Pref. de H. Jaguaribe; Trad. M. G. Kury. -4º ed. Editora Universidade de Brasília. 2001.

UCKO,J.Peter.; ROSENFELD, Andrée. *L'Art Paléolithique, L'Univers des Connaissances*. Hachette. Paris, France. 1966.

VIANA, Sibelí A.; SYMANSKI, Luís C. O (Re) Ingresso da Arqueologia no Ministério da Educação. *Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Número 01, Março de 2010. Disponível em: <<http://www.sabnet.com.br/jornal/component/content/article/44-outrasedicoes/99-primeira-edicao>>. Acesso em: 29 set.2013.

VIANNA, Sibelí A.; VAZ, Ludimíla Melo; CASTRO, Ernesto Camelo de; BARBOSA, Maria do Socorro S. Goiás na rota (invertida) do tempo: ocupações em sítios arqueológicos litocerâmicos. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de; VIANA, Sibelee A. Org. *A transversalidade do conhecimento científico: uma experiência de 40 anos em pesquisa*. Ed.da PUC Goiás. Goiânia, 2013.

ANEXOS

ENTREVISTAS

CARVALHO, Lázara Lelize. *Lázara Lelize Carvalho: depoimento [março 2013]*.

Entrevistador: Ricardo Nogueira. Entrevista concedida ao aluno da Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em História (PUC-UCG).

A entrevista foi realizada na manhã do dia vinte e oito de março de 2013, no Museu de História Natural Serra do Cafezal onde a Sra.Lelize é diretora. P- Pesquisador; E-Entrevistado.

P – Em primeiro lugar, bom dia. Meu nome é Ricardo, esta entrevista que estou fazendo é para o Mestrado em História da Universidade Católica de Goiás, fala sobre o patrimônio arqueológico aqui de Serranópolis e qual a importância que esse patrimônio tem para a população.

E – Bom dia, meu nome é Lazara Lelize Carvalho e estou a frente do museu a 4 anos e pronta pra servi-los.

P - Gostaria de agradecer pela disponibilidade em nos atender, esse trabalho, creio, é importante para nós como acadêmicos e para a comunidade. Já tivemos um primeiro contato com a Secretária de Cultura e Turismo, a Sra. Neila, e já tivemos algumas conversas, aqui no supermercado ao lado. Observamos que todos ali sabiam o que era arqueologia, eles sabiam o que é um sítio arqueológico e isso é raro nas pesquisas que temos feito nesses últimos 5 anos pelo Brasil. Parece que a cidade se movimenta em prol dos sítios arqueológicos. Gostaria que falasse pra gente, qual é a importância, hoje, desses sítios para a comunidade de Serranópolis. Traz desenvolvimento? Traz Turismo? Como a população é beneficiada?

E – Então, esse é o trabalho que nós temos desenvolvido. Creio que no futuro, ainda não, irá trazer desenvolvimento para a cidade. Cremos que ainda trará esses benefícios financeiros, que toda cidade turística almeja. O que a gente faz...tentamos desenvolver primeiro com a população essa ideia que eles podem estar ganhando com a preservação do patrimônio. Mas ainda sim, nós estamos começando esses trabalhos com a comunidade. Em 4 anos, estivemos trabalhando com as escolas, para que as crianças estivessem aprendendo sobre nossa cultura, porque desde pequenininho, se eles aprendem essa importância, eles vão dar a devida importância no futuro. Não sei se você percebeu, alguns desses sítios são bem próximos a cidade, mas o que que acontece, se não tiver um educação, as crianças daqui uns dias irão lá para fazer rabiscos e estragar aquilo. Ou seja, a preservação tem que começar por eles. Assim a população vai cuidar e preservar.

P - Então aqui no museu vocês fazem esse tipo de trabalho?

E – Todos os anos. Já temos um trabalho com medidas educativas. Vamos as escolas e trazemos os alunos para dentro do museu. Dificilmente você vai encontrar um aluno da cidade que não sabe contar a história do museu e dos sítios arqueológicos. É até interessante um dia vocês virem participar. A exposição não tem caráter estático, nós vamos até os colégios do município para propor atividades de valorização do patrimônio cultural. Mesmo que tenhamos

sítios arqueológicos próximos à cidade, pela dificuldade de locomoção até esses lugares, tentamos trazer os alunos primeiro na exposição para que eles entendam todo valor dos trabalhos arqueológicos e dos artefatos aqui expostos. Quanto às pinturas rupestres, toda cidade têm orgulho e sabe que traz benefícios financeiros, o comércio é bem favorecido durante as férias e recebemos também pesquisadores como você durante todo ano, inclusive estrangeiros.

P- O trabalho de vocês é educativo.

E- Isso, a gente começa por aí. Nós temos também o projeto 'Quinta Cultural' aqui, nesse projeto, toda quinta-feira de noite, temos eventos musicais e gastronômicos no Armazém de Cultura onde a população sempre têm nos perguntado sobre essas peças arqueológicas e sobre os ossos de megafauna aqui expostos.

P – Pelo que a gente percebeu nesses dias, a maioria dos turistas que vem para cá, muitos não ficam diretamente na Pousada das Araras, esses turistas ficam andando aqui pela cidade mesmo, e só depois se interessam em visitar outros sítios da região.

E – Na verdade, a maioria fica hospedado aqui na cidade, eles vão lá apenas para conhecer alguns sítios mais famosos, depois retornam aqui para cidade.

P- Então podemos falar que tem começado um desenvolvimento econômico na cidade por conta dos sítios, mais ainda sem a relevância que esperam?

E – Não, não tá. Esse é nosso sonho, é o sonho de todo mundo. No caso da associação dos condutores, às vezes eles desanimam dizendo que não está rendendo e tal.. Mas assim, a prefeitura tem apoiado eles. Já conheceram a ACOTES?

P – Já.

E- Então, nós temos um trabalho junto com esses condutores e a cada dois meses a gente vai (dar curso de reciclagem), junto ao apoio da prefeitura, a gente vai visitar alguns sítios, e tá sendo bem produtivo mesmo.

P- Muito bom, eu agradeço pela conversa e peço desculpas por tomar tanto tempo.

E- Eu que agradeço e estamos à disposição.

BRAGA, Reni. Reni Braga: *depoimento [março 2013]*. Entrevistador: Ricardo Nogueira. Entrevista concedida ao aluno da Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em História (PUC-UCG).

A entrevista foi realizada durante à manhã do dia vinte e nove de março de 2013, na Pousada das Araras, onde o Sr.Reni Braga trabalha e é proprietário. P- Pesquisador; E-Entrevistado.

P - Em primeiro lugar, bom dia. Meu nome é Ricardo, a entrevista que estou fazendo é para o Mestrado em História da Universidade Católica de Goiás, conforme tinha explicado para o telefone. O Trabalho fala sobre o patrimônio arqueológico aqui de Serranópolis e qual a importância que esse patrimônio tem para a população.

E- Bom dia é um prazer.

P – Sobre as escolas (lugares que eu tinha visitado na semana), temos escolas em Serranópolis, parece que são 3 escolas estaduais e uma municipal, fora o tanto de colégios que a gente tem em Jataí. Esses colégios hoje, esses alunos de 6 até os 15 anos, eles tem vindo ou frequentado a pousada para saber o que que é sítio arqueológico? Eles tem vindo aqui muito? Ou o senhor acha que falta isso?

E- Ah, tem falta. Algumas escolas vêm aqui porque recebem incentivos com dinheiro federal ou estadual, agora a cidade de Serranópolis, tinha que ter um trabalho em cima dos professores para conscientizá-los, para conscientizar o próprio professor da importância. Quando a gente tinha alguns professores que tinha interesse, hoje não sei se a dificuldade que tá cada dia mais de trabalhar com o aluno, com os filhos dos outros porque, a gente vê desde 94 para cá até hoje há uma mudança muito grande de comportamento dos alunos. Existe falta de interesse dos professores e dos alunos em saber sobre isso aqui. Em Goiás não está funcionando

P-Mas o senhor acha que a cidade tem esse interesse de ensinar para os alunos e o que é arqueologia, tem interesse de trazer para cá, transformar isso aqui num polo?

E-A cidade de Serranópolis?

P-Issso.

E- Por enquanto eu não vejo muito interesse não.

P- Hoje as RPPN's que a gente conhece, tem um fundo que é destinado para ela ou incentivos fiscais, o Sr. sabe sobre isso?

E- Esse é um problema. Goiás ainda não está funcionando os projetos de incentivo a RPPN's, se tivesse isso a cidade de Serranópolis poderia se beneficiar. Se tivesse esse dinheiro, a comunidade poderia participar mais efetivamente.

P- Sim.

E- Apesar de que eu soube notícia de que tem um trabalho aí que é para funcionar, o projeto em si está aprovado. Só que o governo até hoje desde o Cidinho né eu acho que está aprovado, só que o governo até hoje não sancionou a lei. Agora eu ouvi falar que vão jogar para essa secretaria, como que chama... Semaco, secretaria do meio ambiente?

P- é Semarh

E- Semarh?

P-Sim

E- Ela vai pedir um estudo aí, agora não sei até se vai realmente sair isso aí

P- É uma verba destinada para ajudar na manutenção dessas RPPNs?

E- É, mais na verdade é uma verba que ela vem , ela é para as "RPPNs"

P- Mas vai para o município?

E- Aí depende do município né. Eu já participei dum encontro, um último encontro que participei, já tem quase um ano, um ano não sei, passa rápido demais lá em Brasília. Tinha uma senhora de Minas lá, até ela não é brasileira não, ela tinha uma RPPN de mais de 1000 hectares e lá no município dela em Minas, já no estado já estava funcionando e o município dela estava recebendo o dinheiro e não repassava para ela. Que na verdade eu acho que se viesse essa verba, essa verba se realmente viesse aí talvez seria onde você conseguiria trabalhar o social da cidade.

P- Sim, claro. Claro!

E- Porque hoje a gente aqui como particular, proprietário, a dificuldade disso aqui é muito grande em manter isso aqui. Você trabalhar com isso aqui não é fácil. Minha irmã trabalhou muitos anos aqui, foi com toda dificuldade e nós entramos

achando que seria uma coisa é outra diferente, a dificuldade é grande, você não consegue ter pessoas para te ajudar para trabalhar. Então se entrasse um dinheiro desse aí você poderia talvez chamar a cidade. Como? Fazer os trabalhos, pegar escola, porque na verdade esse dinheiro ele não vem para RPPN assim, aqui tá o dinheiro se faz dele o que quiser.

P- Tem que mostrar o que vai ser feito

E- Você tem que fazer um projeto em cima daquilo

P-Melhorar uma estrada, melhorar uma trilha, melhorar...

E- Melhorar uma trilha, aí você vai fazer o social que no caso é você pegar uma escola por mês, sei lá uma turma por mês ou uma turma a cada dois meses.

P-Um dinheiro que dá para o senhor pagar um funcionário para fazer trilha, para ensinar.

E- Com um dinheiro desses (incentivo público), eu poderia talvez chamar a cidade, bancar uma excursão de grupo de alunos carentes de Serranópolis, digamos assim, esse dinheiro iria bancar. Então é isso, talvez o social começasse a mudar. Hoje aqui a gente tem que cobrar, não tem como liberar nada, mesmo assim a gente ainda faz alguma coisa, mais fica difícil, a cidade não quer trabalhar com a gente.

P- A gente sabe que principalmente os colégios estaduais, eles recebem uma verba para levar as turmas para algumas aulas de acordo com o Parâmetro Curricular Nacional, fora da sala de aula. Eles são obrigados a levar em um passeio sócio-educativo.

E- Mas muitas vezes eles usam para passeio mesmo, só... Leva em um clube, mas não leva para aprender. Nós temos recebido algumas escolas desse tipo.

P- De Serranópolis ou Jataí?

E- Jataí, Mineiros. Serranópolis. Mesmo já recebi! Esse ano já era para ter recebido, mas não sei depois o que aconteceu, não deu. Eu não sei se o professor não recebeu o e-mail que eu mandei, ou um desencontro de comunicação não sei. Porque também já me avisou de última hora. Porque essa verba chega no final do ano ela vence né.

P- Sim, e agora sobre a cidade de Serranópolis? Hoje a gente sabe que Serranópolis está no circuito internacional da arqueologia, que é uma cidade que todo mundo conhece, que todo mundo já ouviu falar, mas não tem todo aquele aparato para turista, por exemplo, igual tem hoje a Niede Guidon na Serra da Capivara, que o senhor falou (Já foi com a família)

E- É

P- A gente sabe que lá tem um museu belíssimo, tem todo um investimento para aquela área.

E- Ela conseguiu até um aeroporto né

P- Ela conseguiu coisas maravilhosas para cá (Pesquisas no Brasil). Então, hoje, é pra lá. A gente sabe que Serranópolis teoricamente poderia ter isso também. A que o senhor acha que se deve esse fato? Se deve a universidade que começou os trabalhos aqui, se deve ao governo? O que o senhor acha que precisa ser feito para que Serranópolis se torne um grande atrativo arqueológico? O senhor hoje é dono de uma propriedade maravilhosa, tem interesse no turismo também, certo? O que o senhor acha que falta hoje?

E- Olha é difícil de responder o que poderia né mas...

P- O senhor sente um pouco abandonado (conversa informal anteriormente) pela Universidade que começou os trabalhos?

E- Mas, eu para falar que ela abandonou? eu não posso julgar, só culpar ela não, porque nós também tivemos um pouco de culpa né. Mas a universidade, ela teria

que ter passado por cima do que aconteceu, ter realmente, porque assim quando eles vieram para cá, independente de ter apoio ou não, assim como meu pai, ele abriu as portas, ele deu todo o apoio que foi necessário né, isto quando eles estavam fazendo as pesquisas aqui. Agora eu achei assim... que as pesquisas foram feitas e depois foram abandonadas, não teve a devida... lógico que cada coisa tem o seu tempo, mas quando houve , quando começaram aqui acho que se realmente tivesse feito as coisas mesmo se tivesse realmente visto que a coisa ia andar, que a gente não tivesse sendo, não digo enganado, mas você estava sendo.

P- Mas o senhor participou desse projeto, desse sonho de fazer um museu aqui, de transformar aqui realmente num polo turístico e que trouxesse alunos aqui para estudar também.

E- Quando começou aqui, começamos junto, nós desde, porque eu nasci e me criei aqui. Em 94 quando começou a pousada, eu minha irmã e a nossa família, tanto a família dela quanto a minha, nós começamos juntos aqui, eu e meu pai nós corremos atrás de tudo que tem aqui, tudo foi coisa que a gente batalhou. Depois eu afastei uns tempos e voltei novamente. Quer dizer, mas nessa época que nós ficamos aqui a gente tava sentindo assim, não sei se é porque a gente com aquela ansiedade não soube esperar não sei mais. Agora a gente ficava naquela ansiedade querendo fazer as coisas

P- querendo (um museu em sua propriedade) que desse certo né ?

E- Mas as coisas, a gente sabe que as coisas, com o tempo se sabe que as coisas não acontecem assim, tudo tem que ter seu tempo, mas se tivesse desde aquela época, tivesse começado um bom projeto, feito uma coisa concreta mesmo e que a gente começasse a ver a coisa...

P- Hoje estaria então tão grande como a Serra da Capivara, Piauí, da Niede Guidon?

E- Ou às vezes, talvez até mais. Talvez não sei, cidade, a cidade também tem um.. porque você teria que ter envolvido mais as pessoas, porque nós temos um contexto de ocupação (fazendeiros) grande dentro do município né. Não é só aqui...

P- Sobre os sítios, os consideram importantes?

E- Não, não digo o mais importante, mas é o sítio que é mais visualmente, é o mais fácil de observar.

P- Mas tem vários aqui no município?

E- Tem vários dentro do município só que a maioria... todos abandonados né. A depredação é grande.

P- É importante o papel de vocês aqui, tanto da pousada, de estar mantendo aquilo ali, muitas vezes mantém por amor, porque não dá tanto retorno assim?

E- Minha irmã perdeu um pouco de coisa, nós também estamos com um pouco de dificuldade em tempo de perder alguma coisa também. É igual se tá falando, é por amor, tentando é de ver que se segura uma coisa como isso aqui desde 64. Então a gente fica naquela vontade de fazer, quando começou fazer a coisa dar certo e tal...

P- A gente sabe que estes sítios arqueológicos, Sr Reni trouxeram desenvolvimento para a cidade. Quem me falou foi o Sr Domingos, que é um dos guias.

E- É

P- Ele me falou que de 30 anos pra cá, o comércio local cresceu, que vem turistas de tudo quanto é parte. Mesmo que eles venham para a Pousada das Araras, eles passam pela cidade também, muitos se hospedam lá quando não tem

hospedagem aqui. Então o senhor acha que realmente trouxe esse desenvolvimento para a cidade? Que foi bom para a cidade?

E- Que trouxe, trouxe, agora a cidade precisava pensar, ela ainda não aprendeu a aproveitar esse desenvolvimento.

P- Porque?

E- Agora que... ainda não acredito justamente por isso, assim como nós não acreditamos naquela época que aquilo poderia acontecer, aquele projeto que o Altair propunha poderia vir a acontecer, então a primeira... como eu fui lá em Brasília, a pessoa me falou 'olha isso não sai desse jeito', mas o que teria que ter acontecido, a gente teria que ter sentado, quando eu falei pra ele 'olha Altair, esse projeto você tá falando que vai sair e nada', mais eu reconheço que eu fui grosseiro com ele, mas não é dizer que a gente tava brigando né, mas assim... teria que ter tido uma vontade do lado de lá para falar não errar, realmente desse jeito não vai sair, mas nós vamos fazer um projeto para sair, nós mandamos esse, tá errado mas nós vamos fazer um para que saia né. Assim então, mas aí depois logo, mas minha irmã se desentendeu também daí ela ficou chateada, aí ela acabou desentendendo com a Universidade...

P- E hoje? O senhor tem um projeto aqui para esse lugar? Para a Pousada das Araras? Hoje o senhor está pensando só em manter esse local, ou existem projetos futuros?

E- Não, por enquanto estou só mantendo. Agora precisa tomar um rumo. Agora, porque na verdade até foi colocada a venda, minha irmã como ela é proprietária também, meu pai é proprietário da área e ela põe na cabeça dele que tinha que vender, puseram a venda. Mas isso já tem um ano e pouco e até hoje não teve nada ainda e agora falei pra ela pra gente tomar uma posição, tomar uma decisão agora. Eu creio que ... por enquanto, o projeto nosso era de ampliar, a nossa ideia quando nós entramos aqui. É porque ela falava que queria crescer, isso aqui, apesar que, eu não vejo isso aqui com um crescimento, eu não vejo isso aqui como uma coisa grandiosa, eu vejo isso aqui como uma coisa pequena. Assim, pode vir a ser grandiosa, mas eu particularmente não tenho vontade de colocar isto aqui como uma coisa... é uma coisa para atender aquele público ainda que tem. Porque eu acho que se colocar uma coisa muito grande aqui hoje, se não vai ter público ou se você tiver um público, é um público que não vai durar, vai dar aquele boom e depois...tudo acaba.

P- Aqui o senhor teria que ter usar aquele filão que é a arqueologia? É isso?

E- Não só a arqueologia, mas a arqueologia ajuda ...

P- Mas é o ecoturismo?

E- É o ecoturista, aquela pessoa que quer sair lá da casa dele para vir para um lugar para descansar, quer fugir do Carnaval, do barulho, vem para o carnaval tranquilo, para ficar tranquilo e quer vim pra cá para não ter o som, só o som da natureza, assim é esse tipo de público... apesar que tem melhorado bastante esse público aqui na região, mas é quando chega final de ano, feriadão, a gente não tem unidades suficientes para atender. Mas não é que precisa de ser uma coisa grande... também por enquanto né. Esse aí é o nosso projeto, mas por enquanto está parado.

P- Nos últimos cinco anos, a única ligação que o senhor tinha com a Universidade era a vinda do Dr. Júlio com os alunos dele?

E- Agora era né..... do ano passado para cá eu e eleÉ, do ano passado que terminou, ele vinha normalmente, ele vinha mais no final do ano, outubro, setembro ou novembro ai aconteceu esse desentendimento.

P- Pequeno desentendimento que acabou sendo grande?

E- Eu não sei até que ponto que isso vai... pra mim não tem... pra mim não . Se amanhã ou depois eles me ligarem falando 'olha nós vamos', estamos de portas abertas, não tem nada. Só que...

P- Hoje, a Universidade Católica tem um curso de Arqueologia, um curso de graduação. Ela tem um interesse enorme em Serranópolis, creio que o maior interesse está em vir visitar estes sítios e trabalhar nestes sítios, não no sentido de escavar, mas de trazer os alunos para um primeiro contato com a arqueologia.

E- É ... escavar também não pode, só com projeto no IPHAN. Já tivemos muitos problemas aqui, pode ser até o Altair que vem aqui, sem uma autorização, não mexe nos sítios. Também hoje eu não abro mão para uma pessoa vir aqui sem documento de autorização para pesquisar. Qualquer que seja, de Biologia, as vezes, quer pesquisar um animal ou outra coisa, a gente atende, nós estamos de portas abertas, só que tem que ser documentado através de uma entidade, senão não recebo. Por exemplo, se você viesse aqui para fazer um mestrado ou pós graduação que seja, você como pessoa física, eu não abro as portas para você. Se você vier com a Universidade (como neste caso), com documento da Universidade, que vai ser seu avalista, digamos assim. Nós tivemos um caso de uma menina que veio aqui da Universidade Federal, o trabalho de vocês e as pesquisas vão vir pra mim.

P- Sr Reni, eu não faço compromisso nenhum do que eu estou falando, mas possivelmente eu vou voltar um dia para outros trabalhos.

E- Tudo bem, nossa conversa aqui é um bate papo.

P- Nosso maior interesse é mostrar o papel da arqueologia na região, principalmente junto as escolas. A gente acredita realmente que a arqueologia pode fazer mudanças na cidade e na vida das pessoas. A gente tem interesse nisso. Buscamos mostrar a importância que os povos do passado tiveram aqui, como esses povos conviveram com o meio ambiente sem destruir a natureza. Eu não prometo projetos aqui para o senhor, mas que vamos conversar com as escolas e quem sabe num futuro próximo poderemos desenvolver algo aqui.

E- Isso que você está falando aí é uma das coisas que falta pra gente como condutor, se a Universidade tivesse uma boa parceria com a gente, assim como nós até já conversamos com a Federal, principalmente nas férias ter professor aqui, fazendo estágio, fazendo um trabalho, dando um apoio, talvez seria o caso, ter pessoas que realmente tenham conhecimento de algumas áreas específicas, como no seu caso, fazer uma trilha, dar uma palhinha, uma palestra sobre como o homem não destruiu aquilo ali. A gente tenta, fazer um apanhado, mas às vezes como você tem que dar atenção a todos, então você não tem uma especialidade e pode misturar as coisas, não ser bem claro naquilo ou não conseguir passar.

P- Eu entendo o que o senhor quer me dizer.

E- Eu vejo tanto a Católica quanto a Federal, que não seria um apoio, e teria que ser. Teria que ser uma coisa para acontecer e não apenas de conversa e sem documento.

P- Como eu falei no início da conversa, quem me indicou para conversar com o senhor foi o professor Altair Sales, e pode ter certeza que a universidade sempre terá interesse nisso aqui, porque é um patrimônio fantástico, talvez seja um patrimônio que não tenha igual no nosso Estado. A gente está entre o cenário de Minas, Piauí em termos de patrimônio, onde estão os maiores sítios arqueológicos e o compromisso que estamos fazendo é este, de ajudar no que pudermos. Eu torço para que isso aqui, em um futuro próximo, seja algo que dê muito orgulho para o senhor.

E- Você conhece o Piauí?

P-Conheço e tenho alguns parentes lá.

E-Você conhece lá onde a Niede trabalha?

P- Conheço e é algo singular, é algo fantástico. Não existe nada parecido no Brasil, é só lá. E acredito que em Serranópolis, tenha todo o potencial para ser.

E-Pois é, mas mesmo lá tendo um potencial arqueológico muito grande, com pinturas rupestres, com bem mais quantidade, é a concentração que igual existe ali naquele painel (GO-Ja.03), não tem lá, no Piauí não tem.

P- Concordo, esse painel aqui é fantástico.

E- Eu acho particularmente que aquele painel não tem igual. Nesses anos que temos trabalhado aqui, um exemplo, eu levei uma professora lá, eu não sabia que ela era professora, quando chegou lá que ela me falou, ela ficou encantada. Ela disse assim que se fosse na França, isso aqui estaria dentro de uma redoma, porque ela falou que lá tem aquela gruta de não sei o que, que tem lá que eu não gravo o nome, Lascaux, Lascau, Lascou.

P- Lascaux, na França, onde tem cavalos e bisões pintados.

E- Ela falou que lá é outra coisa, que se fosse comparar aqui com o que tem lá, nós aqui não temos nada. Lá cada coisa tem seu valor. No dizer dela, ela quis falar que lá tem uma riqueza muito grande de pinturas.

P- Eu comentei isso com o Reni Júnior hoje pela manhã, lá é fantástico, é de um valor inestimável.

E- Aí que está as coisas. Nós não temos, o nosso político, as nossas universidades, os reitores, ainda não enxergaram, não tem essa política de fazer aquilo ali virar alguma coisa. Não é fazer a pousada não. A Pousada pode entrar porque ela já está aqui, mas fazer com que a Arqueologia de Serranópolis vire alguma coisa.

P- A pousada é muito boa e ela é um ponto de apoio.

E- É um ponto de apoio, precisa trazer um trabalho sério dentro dessa área de arqueologia aqui em Serranópolis, porque pode-se dizer que Serranópolis é um dos maiores, o padre mesmo falava que era um dos maiores patrimônios da humanidade.

P- Isso aqui tem que virar patrimônio da humanidade, né (chancela).

E- Não sei se é de interesse, tem mais gente para palpar e menos gente para fazer né. Porque o IPHAN, até hoje, nunca pôs um centavo aqui.

P-Para vir registrar eles vem, mas para vir investir nada?

E- Uma vez eles vieram aqui e eu pedi para eles pagarem um funcionário para vigiar e nada.

P- Pela constituição, o governo tem por obrigação proteger.

E- Eu ouvi falar que eles estavam pagando um funcionário lá em Caiapônia, mas que também não vigia nada, mas não sei se é verdade, eles (IPHAN) disseram que não é verdade. Não sei se existe verba, interesse.

P- O senhor disse que atualmente não tem projetos aqui

E- Não tem projetos por causa disto. Existe um impasse, o que adianta eu fazer projeto se tem um impasse? Você precisa ter uma dinâmica para fazer o projeto sair do papel. Se tiver só no papel ou na cabeça... eu sou assim, se eu tenho alguma coisa na cabeça, eu gosto de executar ele logo, por isso que eu não dei certo (risos) eu até descombinei, fui grosseiro com o Altair justamente por isso, porque ficou aquele negócio, aquela coisa vai não vai e quando me falaram que daquele jeito não ia, eu fui lá no ministério (Brasília), vi o projeto aí a mulher falou "Não desse jeito aqui não funciona, não sai não", quer dizer, assim teria que ter dialogado diferente. Hoje eu não faria o que eu fiz não, cada época a gente tem uma cabeça né?

P- Mas eu creio que o senhor estará vivo para ver boas mudanças nisso aqui.
 E- Tomara né, não sei se a gente vai ser dono mais não, mas pelo menos vou tar vivo (risos)
 P- Muito obrigado Sr Reni, eu agradeço demais e a tarde vamos visitar mais lugares aqui.
 E- Eu que agradeço.

OLIVEIRA, Domingos Rodrigues de. *Domingos Rodrigues de Oliveira: depoimento [março 2013]*. Entrevistador: Ricardo Nogueira. Entrevista concedida ao aluno da Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em História (PUC-UCG).

A entrevista foi realizada na manhã do dia trinta de março de 2013, no sítio arqueológico GO-Ja.01 (Gruta do Diogo I) onde o Sr.Domingos é guia. P- Pesquisador; E-Entrevistado.

P- Sr Domingos, esta entrevista que estou fazendo para o Mestrado em História da Universidade Católica de Goiás, fala sobre o patrimônio arqueológico aqui de Serranópolis e qual a importância que esse patrimônio tem para a população. Nessa conversa, pelo que o senhor conhece daqui, gostaríamos de saber que tipo de valor a população dá nessa riqueza que estamos vendo, ou se não dá valor nenhum.

P- Sr Domingos, qual é o seu nome completo.

E- Domingos Rodrigues de Oliveira e eu nasci e me criei aqui.

P- O que é a ACOTES e quanto tempo funciona?

E- É a Associação dos Condutores de Turismo e Expedição de Serranópolis e já funciona a dois anos, dois anos e meio mais ou menos

P- Tem esse tempo. Mas a Acotes não foi criada junto com a descoberta dos sítios arqueológicos aqui em Serranópolis não né?

E- Não,não foi.Foi bem depois. Os sítios tem de 30 a 32 anos

P- De 30 a 32 anos?

E- De 30 a 32 anos que começaram a fazer as pesquisas.

P- Até então ninguém sabia que existia estes sítios arqueológicos aqui?

E- Alguma pessoa veio, sabia, mas não sabia divulgar né, não tinha divulgação sobre nada, não valorizava e depois que este pesquisador veio, vieram e continuou né.

P-A gente viu uma placa ali atrás com o nome do Altair Sales, o padre Schmidt, todos esses vieram aqui e fizeram esses trabalhos, e mais alguns pesquisadores que vieram nesses estudos aqui. Como que é o nome que deram para o lugar que a gente está?

E- Eles falam aqui é a Gruta do Diogo

P- E porque Gruta do Diogo?

E- Porque o fazendeiro ali quando descobriram , era ele que era o dono da propriedade

P- Era o dono, o Sr Diogo.

E- Hoje já é outro proprietário que é o Dr Jalah, um fazendeiro que nem é daqui.

P-E essa gruta é famosa por conta de um achado arqueológico, não foi isso? do chamado Homem da Serra de Cafezal?

E- Homem da Serra de Cafezal? Pusemos o nome dele de Zé da Gabiroba (risos).

P- Zé da Gabiroba?

E- É por causa das Gabirobas que encontraram com ele. Ai ficou conhecido na região como Zé da Gabiroba, isso está escrito. Todos conhecem assim.

P- E falaram para o senhor quantos anos mais ou menos que esse esqueleto tinha, ou não?

E- Uns 11.000 anos, mais ou menos 500 gerações por aí né.

P-500 gerações?

E- É

P- Sr Domingos, nosso título aqui, do trabalho, é sobre o Patrimônio Arqueológico de Serranópolis, não é falar especificamente sobre os sítios de Serranópolis porque eles já foram bem estudados, mas qual a influência que os sítios arqueológicos tem dentro de uma cidade igual a Serranópolis, que hoje é conhecida no Brasil por conta do “Homem da Serra de Cafezal” ou como o senhor chamou, Zé Gabiroba, de 11.000 anos. Mas enfim, como que essa população de Serranópolis vê esses sítios? Eles dão valor nestes sítios?

E- O pessoal mesmo da cidade não dá muito valor, mais ou menos uns dez por cento valoriza, mais uns noventa por cento parece que foi criado junto não tem aquele incentivo de vir, mas divulgar eu acho que foi muito bom para nós inclusive para os guias turísticos, para a secretária da cultura, ou mesmo para o pessoal que tem seu comércio, tem seus hotéis, foi muito bom para nós, eu acho assim.

P- Quantos condutores vocês são aqui hoje?

E- São nove que tá exercendo

P- Nove condutores?

E- Dos onze, ficou nove condutores.

P- É um dinheiro extra ou vocês vivem disso hoje?

E- Não, é um extra. Isso aí é um bico que a gente faz, como se diz.

P- Então mesmo que noventa por cento da população não dê valor neste patrimônio hoje, porque não é interesse de ninguém ficar indo visitar?

E- Mas eles não dão, porque o interesse dele é outro, é o turismo que gera.

P- O que é que ele trouxe de benefícios para a cidade, esses sítios arqueológicos?

E- A primeira coisa que nossa cidade ficou bem divulgada no mundo inteiro, não só no Brasil. E outra que trouxe emprego, trouxe muita coisa, tipo o comércio. Os sítios arqueológicos trazem grandes grupos à região e com isso esquenta o comércio da cidade, a população mesmo não se interessa por visitar os sítios, muitos nunca conheceram.

P- Trouxe turismo?

E- Trouxe turismo, vixe muito turismo, do Brasil e de outros países também.

P- E enche a cidade com turismo?

E- Enche a cidade, na época da festa mesmo. Vem muita gente de fora, vem gente até de outros países também. Isso para o município foi uma coisa muito importante, pra nós que somos do lugar, sentimos a diferença.

P- Então a população mesmo não tem interesse em visitar os sítios mas sabe que o turista vem por conta desses sítios?

E- Por conta desses sítios né.

P- E essa rede hoteleira atende todo mundo na cidade?

E- Atende, às vezes não.

P- Quantos hotéis que são hoje aqui?

E- São três lá na cidade e quatro com o lá das Araras, e o quinto com o Guardião também né.

P- Bom, a gente tem duas pousadas aqui que é a Pousada do Guardião e a Pousada das Araras.

E- E muitas na época da festa às vezes até não tá cabendo aqui na cidade vai pra lá também né. Hospeda também lá. Mais os guias da ACOTES não podem trabalhar na Pousada das Araras. É coisa política.

P- Mas enfim, as pessoas não dão valor nos sítios, mas trás muitos benefícios e trás dinheiro para a cidade.

E-Também

P- Padarias, supermercados, todo mundo ganha com isso?

E- Todos eles e até alguns deles fizeram um convênio também com o pessoal que vem de fora, e até tem telefone, linha direta.

P- Ah sim, olha que beleza!

E- Foi muito bom!

P-E os alunos aqui de Serranópolis, das escolas? Eles passeiam nestes sítios?

E- De vez em quando. Aqueles que tá na área de História, de Biologia, sempre.

P- Mas os alunos mesmo de quarta série, quinta série?

E- Vem, mas é muito pouco. É pouco.

P- Mas eles sabem o que significam os sítios?

E- Sabem. Eles sabem o que significa, pra que que é e também ensina a dar valor também né, só que não tem aquela preocupação de vim visitar.

P- Ah sim, bom a gente vai continuar escavando aqui para achar outro esqueleto, não né?

E- Eu acho que não né (risos).

P- Então vamos seguir nossa trilha.

E- Vamos seguir a trilha.

P- Obrigado então.

E- As ordens.